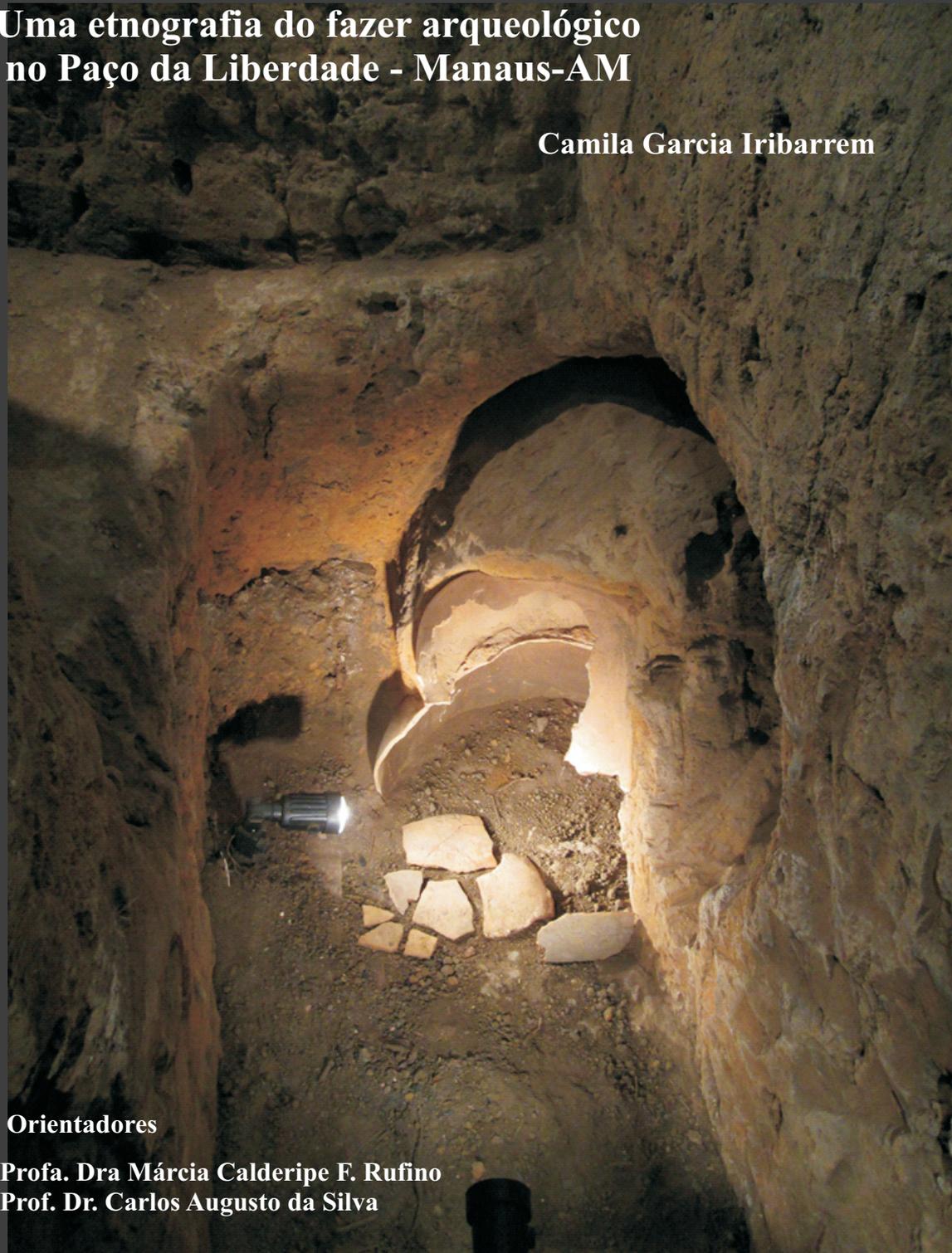
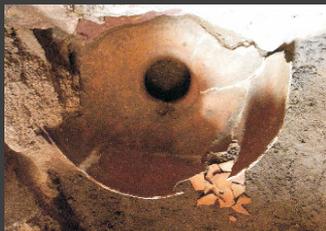


Visões de Mundo

Uma etnografia do fazer arqueológico
no Paço da Liberdade - Manaus-AM

Camila Garcia Iribarrem



Orientadores

Profa. Dra Márcia Calderipe F. Rufino
Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

CAMILA GARCIA IRIBARREM

**VISÕES DE MUNDO:
UMA ETNOGRAFIA DO FAZER ARQUEOLÓGICO
NO PAÇO DA LIBERDADE-MANAUS-AM**

**Manaus-AM
2017**

CAMILA GARCIA IRIBARREM

**VISÕES DE MUNDO:
UMA ETNOGRAFIA DO FAZER ARQUEOLÓGICO
NO PAÇO DA LIBERDADE-MANAUS-AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social

Orientadora: Profa Dra Márcia Regina Calderipe Farias Rufino
Coorientador: Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva

Manaus-AM
2017

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Iribarrem, Camila Garcia
I68v Visões de mundo : uma etnografia do fazer arqueológico no Paço da Liberdade - Manaus - AM / Camila Garcia Iribarrem. 2017
138 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Márcia Regina Calderipe Farias Rufino
Coorientadora: Carlos Augusto da Silva
Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Musealização Arqueológica in situ. 2. Antropologia da Arte. 3. Agência. 4. Arqueologia Pública. 5. Arqueologia Amazônica (Manaus). I. Rufino, Márcia Regina Calderipe Farias II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Márcia Calderipe Farias Rufino
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS-UFAM)
Presidente

Profa Dra. Maria Helena Ortolan
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS-UFAM)

Profa Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe
Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia
(PPGCASA-UFAM)

AGRADECIMENTOS

Relembrar mais uma vez as pessoas e instituições que proporcionaram a construção dessa etnografia é como revisitar um passado que transformou minha trajetória pessoal e possibilitou que eu desenvolvesse uma reflexão crítica sobre como esse trabalho direcionou minhas próprias experiências enquanto ser humano e estudante de antropologia. Por esse motivo, meu primeiro agradecimento é pela oportunidade de ter ingressado no Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas. Estudar antropologia para mim, não foi apenas um estudo acadêmico, mas um aprendizado da alma. Hoje, acredito ainda mais, que o exercício da alteridade deveria ser uma prática cotidiana para sociedade e um exercício de autoconhecimento. Para mim, a tentativa de se colocar no lugar do outro é metaforicamente um espelho que nos permite enxergar nossa própria imagem refletida. Penso que quando conseguimos enxergar no outro uma ponte para interpretação da nossa própria individualidade, a compreensão da diversidade humana se incorpora a nós mesmos e a nossa humanidade é substancialmente aumentada. Acredito ser esse o ingrediente básico para tolerância entre os seres mais diversos.

Agradeço ao CNPq pela bolsa de estudos disponibilizada, que contribuiu sobremaneira para que eu pudesse desenvolver essa pesquisa. Aos meus orientadores, Prof^a. Dr^a Márcia Calderipe e Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva, cujo direcionamento e apoio foram imprescindíveis para que eu pudesse transpor os obstáculos que enfrentei para concluir essa pesquisa. Resistência e paciência, são algumas das qualidades que mais tentei absorver da minha orientadora e possivelmente as mais decisivas para finalização desse trabalho. As instituições que participaram dessa etnografia enquanto agentes da dinâmica sociocultural analisada no universo dessa pesquisa: O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, a Prefeitura Municipal de Manaus e suas autarquias que incorporaram essas narrativas, a extinta Fundação Municipal de Turismo-MANAUSTUR, na atualidade Fundação Municipal de Cultura e Arte- MANAUSCULT. À Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira-COIAB e a Fundação Estadual dos Povos Indígenas-FEPI, protagonistas sobre o paradigma de agência e no desdobramento que encaminhou as articulações a cerca de políticas públicas e culturais relacionadas a essa perspectiva.

De igual forma, agradeço a todos os profissionais pertencentes ao quadro da Manaustur e Manauscult que foram direta ou indiretamente relacionados a essa abordagem etnográfica. Ao Museu Amazônico pela oportunidade de acesso as publicações de caráter histórico que

fundamentaram os estudos sobre o contexto histórico cultural da cidade de Manaus. À museóloga Jane Cony e o restaurador Custódio Rodrigues do Museu Amazônico, pela experiência e conhecimento compartilhados que embasaram a produção desse campo de pesquisa. Em especial a Diretora do Museu, Prof^a Dr^a Maria Helena Ortolan, por seus ouvidos atentos e instruções decisivas para o plano de qualificação que direcionou essa abordagem.

Ao Laboratório de Arqueologia, vinculado ao Museu Amazônico – PPGAS (UFAM) e a Prof^a Dr^a Myrtle Shock, por suas contribuições esclarecedoras no âmbito da arqueologia e referencial teórico sugerido sobre a abordagem arqueológica.

Aos professores do PPGAS-UFAM, pelo aprendizado e orientações sobre o universo da antropologia, assim como todos os colegas de curso, maravilhosos agentes de reflexão sobre essa caminhada e companheiros de desafios que me ajudaram a seguir adiante.

Aos profissionais da área de saúde que me socorreram nas questões que enfrento com meu companheiro Marcus Vinicius, principal interlocutor dessa etnografia. O apoio e presença desses amigos fizeram toda diferença nos momentos de dificuldades atravessados: Dr^a Êzari Fonseca, Dr. Franklin Simões; Isabel Lopes, Alessandra Viana e Ailton Santos, profissionais de enfermagem.

Ao meu pai José Aires, que mesmo distante nesse momento, esteve presente com sua energia e amparo. Nossas longas conversas e reflexões filosóficas carrego comigo nessa jornada. À minha mãe Sol, força que me gerou e impulsionou para que hoje eu pudesse escrever essas laudas que seguem. Seu debate afiado sobre a temática e observadora mais próxima do meu campo de estudo, nunca me permitiram esmorecer. Seu aconchego acalentou meus momentos de cansaço e confortou minhas lágrimas, sem me permitir esquecer o objetivo final.

Ao meu marido Marcus Vinicius, por ser o principal interlocutor e arqueólogo que direcionou as práticas arqueológicas percorridas nessa dissertação, e, parafraseando Gilberto Gil, me acompanha, nessa “dura caminhada pela noite escura”.

Ousa no vento
O soluço do arbusto:
É o sopro dos antepassados.
Nossos mortos não partiram.
Estão na densa sombra.
Os mortos não estão sobre a terra.
Estão na árvore que se agita,
Na madeira que geme,
Estão na água que flui,
Na água que dorme,
Estão na cabana, na multidão;
Os mortos não morreram...
Nossos mortos não partiram:
Estão no ventre da mulher
No seio da mãe
E no tronco que queima.
Os mortos não estão sobre a terra:
Estão no fogo que se apaga,
Nas plantas que choram,
Na rocha que geme,
Estão na casa.
Nossos mortos não morreram.

Biraço Diop
(Ancestralidade)

RESUMO

Essa pesquisa analisa as múltiplas visões de mundo e vozes representadas nos discursos que se confrontaram sobre a arqueologia no Paço da Liberdade a partir do enfoque interdisciplinar entre antropologia e arqueologia, correlacionando os paradigmas teóricos que apontam como objeto de estudo, práticas arqueológicas que culminaram em uma exposição da arqueologia no subsolo de uma sala do edifício, que neste trabalho, proponho conceituar como musealização arqueológica *in situ*. A partir de uma etnografia do fazer arqueológico, a pesquisa se ancora sobre as configurações entre a agência da cultura material e o desdobramento desse processo entre os diferentes agentes implicados no discurso local, como o reflexo das ações que se debruçaram sobre a política de preservação do patrimônio cultural na cidade e a rede de relações que envolvem o contexto político – cultural, em especial a agência e enfrentamento de grupos étnicos minoritários, representados nessa pesquisa pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira-COIAB e FEPI.

Palavras Chaves: Musealização Arqueológica *in situ*; Agência; Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

This research analyze the multiple worldviews and voices represented in the discourses that were confronted on the archeology in the Paço da Liberdade from the interdisciplinary approach between anthropology and archeology, correlating the theoretical paradigms that point as object of study archeological practices, that culminated in an exhibition of the archeology in the basement of a room of the building, that in this work I propose to conceptualize like archaeological musealization *in situ*. Based on an ethnography of the archaeological work, the research anchors on the configurations between the agency of the material culture and the unfolding of this process between the different agents implied in the local discourse, as the reflection of the actions that have been focused on the policy of preservation of the Cultural heritage in the city and the network of relations that involve the political - cultural context, especially the agency and confrontation of ethnic minority groups, represented in this research by the Coordination of Indigenous Organizations of the Brazilian Amazon – COIAB and FEPI.

Keywords: Archaeological Musealization *in situ*; Agency; Politics for Preservation of Cultural Heritage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Posicionamento geográfico de sítios arqueológicos cadastrados na região de Manaus.....	25
Figura 02. Mapa Tenreiro Aranha 1852.....	27
Figura 03. Imagem satélite de Manaus identificando área do prédio da Alfândega, citada por Monteiro (1994) como local onde foi erguida a Fortaleza.....	27
Figuras 04 - 05: Área da antiga fábrica da cervejaria Miranda Corrêa vista pela ponte Senador Fabio Lucena e Usina Termelétrica de Aparecida.....	28
Figura 06. Mapa Tenreiro Aranha 1852 – Imagem em fotocópia digital.....	29
Figura 07. Ilustração comparativa da cartografia antiga e outra hipótese sobre a localização do Forte.....	29
Figuras 08 e 09. Acompanhamento da equipe de arqueologia na abertura dos nichos arquitetônicos e técnica de verificação de vestígios arqueológicos em peneira no Paço da Liberdade.....	34
Figura 10. Perímetro de Tombamento do Centro Histórico de Manaus.....	39
Figura 11. Palácio do Governo em 1913.....	40
Figura 12. Mostra estratigráfica do subsolo com urna funerária..... (Musealização <i>in situ</i> no Paço da Liberdade)	51
Figuras 13-14. Nicho arquitetônico aberto na Sala PM 120 – Paço da Liberdade e urna funerária do Nicho 05.....	54
Figura 15. Planta baixa dos nichos arquitetônicos.....	57
Figura 16. Mapeamento das aberturas de reforço estrutural nas obras de restauração do Paço.....	58
Figura 17. Esboço virtual de exposição da Urna Nicho 07.....	59
Figuras 18 e 19. Da esquerda para direita: Marcus e Custódio durante a restauração dos cortes arqueológicos (2012).....	61
Figuras 20 – 21. Artefatos sobrepostos em exposição da arqueologia <i>in situ</i>	64
Figura 22. Piso tátil (vidro) sobre escavação arqueológica do Paço.....	64
Figura 23. Praça Dom Pedro II/ Fachada do Paço da Liberdade (2017).....	112

Figura 24. Pintura digital – Paço da Liberdade (2009).....	112
Figura 25. Salão de entrada do edifício – montagem de exposição fotográfica (abril/2017).....	113
Figuras 26. Móveis históricos em exposição.....	113
Figuras 27. Vista do terraço do Paço da Liberdade.....	113
Figuras 28. Fases de restauro e musealização das urnas; (restaurador Custódio à esquerda com urna do nicho 07 e assistente Lucas Rêgo à direita fazendo a manutenção da superfície de escavação.....	114
Figuras 29. Evidenciação das urnas sobrepostas no nicho 07/ arqueólogo coordenador Marcus Corrêa (2008).....	115
Figuras 30. Restauração <i>in situ</i> das urnas funerárias (restaurador Custódio Rodrigues).....	115
Figuras 31. Urna nicho 05 (fase de restauro <i>in situ</i>) e corte delimitado com pedra de arenito Manaus à mostra (fase de musealização <i>in situ</i>).....	116
Figura 32. Marcus Vinicius, Profa Márcia Calderipe e eu (visita da orientadora ao campo da aluna -2012).....	116
Figura 33. Sala de Musealização arqueológica <i>in situ</i> no Paço da Liberdade.....	117
Figura 34. Exposição museológica <i>in situ</i> (imagens dos cortes iluminados em subsolo).....	118
Figuras 35. Outros vestígios arqueológicos: fragmentos cerâmicos do período pré-colonial e historico resgatados no subsolo do Paço da Liberdade.....	119
Figura 36. Artefato proveniente das escavações no interior do Paço da Liberdade.....	120

LISTA DE SIGLAS

BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento

CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNSA- Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

COIAB- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

FEPI- Fundação Estadual dos Povos Indígenas

GPR - Ground Penetrating Radar

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MANAUSTUR- Fundação Municipal de Turismo

Minc- Ministério da Cultura

MPF- Ministério Público Federal

PAC- Programa Amazônia Central

PRONAPABA- Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica

SEC-AM- Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas

UFAM- Universidade Federal do Amazonas

USP- Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZANDO O ESPAÇO “PAÇO DA LIBERDADE” NO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS.....	21
1.1 As águas, o forte, a barra: fronteiras coloniais.....	21
1.2 Ocupação multiétnica como estratégia de domínio territorial.....	30
1.3 O sítio arqueológico Manaus e a colonização da capital.....	33
1.4 Implicações sociopolíticas e culturais da arqueologia no Paço.....	38
CAPÍTULO II- APRESENTANDO OS CAMPOS: ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA NO FAZER ETNOGRÁFICO.....	46
2.1 Diálogos “intersticiais”: Expressões do eu, entre o campo e o outro na narrativa reflexiva.....	47
2.2 Etnografia no Paço: registros de uma arqueologia da memória.....	49
2.3 Instalação arqueológica e agência dos objetos: relações entre antropologia e arqueologia.....	67
CAPÍTULO III- ESPAÇOS COMPLEXOS E POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	76
3.1 Apontamentos: Patrimônio Cultural e perspectivas sobre Arqueologia Pública	
3.2 Políticas culturais: Implicações metodológicas sobre arqueologia no Paço da Liberdade.....	84
3.3 Direitos conflitantes: A reivindicação da COIAB sobre o Patrimônio – Memória....	93
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS.....	101

INTRODUÇÃO

Essa etnografia se desenvolveu a luz de minhas observações pessoais durante aproximadamente sete anos, enquanto participei do processo de restauração do edifício histórico Paço da Liberdade na cidade de Manaus. Mais do que acompanhar a revitalização física do bem cultural, esse processo envolveu de maneira particular minha própria vida, por onde comecei a caminhar pela estrada da arqueologia. Talvez seja esse o motivo pelo qual passei longos períodos de dedicação junto ao meu companheiro arqueólogo¹, para escavar e restaurar a musealização arqueológica *in situ* que tratarei neste estudo. Cabe elucidar, a partir da terminologia latim *in situ*, largamente utilizada para especificar diversas condições aplicadas como definição daquilo que é local, ou está no local, ou ainda, lugar do qual provém, que essa expressão associada ao conceito de musealizar a arqueologia, ou seja, expor ao público de um museu o estudo da cultura material pretérita,(BRUNO, 2005) define a formulação da categoria musealização arqueológica *in situ*, como uma especificidade metodológica da arqueologia na qual a própria escavação do local onde se encontram vestígios arqueológicos constitui-se como uma forma de exposição ao público, evidenciando o contexto arqueológico local (*in situ*).

A partir de uma etnografia do fazer arqueológico no Paço da Liberdade, essa pesquisa se ancora sobre as configurações entre a agência do material arqueológico e o desdobramento desse processo sobre os diferentes agentes implicados no discurso local, paradigmas teóricos que os referenciaram e como o reflexo dessas ações se debruçaram sobre a política de preservação do patrimônio cultural na cidade e as implicações que envolvem o contexto político - cultural. Nessa pesquisa, a categoria agência, foi empregada de acordo com a perspectiva exposta por Gell (1998), como fenômeno de ação social, que pode ser atribuído, tanto a pessoas, quanto a objetos e animais, como uma espécie de força emanada ou espírito gerador de consequências que podem ter partida, em uma hipótese holográfica, de quaisquer elementos constituintes do universo social, que possam refletir em uma perspectiva individual o espírito humano agente.

Utilizo a categoria patrimônio cultural como expressão convencionalizada sobre os bens culturais de natureza material e imaterial cujas sociedades integram como parte de sua herança cultural passível de ser transmitida às gerações subsequentes, e a arqueologia pública como proposta de arqueologia voltada para o reconhecimento do patrimônio cultural e

¹ Marcus Vinicius de Miranda Corrêa

valorização dessa herança enquanto mecanismo agente no fortalecimento de identidades e memória social (SILVEIRA & BEZERRA, 2007). Essa perspectiva de produção do conhecimento arqueológico interage a partir de instrumentais de acesso às práticas compartilhadas de arqueologia por uma ótica inclusiva, como a educação patrimonial, a arqueologia comunitária e outras formas de publicitação que a produção do conhecimento sobre a cultura material pretérita pode ser relacionada, como as exposições de acesso ao público em museus e espaços culturais. Por outro lado, se questiona como esses mecanismos têm sido utilizados na construção de identidades culturais por políticas de valorização de uma cultura elitista e eurocêntrica (FUNARI, 2008).

Os parâmetros de análise que ancoram essa abordagem partiram da premissa que a presença dos artefatos arqueológicos, implicaram em diversas manifestações de agentes que interagiram sobre esse processo, que assume uma visão da arqueologia a partir de um enfoque antropológico. Participando da produção de estudos que correlacionam as disciplinas em foco e confrontando registros históricos sobre as intervenções de agentes e instituições que influenciaram a trajetória da pesquisa arqueológica no local, essa proposta dissertativa pontua estratégias de intervenção do poder público frente às políticas culturais e agência de grupos minoritários, representados nessa pesquisa pela Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira-COIAB e fundação Estadual dos Povos Indígenas-FEPI. A problematização sobre políticas públicas que contemplem esses grupos sociais, frente à efetivação dos direitos adquiridos pelas minorias étnicas a partir da Constituição de 1988, intercepta essa narrativa textual, a partir da problematização de um manifesto da COIAB em 2003, cujo teor se referiu a reivindicação sobre artefatos funerários encontrados na Praça Dom Pedro II, adjacente ao Paço da Liberdade, propiciando um campo privilegiado para argumentações sobre políticas culturais inclusivas e a efetivação sobre o direito de acesso efetivo aos incentivos dessas políticas.

Dar voz a essas discussões que entrelaçam temáticas relacionadas à arqueologia, antropologia, políticas públicas e culturais são desafios propostos para análise dos discursos multivocais que se apresentaram sobre o contexto em estudo e as disciplinas correlacionadas. Considerando a abordagem de Bezerra (2011) essa pesquisa se aproxima de uma antropologia da arqueologia, sem, no entanto defini-la como tal. Baseada em uma reflexividade sobre a prática arqueológica e a problemática que a insere enquanto tema dessa etnografia, seria inconclusivo afirmar essa pesquisa unicamente como campo de análise antropológica sobre a arqueologia. Há sobretudo, um diálogo permanente entre as duas disciplinas, que por vezes se

detém às práticas arqueológicas, buscando refletir sobre o caráter social que subjaz sobre essas práticas. Seria essa então a base para a proposta de uma etnografia arqueológica? Outrossim, a tentativa de descrever um processo metodológico da arqueologia, observando os agentes que interagem o sobre campo de estudo, escolhi interpretar como uma reflexão sobre o fazer arqueológico, compreendendo esse fazer arqueológico como elemento de estudo que extrapola a prática exclusivamente relacionada ao método.

Nesse sentido, a contribuição dessa dissertação se volta para uma leitura revisitada de um processo histórico não divulgado e de um período em que as implicações políticas que se estenderam sobre as propostas de preservação do patrimônio cultural no Paço da Liberdade, foram encobertas junto às divergências de interesses entre múltiplos agentes atuantes no processo, que culminou com a primeira exposição da arqueologia *in situ* no Amazonas apresentada na atualidade. Essa reflexão etnográfica sobre as práticas da arqueologia a partir dos parâmetros teóricos propostos procurou confrontar aspectos relevantes sobre as políticas públicas de caráter sociocultural no município de Manaus. Cabe ainda reiterar que a perspectiva sobre a agência da cultura material no contexto abordado, retoma a trajetória da pesquisa arqueológica na região antes da produção da arqueologia *in situ* no interior do prédio (2008-2013), quando o ressurgimento de urnas funerárias na Praça Dom Pedro II, em frente ao Paço da Liberdade (2003), desencadearam o caráter de agência sobre o movimento indígena da COIAB, que passou a reivindicar o direito sobre as urnas funerárias, solicitando que as mesmas não fossem exumadas e permanecessem expostas no local em respeito aos antepassados e as crenças do povo indígena.

A metodologia utilizada nessa pesquisa se orientou a partir dos registros obtidos em uma observação participativa sobre o campo de estudo, (2007 a 2013), considerando que no decorrer desse período, ocorreram pausas inerentes ao processo, onde pude compartilhar junto à equipe de arqueologia do Paço da liberdade, das escavações e resgate do material arqueológico encontrado no interior da edificação, incluindo os procedimentos que deram ênfase a escolha do recorte etnográfico dessa abordagem sobre as práticas de composição de uma escavação arqueológica para manutenção dos artefatos no subsolo do edifício, expondo-os à observação do público no local onde foram evidenciados; aqui conceituada musealização arqueológica *in situ*. Para construir essa etnografia do fazer arqueológico que venho abordar, armazenei durante o período em que atuei na arqueologia do Paço da Liberdade, o que considero meu tesouro pessoal para o desenvolvimento dessa pesquisa em antropologia: a dedicação de um período da minha vida, em que experenciei não somente o aprendizado

empírico de fazer arqueologia, mas o “pacote completo”, recheado de incertezas, conflitos, medos, alternâncias, lutas pelo poder e muitas camadas de terra que marcaram essa experiência de uma maneira que agora tenho a oportunidade de expressar.

Incorporando uma abordagem reflexiva que justifique a narrativa apresentada nesta proposta de dissertação, autores como Marcus & Cushman (1982), Marcus (1991) Marcus e Fisher (2000) e Clifford (1998), ancoram o exercício reflexivo e a crítica sobre a retórica etnográfica. A partir de Crapanzano (1977), a reflexividade textual que se apresenta em perspectiva dialógica, permite relacionar, pontos interceptados por “diálogos intersticiais” (CRAPANZANO, 2005), que emergem nessa narrativa entre momentos de “luz e sombra” e “diálogos inauditos”.

É preciso ainda esclarecer, que minha etapa de observação participante contou no decorrer dessa trajetória com envolvimento emocional que resultou na minha união com um dos meus principais interlocutores, o arqueólogo Marcus Corrêa. Por esse motivo preciso deixar claro nessa metodologia que a narrativa que assumo nessa proposta contém uma carga emocional, que espero possa contribuir para a problematização no campo das emoções que se expressam implícitas ou explicitamente formuladas nas composições textuais.

Essa perspectiva que estabelece o narrador presente na construção textual admite tentativas de problematizar narrativas discursivas (CRAPANZANO, 1994), sobre a esfera da afetividade incluída nos enunciados expressos a partir dos estilos textuais. Se essa etnografia do fazer arqueológico remete a uma “arqueologia da memória”, expressão que recorda Foucault (1971), sobre “uma arqueologia das ciências”, a interface sobre os seus significados sugere um paralelo sobre as discontinuidades cronológicas nas teorias científicas e as discontinuidades silenciadas e percebidas expostas no texto como traços de sentimentos, de um ponto de vista de uma antropologia das emoções (LUTZ & WHITE, 1986).

Nessa metodologia, o exercício de desenvolver um diálogo entre antropologia e arqueologia, partiu em primeira instância da prática do estranhamento (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006), que precisei treinar até conseguir um método particular para enxergar o objeto de pesquisa com olhar da etnógrafa, até porque há em mim uma dose bastante “arqueológica” que aprendi a reconhecer nos meus registros de campo e reflexões sobre o papel. Em especial, a estratégia de afastamento do campo, em que me encontro distanciada há mais de três anos, permitiu-me revisitar na memória cenas que antes não conseguiria

enxergar. A aproximação da leitura antropológica possibilitou lançar um novo olhar sobre o campo de pesquisa, agora revisitado e atualizado a partir de novas narrativas que incorporei a essa pesquisa.

No que concerne à pesquisa bibliográfica, as referências sobre a região do Paço da Liberdade e Praça Dom Pedro II, versam sobre os aspectos históricos de construção do edifício e suas formas arquitetônicas (MESQUITA, 2006), além do relatório historiográfico produzido por Costa & Costa (2002) sobre o Paço da Liberdade e fontes primárias registradas sobre os trabalhos de arqueologia na região do centro histórico (HILBERT, 1968); (ARQUEOURBS, 2002), fornecem complementações que possibilitam a contextualização histórica e social que engloba essa proposta de estudo, que também se fundamenta na abordagem crítica sobre história e memória social de Freire (1994).

Nesta pesquisa são também utilizados como objeto de análise os relatórios produzidos pela arqueologia do Programa Monumenta (2007-2013), de autoria do arqueólogo Marcus Corrêa e do Programa de Arqueologia Urbana – Arqueourbs - em 2002, entre os quais, os cadernos técnicos e documentação visual dos trabalhos de arqueologia desenvolvidos na região do centro histórico de Manaus, incluem a área do entorno do Paço da Liberdade, recobrando a trajetória de pesquisas arqueológicas no local. O Projeto de Intervenção Arqueológica da Praça Dom Pedro II, (NEVES, 2003) e o relatório dessas práticas arqueológicas coordenadas pelo arqueólogo Carlos Augusto da Silva, elaborado pela Unidade Executora de Projetos da Manaustur-UEP (2003), também constituem referenciais singulares para interpretação da atuação da arqueologia sobre o universo dessa temática.

De igual forma foi imprescindível para o desenvolvimento do debate sobre políticas culturais e preservação do patrimônio cultural, os documentos e publicações jornalísticas obtidas sobre o manifesto da COIAB em 2003, que trata sobre a reivindicação e tutela das urnas funerárias na Praça Pedro II. Sem as referidas fontes essa pesquisa teria sido inconsistente do ponto de vista crítico sobre os pressupostos de agência humana e não humana, que embasaram a articulação teórica desta etnografia.

O capítulo I remonta uma abordagem sobre as referências de colonização da cidade de Manaus, incluindo elementos históricos ocultados ou que permanecem sem elucidação sobre as fundações históricas que marcaram o contexto social da capital, como os vestígios do Forte de São José da Barra do Rio Negro, enquanto elemento simbólico do processo colonizador

característico da região, retomando a memória de escravidão e extermínio de antigas etnias da Amazônia Brasileira. Essa questão se levanta sobre a expressão assumida pelo próprio contexto arqueológico estudado: O de um edifício histórico, construído sob a influência da arquitetura europeia, oriundo do processo colonizador da cidade, sobrepondo os sepultamentos indígenas de antigas sociedades locais. O peso dessas construções arquitetônicas em pedra e densas massas de estrutura construtiva, associadas à destruição que o aterramento produz sobre o material cultural em subsolo, é imagem explícita na musealização arqueológica *in situ* no interior do edifício do Paço da Liberdade - Fragmentos de antigos sepultamentos indígenas dilacerados pela sobreposição de elementos construtivos da própria estrutura da edificação histórica - O reflexo de uma cultura fragmentada pela imposição da cultura do outro.

O capítulo II destaca a narrativa etnográfica sobre os procedimentos metodológicos desenvolvidos na produção da musealização arqueológica *in situ*, articulando a teoria de agência dos artefatos sobre o desdobramento das práticas de arqueologia e sobre os próprios agentes de mobilização que subjazem esse processo, o movimento indígena da COIAB. Uma ponte para reflexão entre os campos antropologia e arqueologia conflui para uma análise que se volta sobre o paradigma da agência das coisas (objetos/artefatos), e interroga: Como se estabeleceu a atuação da agência relativa à cultura material arqueológica existente no Paço da Liberdade, sobre as pessoas envolvidas no processo de restauração que as evidenciou, partindo dos pressupostos de Gell (1998), sobre a agência dos objetos sobre as pessoas? Sob esse aspecto, a observação de múltiplas atuações da agência do material arqueológico sobre indivíduos nesse contexto, parte da hipótese de uma agência dos artefatos funerários sobre o movimento indígena, que por sua vez foi agente de transformação de uma política de preservação do patrimônio cultural que se estabeleceu a partir de suas reivindicações.

A base de argumentações que fundamentam o capítulo III é elucidada a partir das fontes de pesquisa analisadas sobre materiais de caráter jurídico e documentos oficiais, que se relacionam as implicações sociopolíticas e culturais que interceptaram procedimentos científicos da arqueologia no edifício histórico e o manifesto documentado da COIAB, que se instituiu como base para uma interpretação crítica sobre as políticas culturais no município e o questionamento sobre os direitos da COIAB no repasse sobre a tutela das urnas funerárias da Praça Dom Pedro II para esta organização. Desse modo, a própria cosmovisão das sociedades tradicionais e suas práticas xamânicas e ritualísticas, entram em debate sobre a agência que essa cosmologia carrega na luta pelas reivindicações e movimentos indígenas, trazendo para

essa narrativa, declarações publicitadas desses agentes e reflexões sobre patrimônio cultural e arqueologia pública.

CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZANDO O ESPAÇO “PAÇO DA LIBERDADE” NO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS

Quando se estudam os habitantes do Brasil antes da chegada dos portugueses, é preciso inicialmente lembrar que o país é uma criação política recente, cujas fronteiras atuais não correspondem a limites entre populações pré-históricas, exatamente como hoje existem índios Guarani tanto em parte do Brasil quanto no Paraguai. Durante um bom período da pré-história, os moradores da bacia amazônica devem ter sido muito mais isolados das populações do sul brasileiro que estes dos grupos que ocupavam os pampas argentinos. Por outro lado, tendemos a pensar que as sociedades dos primeiros habitantes das terras baixas da América do Sul eram muito parecidas com as dos remanescentes indígenas atuais; ou, então, procuramos uma imagem deles a partir dos relatos dos cronistas nos séculos XVI e XVII, como Jean de Léry, Hans Staden, André Thevet, Gabriel Soares de Souza, Carvajal e os padres jesuítas.

Ora, sabemos hoje que as sociedades indígenas estavam implantadas no Brasil há mais de 12.000 anos e tiveram muito tempo para se transformar. Por outro lado, os “índios” descritos pelos cronistas são essencialmente os Tupi e os Guarani do litoral, cujas sociedades e costumes eram muito distintos das tribos de outros grupos linguísticos ou étnicos existentes naquela época,(PROUS, 2006, p.07)

1.1 As águas, o forte, a barra: fronteiras coloniais

Do alto do terraço reformado após as obras de revitalização do Paço Municipal, observar a margem do rio tão próximo ao calçamento de pedra da Rua Bernardo Ramos, suas casas e telhados coloniais à beira rio, transporta essas reflexões por um fluxo de imagens sobrepostas, uma arqueologia da paisagem adormecida pelo mistério de um forte desaparecido, uma igreja carmelita que desvaneceu seus escombros. Vejo uma canoa passando longe, sol a “pino” em meio ao rio, luz incandescente na água escura. Quanta água, quantas histórias nelas submersas e, porque não dizer, que seriam elas as protagonistas dessas histórias? Entre as gentes que vivem em suas margens elas parecem enfocar sempre o papel principal, ainda que seja na fluidez antagônica de suas cheias e vazantes.

De acordo com historiadores, Mesquita (2006); Freire (1994); Bittencourt (1969); Corrêa (1964); Batista (2007); Reis (1934; 1989), Monteiro (1994; 2000), a fundação da cidade se iniciou no século XVII, por volta de 1669, a partir da construção de um forte erguido pelos colonizadores portugueses para resguardar o território de ataques de outros estrangeiros. O Forte parece ter sido estrategicamente posicionado nas intermediações entre a confluência dos maiores cursos d’água existentes, onde convergem desembocaduras e

afluências de todos os outros canais de drenagem e veículos de interligação da Bacia Amazônica com outras regiões que integram limites entre territórios na época ocupados por outros estrangeiros. A oeste e noroeste pelos espanhóis colonizadores do Peru, Colômbia, Venezuela; e ao norte pelos holandeses e franceses, nos países hoje conhecidos como Guiana e Suriname.

A ocupação da área e constituição de um pequeno povoado então chamado Lugar da Barra, onde atualmente se localiza a capital do Amazonas, ocorreu nos arredores do fenômeno natural “encontro das águas” dos Rios Negro e Solimões, ponto onde as águas escuras do Negro se encerram junto às águas barrentas do Solimões, que a partir desse marco passa a ser chamado Rio Amazonas (AB’SABER 2003; 2004; 2010). Esses dois grandes rios interagem como veículos de interligação entre fronteiras de ocupação do período colonial, onde a nascente do Rio Negro que desponta entre os limites territoriais da atual Colômbia e Venezuela, mais especificamente no Lago Manoa, assim chamado em 1535 por Francisco Orellana conforme registros de Humboldt (1852); Sautchuck (2000), referindo-se a confluência do canal de Cassiquere, localizado à margem esquerda do Orinoco e o rio Guáini, que intercepta o Solimões, proveniente da região cisandina do Peru (Cordilheira dos Andes), atualmente chamado Apurímac, alternando outras nomenclaturas até atingir o território de ocupação portuguesa, onde se coadunam formando uma extensa rede aquaviária cujo percurso de afluentes e rotas de navegação adentravam diferentes regiões da bacia amazônica, historicamente ocupada por colonizadores europeus que se confrontavam pela hegemonia territorial.

Ao observar cartograficamente que a formação hidromorfológica das bacias do Amazonas e Orinoco, culmina no encontro das águas dos rios Negro e Solimões, fica mais explícita a visão de que a localização escolhida para construção de um Forte, próximo a esse “encontro das águas”, não foi mera conveniência. A posição vicinal do Forte e povoado, onde hoje está localizada a cidade de Manaus, na desembocadura dessas vertentes, é estreito de passagem obrigatória para quaisquer embarcações que percorram os únicos rios plenamente navegáveis que acessam territórios estrangeiros e adentram a Amazônia. Analisando as rotas navegáveis para acessar regiões estrangeiras, a partir do extremo norte existe a opção do Rio Branco que acessa a Guiana, e como afluente do Negro é necessário que se navegue por ele passando por Manaus para chegar a outras regiões do interior ou seguir em direção leste até Belém via Rio Amazonas.

Outra opção possível está a noroeste, cuja entrada é a área de fronteira conhecida como Cabeça do Cachorro, pela Colômbia ou Venezuela. Entretanto, todos os maiores cursos fluviais dessa região como o Içana e Vaupés, são afluentes e desaguam no Rio Negro, atingindo sua amplitude na região de São Gabriel da Cachoeira, distante 852km a noroeste de Manaus, o que faz dessa rota, passagem obrigatória de quem deseja ultrapassar a região Amazônica para qualquer zona territorial. Outras rotas navegáveis possíveis ao sul do Amazonas, como os Rios Juruá, Tarauacá, Tefé, Coari, Purus, Madeira e o Tapajós na região do Pará, são afluentes do próprio Rio Amazonas, sendo este sua fronteira de transição entre o extremo norte e a direção nordeste do território Brasileiro, o que reforça a ideia de que Manaus foi escolhida como zona de defesa e ataque do domínio colonial, distinta por sua singularidade geopolítica como ponto estratégico e incontornável para adentrar o território ou prosseguir em outras rotas fluviais pela Amazônia.

Considerando o ponto de vista eurocêntrico do século XVI, destacado pela imposição do velho continente em suas rotas de navegação, tais demarcações se instauraram como fronteiras políticas, de ataque e defesa do poder e soberania entre as monarquias expedicionárias dominantes: Inglaterra, França, Espanha, Portugal, Holanda. Nesse contexto, a região central da Bacia Amazônica, posicionada entre a costa litorânea ao norte do continente e os limites de aprofundamento para interior do território, permite a suposição de que sua localização tenha sido uma escolha estratégia do ponto de vista geográfico, reunindo características essenciais para assegurar o controle e domínio territorial Português, a partir de uma perspectiva espacial de fronteira, marco de impedimento ou obstáculo que inibe, dificulta a penetração ao interior do território que o limite resguarda, não como fronteira imaterial ou simbólica presente nos estudos de fronteiras e identidade, mas no sentido mais específico de fronteiras externas e questões de segurança que caracterizam fronteiras materiais, como expresso por Amante (2014).

Outro elemento sinalizador para essa hipótese sobre a ocupação da localidade, se relaciona a construção do Forte, a Fortaleza da Barra do Rio Negro, cuja data exata de sua fundação apresenta leituras diversas, possivelmente, devido às dificuldades de interpretação das cartas e documentos históricos relacionados. No entanto a hipótese de Reis (1934, p. 35) que afirma “registrei, na *História do Amazonas*, a data de 1669, dando a Falcão a autoria da construção e ao governador Coelho de Carvalho a das ordens para a obra; Segui Sampaio, Araújo Amazonas, Joaquim Nabuco”, parece mais esclarecedora quanto ao período de sua construção. Ainda assim, o mistério sobre a existência e localização do Forte, compreendido

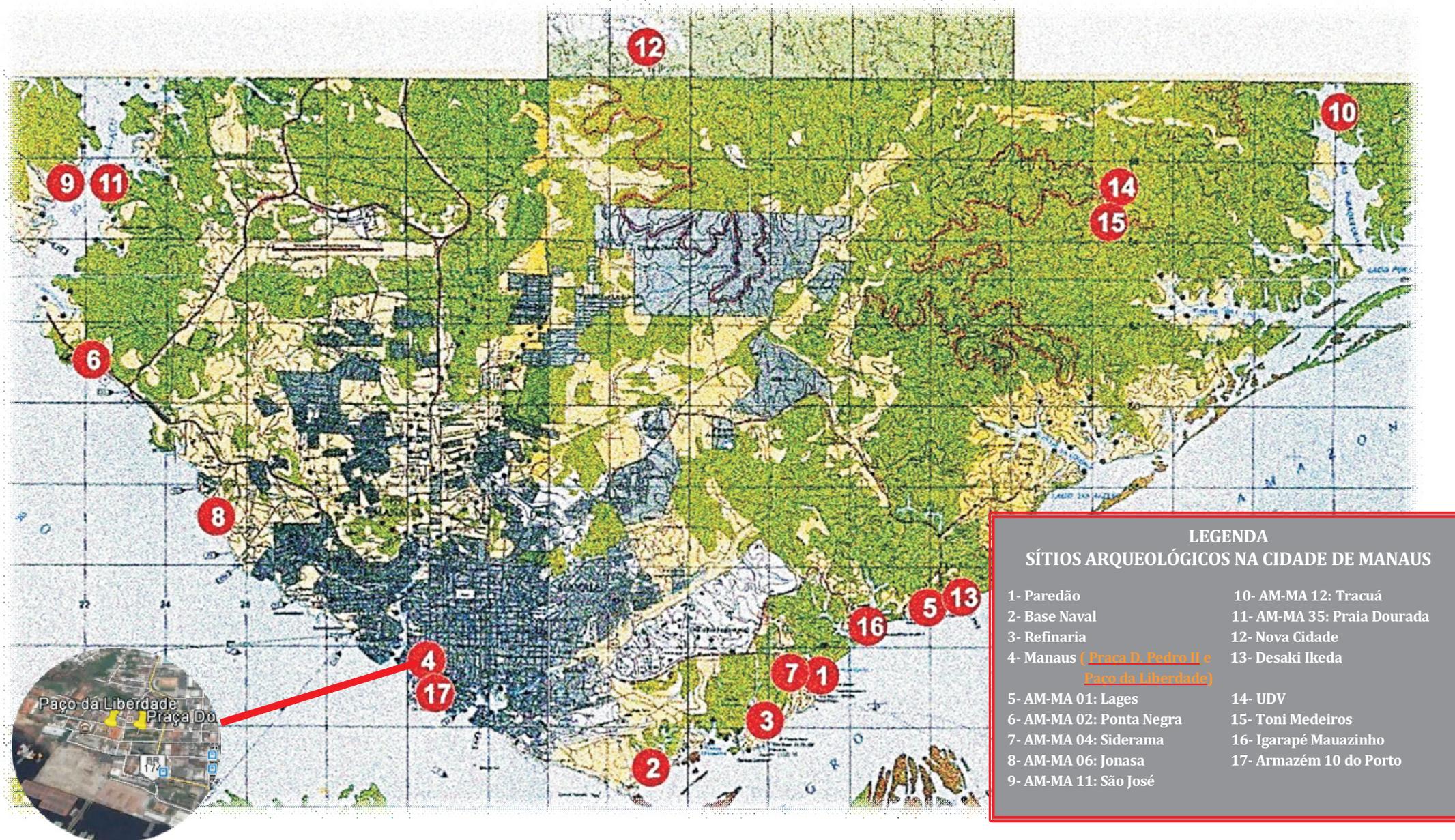
como marco fundador da colonização local, permanece envolto em hipóteses até hoje não comprovadas. Sua exata localização, descrita por Monteiro (1994), reiterada por Reis (1934), Freire (1994), não apresenta vestígios materiais de que tenha sido erguido naquele local.

Em 2002, o governo do Estado contratou uma equipe de arqueologia, coordenada por Paulo Eduardo Zanettini e Eduardo Góes Neves (USP) para desenvolver o Programa Arqueourbs, cujo enfoque pretendia resgatar elementos de cultura material, em especial as ruínas da muralha de pedra e elementos bélicos da antiga Fortaleza. A pesquisa, desempenhou abertura de vários cortes arqueológicos com base na documentação histórica que apontava a localização do sítio, estendendo a busca por toda área possível de ser investigada no centro histórico da cidade, incluindo a Praça Dom Pedro II, onde está registrado o sítio arqueológico Manaus, cemitério indígena pré-colonial apontado no cadastro nacional de sítios arqueológicos (CNSA- IPHAN) pela sigla AM-01(Figura 01,p. 24).

Foram utilizados, além de uma malha de prospecção abrangente para busca de artefatos, equipamentos de tecnologia avançada como GPR (Ground Penetrating Radar) que detectam materiais em subsolo, via emissão de ondas sonares e eletromagnéticas que produzem imagens virtuais dos elementos soterrados, geralmente utilizados na busca de elementos de grande escala, como ruínas e edificações, sem no entanto obterem o sucesso específico sobre evidências materiais do antigo Forte. Essa pesquisa aplicada encontrou na área da alfândega no centro histórico de Manaus, (local apontado por Mario Ipiranga Monteiro como terreno de construção do Forte), evidências de um muro em arenito, comum nas construções de arquitetura europeia do século XIX em Manaus (a exemplo do Teatro Amazonas, Paço Municipal, entre outros edifícios), não sendo possível atribuir-lhe resultados contundentes sobre ser este material remanescente da primeira fortificação.

Mesmo sem a resposta esperada sobre o ponto indicado da edificação, a polêmica levantada nessa pesquisa, em especial pelos movimentos indígenas da Amazônia Brasileira e os organismos ligados à proteção do patrimônio cultural como o IPHAN-AM, estão diretamente relacionados ao desdobramento que originou a pesquisa ora apresentada. Sobre tais questões voltarei novamente a tratar com maior aprofundamento sobre como se desencadeou o processo que irrompeu a evidenciação dos artefatos arqueológicos no interior do Paço da Liberdade, também localizado na Praça Dom Pedro II e sobre o qual desenvolvi como eixo de observação participante a análise desse estudo.

Figura 01. Posicionamento geográfico de sítios arqueológicos cadastrados na região de Manaus



A ausência de indicadores mais precisos sobre a localização do Forte da Barra do Rio Negro, me levaram a investigar outras possibilidades que pudessem apontar novas hipóteses para sua localização. Perscrutando imagens cartográficas de um antigo mapa de autoria de Tenreiro Aranha (1852), (Figura 02, pág 26) e navegando em imagens satélites pela bacia amazônica, observei como poderia se localizar, do ponto de vista político-geográfico, mais estrategicamente posicionado, um forte nessa região. Confrontei alguns dados históricos e verifiquei que contradições entre relatos e estudos publicados, da mesma forma que confundem sua precisão espacial, trazem à luz outros parâmetros indicativos sobre alternativas possíveis para o local de sua construção. De acordo com Monteiro (1994; p.25, 26),

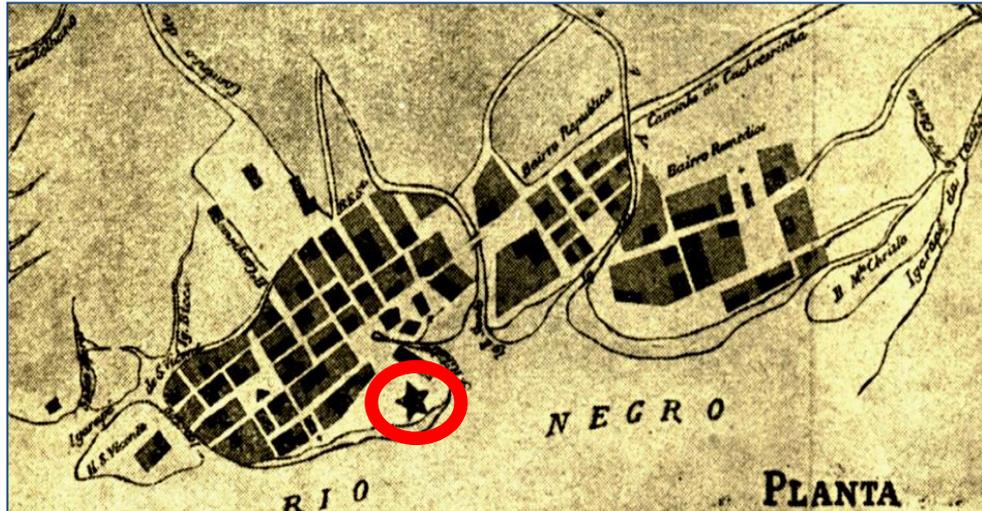
Aos 3° 8' 7" latitude S e 60° 61' 34" longitude O Greenwich, na altura de 44,99 metros sobre o nível do mar, ergueu-se lentamente, colgada a barreira da margem esquerda do Rio Negro, um simulacro de fortaleza, de forma quadrangular, em pedra e barro [...] Duas peças de bronze e duas de ferro, respectivamente de calibres um e três guarneciam as cortinas numa ameaça surda e inútil ao invasor suspeitado. [...] Esse forte ficava precisamente a três léguas da foz do Rio Negro, num cômodo suave, barreira, como era chamada à época, mais ou menos no local onde se encontra hoje a Fazenda Pública.

A descrição apontada por Monteiro (1994), também é encontrada nos relatos de Reis (1934; p.46), citando Alexandre Rodrigues Ferreira (1786), que detalha a existência de dois igarapés, que contribuem para leitura geográfica do posicionamento do Forte.

Está a fortaleza fundada na frente de uma povoação de índios e alguns moradores brancos, a qual se divide em dois bairros, ao longo da margem boreal: ambos eles ocupam uma porção da barreira que medeia entre dois igarapés da tapera dos Maués e dito dos Manaós. Porém a porção da barreira, que serve de base ao primeiro bairro, onde estão situadas a matriz e ambas as residências do reverendo vigário e do comandante é mais alta e mais avançada sobre o rio, do que a do segundo bairro, onde só há 8 casas. Uma outra é bordada de grandes lajes de pedras com pouco sensíveis interrupções.

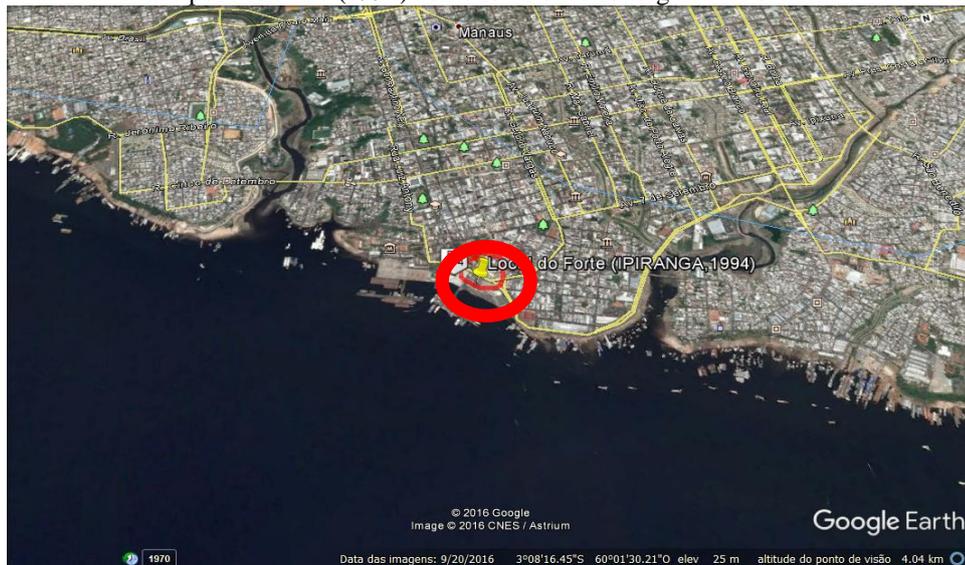
As descrições sobre a posição geográfica do forte quando confrontadas cartograficamente com a localização atual da Fazenda Pública de Manaus, (edifício da Alfândega, arqueologicamente investigado pelo já mencionado Programa Arqueourbs), não sugerem tais feições geográficas expostas por Monteiro e se diferem do mapa desenhado por Tenreiro Aranha (1852). Para elucidar essa comparação, apresento em imagem a perspectiva dos dois mapas, com sinalização em vermelho sobre a suposta localização do Forte;

Figura 02. Mapa Tenreiro Aranha 1852



Fonte: Monteiro (1994; p.79) - Fundação de Manaus

Figura 03. Imagem satélite de Manaus identificando área do prédio da Alfândega, citada por Monteiro (1994) como local onde foi erguida a Fortaleza



Fonte: Google Earth 2016

Seguindo as feições cartográficas da região do centro histórico de Manaus, com base nas feições geomorfológicas apontadas pela altura das barreiras descritas nos relatos, busquei virtualmente uma área próxima com terreno sob uma elevação que justificasse a localização de um Forte, que junto a outro relato de Ipiranga (1994, p.41) sobre o canhão que ele mesmo identificou junto à área militar da antiga Ilha de São Vicente para onde teria sido transferida no passado a guarda militar, possivelmente com alguns materiais residuais do Forte, onde diz que: “quando estive na presidência do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, vasculhando certa vez as ruínas do antigo hospital militar, dei com um canhão pequeno, que cedido pelo Coronel Nobre foi recolhido ao Museu daquela instituição e lá se encontra com

algumas balas de vários calibres. Penso que esse canhão seria um dos remanescentes do Forte”.

Essa observação me levou a aproximar a hipótese sobre essa antiga área militar, onde hoje se localiza uma base da marinha, que associada a grande semelhança cartográfica atual com o antigo mapeamento da Fortaleza, e a suposta altitude que propiciaria sua construção (aproximadamente 20m na atual cartografia), me levaram a hipótese de que essa edificação teria sido erguida praticamente em frente a essa base militar, mais especificamente próximo a lateral da entrada do rio que a margeia, onde é possível notar a semelhança entre as feições da cartografia (Figuras 06 e 07, p.28). A partir dessa hipótese o forte poderia ter sido construído próximo à área onde hoje se encontra a usina termelétrica de Aparecida, à margem do Rio Negro. No passado, a antiga fabrica da cervejaria Miranda Corrêa (figuras 04 e 05).

Figuras 04 - 05: Área da antiga fábrica da cervejaria Miranda Corrêa vista pela ponte Senador Fabio Lucena e Usina Termelétrica de Aparecida



Imagem: Camila Iribarrem – Jan/2017

Entretanto, nunca houve pesquisas nessa área que pudessem elucidar comprovações sobre essa perspectiva. O único Programa de arqueologia urbana já citado neste estudo, que investigou possíveis vestígios sobre a localização do forte, não prosseguiu com prospecções arqueológicas na área apontada por essa hipótese, onde hoje se encontra o bairro de Nossa Senhora Aparecida.. Ainda que a fortaleza possa ter sido destruída pelas intempéries, já que, conforme os relatos, sua construção havia sido erguida em pedras e barro, não foram encontrados vestígios que indiquem suas estruturas de fundação, ou outros remanescentes de cultura material que apontem sua existência nos locais antes pesquisados.

Figura 06. Mapa Tenreiro Aranha 1852 – Imagem em fotocópia digital



Fonte: Monteiro (1994; p.79): Fundação de Manaus

Figura 07. Ilustração comparativa da cartografia antiga e outra hipótese sobre a localização do Forte



Fonte: Google Earth 2016 – Imagem em fotocópia digital

Cabe ressaltar, que a importância sobre a localização do forte, não se recobre apenas por sua condição histórica enquanto marco de origem do povoamento da região, ou como espaço destinado a proteção e guarda territorial. Mais que uma construção guarnecida por poucos armamentos contra ataques estrangeiros, o Forte da Barra de São José do Rio Negro, pode ser interpretado enquanto símbolo de poder da ocupação portuguesa, cuja imposição de sua localização dentro das terras do povo Manaó, e a preocupação com a criação de um vilarejo composto por indivíduos de outras etnias ao redor do forte, suscita uma estratégia de ocupação no intuito de enfraquecer a sociedade que habitava o local, predominante desde a extensão do Rio Negro até o Rio Branco, mantendo intenso comércio com os holandeses ao norte, na Guiana.

1.2 Ocupação multiétnica como estratégia de domínio territorial

A concepção do Lugar da Barra como vilarejo que acompanhava o Forte do Rio Negro, esconde uma das mais violentas e sangrentas histórias de massacres e extermínio de grupos étnicos extintos. A ocupação da região, a partir da imposição de um símbolo bélico como a fortaleza e a criação de um aldeamento multiétnico, formado por indivíduos de diferentes grupos indígenas, em geral descidos¹, escravos, apartados de suas famílias de origem e transferidos para o local condicionados a viverem em contradição a sua cultura original, representa a face da violação cultural e invasão territorial que a ocupação portuguesa promoveu entre os diversos povos amazônicos e os habitantes originários da região, em especial os Manaós, cuja resistência ao domínio português levou a total extinção de uma das maiores sociedades existentes na Amazônia antiga. Como retrata Freire (1994:169), “Os Manáo resistiram a invasão de seu território com armas na mão, até serem completamente varridos do mapa, confirmando um mito da tribo de que seu mundo seria destruído por um grande fogo”.

Sobre os povos que habitavam o Rio Negro, de acordo com a pesquisa de Freire (1994,p.164), estes “pertenciam em sua maioria ao troco linguístico Aruak. Os registros das etnias que foram descidas para formação do novo núcleo populacional da Barra, apontavam as etnias Baré, Passé e Baniwa. Segundo Reis (1934, p.40), “os Barés vinham do Japurá; os

¹ Relativo a “descimento”, nomenclatura explicativa sobre as expedições missionárias religiosas e militares dos séculos XVII e XVIII, para designar a imposição colonialista de transferir indígenas de suas aldeias de origem para outros locais de interesse da ocupação dos europeus na América do Sul.

Banibas no Içana e Ixié; os Passés, os últimos desse contingente do Japurá”. Três deles se destacaram historicamente, enfrentando-se ao conquistador: os Manáo, que emprestaram o nome a atual capital do Amazonas, os Baré e os Tarumã.” Documentos históricos investigados por Reis (1906, 1998), baseados na carta de 1660 do padre Antônio Vieira à Rainha Luiza Francisca de Gusmão, apontam que o princípio da colonização da região de Manaus, ocorreu a partir dos primeiros contatos dos Jesuítas com o povo Tarumã, no Rio Negro, os quais foram “catequizados” e agrupados em uma missão próxima a boca do rio Tarumã. Essa mesma missão de acordo com a crítica de Freire (1994), teria reunido um importante número de indígenas escravizados, transferidos para outras localidades, entre elas a cidade de Belém, além de ter sido a partir da escravização dos Tarumã que se ergueu a Fortaleza do Lugar da Barra.

Tais considerações trazem à luz apontamentos sobre as estratégias Portuguesas mediante a ruptura do Tratado de Tordesilhas, correlacionando à famigerada viagem de Pedro Teixeira (1639), junto às tropas de resgates, religiosos e militares portugueses que puderam observar a possibilidade de escravizar inúmeros grupos que compunham as sociedades amazônicas. Tais perspectivas adiantaram os portugueses na colonização da região, que atuando a partir dos Tarumã, na região da Amazônia Central, em meados de 1657, instilaram a ruptura deste Tratado. Segundo Freire (1994, p. 167);

Entre 1657 e 1661, os jesuítas comandaram várias tropas anuais de resgates, descendo mais de 5 mil índios do Rio negro para Belém, depois de estabelecerem um arraial provisório – um curral de índios – na boca do Rio Tarumã, afluente do Negro. Esses índios encurralados no arraial, provavelmente com outros trazidos do Xingu, serviram de mão de obra para a construção da Fortaleza de São José do Rio negro (1669), ao redor do qual se iria constituir um núcleo populacional denominado “Lugar da Barra”, onde logo depois seria erguida uma ermida coberta de palha, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição.

Entretanto, as investidas portuguesas encontraram grandes dificuldades na colonização do Rio Negro, em especial devido a impetuosidade dos Manáo, amplamente descrita entre viajantes, jesuítas e militares portugueses. Dominantes em inúmeros aldeamentos do Rio Negro, esse povo foi também descrito como guerreiro e altivo, dominantes entre outras etnias e liderados por um dos emblemáticos guerreiros considerado lendário pela luta por seu território e cultura nativa, o Manáo Ajuricaba. Sua fama se espalhou entre monarcas e colonizadores, fazendo com que fatores controversos se discorram sobre sua liderança e assassinato. Supostas parcerias comerciais, em especial a troca de escravos e armas entre os

Manáó e os Holandeses, associada a persuasão de Ajuricaba em reunir outros povos contra a ocupação portuguesa, como os aguerridos Maiapenas da zona das cachoeiras, conforme informações obtidas em Reis (1906,1995), fizeram de Ajuricaba agente e protagonista da luta do povo Manáó durante o primeiro século de ocupação colonialista.

Nesse sentido, relatos apontam que os carmelitas contribuíram insistentemente na catequização dos Manáó, com papel relevante em tentativas de negociação diplomática entre essa etnia e o próprio Ajuricaba, destacadas como proveitosas para os colonizadores. Todavia o domínio populacional e político que esse grupo étnico representou, apontado por tantos cronistas e viajantes, certamente ameaçava a hegemonia do poder colonial, que além da violência física impetrada em guerras bélicas travadas para dizimar essa sociedade, utilizou ainda a violência ou coação psicológica, minando² o território desses povos, condensando agrupamentos populacionais de indígenas descidos de diversas partes da Amazônia, que Freire (1994) denominou “curral de índios”, no qual compreendo ter sido uma estratégia de desterritorialização³, ou seja, uma forma de desapropriação de territorialidades coletivas (MALDI, 1997; LITTLE, 2002), de ruptura dos vínculos identitários com o caráter simbólico do território, cujo mecanismo se constitui em um modelo de ocupação multiétnica como forma de imposição do domínio territorial português. Como apontado por Fraxe (2000, p.29), “para cada revolta indígena havia um assentamento fortificado com o nome de aldeamento.”

Esse mecanismo de desapropriação territorial atribuído á invasão de áreas antes habitadas pelos Manáó a partir da ocupação de indivíduos escravizados de diferentes origens étnicas sob a tutela de um simbolismo bélico-político do período colonial - a fortaleza – dando origem ao vilarejo onde hoje está localizada Manaus, se desdobra passados três séculos em uma face diminuída e constrangida da população nativa, cujas referências histórico-culturais suplantadas pela imposição colonialista, nega por desconhecimento ou constrangimento suas origens indígenas, tão marcadamente expressas na forma de viver a Amazônia, de um povo coadunado entre o impacto da ruptura cultural na ocupação colonialista e a contínua imposição etnocêntrica dos modos de vida correspondentes aos interesses políticos e econômicos do neoliberalismo contemporâneo.

² Sentido figurado de enfraquecer ou arruinar de uma forma lenta e dissimulada; corroer lentamente; consumir (Infopédia –Dicionários Porto Editora 2017)

³ Conceito geopolítico relativo a perda material e imaterial de território geográfico por indivíduos ou coletividades; perda de patrimônio cultural material /imaterial a partir da ruptura de vínculo espacial (HAESBAERT, 2004)

Essa contínua imposição dos padrões de vida europeus se estabeleceu na região como modelo de qualidade de vida suplantando quaisquer considerações culturais que caracterizaram os modos de viver da população nativa, com discriminação e substituição dos aspectos primordiais de sua cultura, incluindo os sentidos de religiosidade de seus ritos e deuses pela catequização católica; suas habitações adequadas ao clima e sistema simbólico da floresta pelas edificações e arquitetura europeia; suas formas de comer, vestir, alimentar-se, criar, constituir família e viver em sociedade sob um sistema comunitário, subjugado pelos valores culturais da supremacia colonialista. Aproveito a percepção de Silva (2016, p.22), para elucidar alternativas arquitetônicas elaboradas pelas populações tradicionais para transpor os desafios cotidianos da floresta:

A frequente perturbação de carapanã pode ter ocasionado que na maioria das aldeias pré-colombianas a arquitetura fosse de estilo circular como mostrou Moraes (2006), na área da Amazônia Central. E, ainda hoje, algumas aldeias têm essas características de serem bem protegidas, com casas cujas paredes são trançadas de palhas de *inajá*, *mariri*, *ubim* etc., que às vezes chegam até próximo ao solo, com o objetivo de dificultar o acesso de carapanãs no interior das moradias.

1.3 O sítio arqueológico Manaus e a colonização da capital

Considero uma das expressões mais explícitas dessa imposição cultural, a imagem das urnas funerárias de antigas sociedades amazônicas, sobreposta pela construção de arquitetura europeia do Paço da Liberdade, edifício histórico localizado na área tombada como região histórica onde foi iniciada a colonização da capital. A partir de um processo de escavação arqueológica nesse local, do qual participei e escolhi discorrer nessa pesquisa, a exposição do material arqueológico pré-colonial sobreposto pelos artefatos do período colonial é uma imagem marcante, uma composição arqueológica singular que também reflete o etnocentrismo no desenvolvimento da cultura urbana da capital, onde a equipe de arqueologia do qual participei lutou para que esse mesmo processo de escavação continuasse exposto à visitação pública, passando por diversas etapas para que se efetivasse esse formato de exposição da arqueologia *in situ*.

Não seria exagero dizer que Manaus está assentada sob um gigantesco sítio arqueológico. Não exatamente um único sítio, mas uma sequência deles, os quais muitos se uniam entre territórios que foram habitados por antigos povos da Amazônia. Essa perspectiva de uma Amazônia antiga de elevado índice demográfico, pode ser verificada entre documentos e relatos históricos que narram a saga de militares e religiosos pela Amazônia,

com destaque para os relatos do Frei Cristovam d'Acuña, sobre a viagem de Pedro Teixeira (1639), oficialmente registrado no livro “Nuevo Descubrimiento del Gran Rio de Las Amazonas”, editado em Madrid (1641), onde descreve detalhes das aldeias densamente povoadas de “milhares de índios” no percurso de todo o Rio Amazonas e Negro, por onde navegaram esses viajantes. Assim como esses, outros documentos históricos que revelam a massa populacional existente na Amazônia do século XVII, arqueólogos que pesquisaram a região de Manaus constataram a partir dos vestígios encontrados em sítios da região, essa mesma realidade.

O que há de se dizer de um corte arqueológico medindo 1m², com cerca de 1m de profundidade, de onde se resgatam mais de 1000 fragmentos cerâmicos? Essas condições foram e ainda são encontrados em inúmeros sítios locais, principalmente os menos afetados pelo impacto urbano da capital. Ainda assim essa mesma condição foi verificada na abertura dos nichos arquitetônicos durante os trabalhos de restauração do Paço da Liberdade, onde pude verificar, que a menor abertura no solo, mesmo impactado pela construção do edifício, chegava a apresentar com apenas 20cm de aprofundamento cerca de 200 fragmentos de períodos distintos. (figuras 08 e 09)

Figuras 08 e 09. Acompanhamento da equipe de arqueologia na abertura dos nichos arquitetônicos e técnica de verificação de vestígios arqueológicos em peneira no Paço da Liberdade.



Imagens: Hamilton Salgado

A região do Iranduba, localizada na zona rural de Manaus _ que hoje se caracteriza como uma área de expansão urbana, principalmente após a construção da Ponte sobre o Rio Negro, inaugurada em outubro de 2011_ por sua condição menos impactada entre o período de 1995 à 2011, foi base de um programa acadêmico de pesquisas arqueológicas, o PAC, (Programa Amazônia Central), coordenado pelo Prof. Dr. Eduardo Góes Neves-USP, que desenvolveu inúmeras pesquisas na região, fundamentando a formação de arqueólogos atuantes na região de Manaus, como Carlos Augusto da Silva, Helena Lima, Fernando Costa,

Bruno Marcos Moraes, Anne Rap, Claide Moraes e outros alunos da USP que iniciaram suas pesquisas em arqueologia nessa região.

Entre as produções de pesquisas desenvolvidas por esse programa, uma das características evidentes sobre o tema é a densa massa de vestígios cerâmicos encontrados em quaisquer sítios referentes à região. Ainda que se possa atribuir a esses antigos habitantes qualidades de exímios oleiros, a profusão de material arqueológico cerâmico apontada nos registros de pesquisas, é incomparável a outras zonas do Brasil, seja nordeste, centro oeste, sudeste ou sul geográficos. Nesse aspecto, não é absurdo argumentar que a região norte brasileira, atualmente, detentora do menor índice de densidade demográfica, na contramão de sua posição de maior população indígena do Brasil, possa ter sido na antiguidade uma das zonas territoriais mais densamente povoadas por antigas sociedades que já habitavam a América antes da invasão europeia.

Como já apontado em outros estudos sobre arqueologia nos arredores de Manaus, Lima (2008); Lima & Moraes (2010), Lima; Silva & Moraes (2011), ainda que o registro de materiais arqueológicos já tivessem sido observados no século XIX, como a ilustração das circunferências das urnas funerárias evidenciadas na área do Sítio Manaus, zona central onde hoje encontra-se a Praça D. Pedro II, por Paul Marcoy (2001), as pesquisas arqueológicas de caráter científico se iniciaram na região em meados do século XX, com os primeiros registros de sítios locais realizados pelo pesquisador alemão Peter Paul Hilbert em 1968. Os primeiros artefatos por ele identificados incrustados em um barranco próximo ao encontro das águas, deram origem a titulação de uma fase arqueológica denominada Paredão, correlacionando o material arqueológico em evidência sob uma grande “parede sedimentar de terra”- o Paredão.

Entretanto o prosseguimento e sistematização desses estudos que envolveram não somente a região de Manaus, mas também a Amazônia entre 1970 e 1983 com o Programa Nacional de pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica, o PRONAPABA, coordenados pelo arqueólogo Mário Simões do Museu Paraense Emilio Goeldi, adotaram a abordagem determinista dos pesquisadores norte americanos Betty Meggers e seu companheiro Clifford Evans, precursores na década de 50 dos estudos arqueológicos que compreenderam as terras baixas da América do Sul, dentre as quais, regiões da Colômbia, Equador, Guianas e uma vasta investigação sobre a bacia amazônica brasileira levando a cabo o modelo difusionista pautado nas teorias neoevolucionistas da ecologia cultural norte americana. Os maiores

representantes desta escola, Robert Lowie e Steward (1948), formularam o conceito de cultura de floresta tropical, onde o ambiente equatorial da floresta amazônica atuaria como determinante ecológico de subsistência impedindo o crescimento demográfico das populações existentes e conseqüentemente sua complexidade cultural.

A primeira metade do século XX até o início da segunda guerra mundial, período marcado pela imposição colonialista e a estruturação capitalista, também se refletiu nos procedimentos e atuação das organizações científicas em prol de interesses políticos das nações dominantes. Sob a perspectiva do determinismo ecológico, e difusionismo cultural, o casal Betty Meggers e Clifford Evans, principia uma nova etapa na história da arqueologia amazônica, a partir de 1959, com as primeiras escavações na foz do Rio Amazonas. Seus trabalhos influenciaram outros pesquisadores e se propuseram a comprovar a partir da disseminação do pensamento difusionista aplicado as terras baixas da América do Sul, propondo que a origem do povoamento da Amazônia teria partido dos Andes e se espalhado através de migrações pelas Guianas até a Amazônia Brasileira, onde é possível serem observados traços de difusão nas cerâmicas arqueológicas entre outros processos culturais: “The existence of population movements has been inferred from linguistic distributions and, if such inferences are correct, it might be expected that other cultural elements would have been transmitted at the same time.(MEGGERS & EVANS,1961:88).

Para esses pesquisadores essa cultura de proveniência andina havia declinado culturalmente em função das limitações do ambiente de floresta tropical (MEGGERS,1954), justificando toda narrativa da antropologia ecológica ou ecologia cultural de Julian Stewart publicada em seu famoso Handbook of South American Indians.Como argumento à teoria difusionista e a idéia de que não seria possível a existência de sociedades complexas na Amazônia, e conseqüentemente grandes densidades demográficas em sociedades extintas na região, Meggers e Evans elaboraram outros modelos teóricos aplicáveis a justificativa proposta pela problemática do ambiente de floresta tropical, como a dicotomia de várzea e terra firme, propondo uma dinâmica paradoxal entre os dois ambientes, um como provedor de condições prósperas para o subsistência humana (várzea), e outro limitador ambiental para a sobrevivência de sociedades por longos períodos (terra-firme) (MEGGERS,1991).

Seus postulados, apesar de criticados e sobrepujados por novas teorias antropológicas que ascenderam ao pensamento difusionista, constituíram a essência dos debates travados sobre a história de ocupação da Amazônia pré-colonial, deflagrados posteriormente por outros

pesquisadores como Anna Roosevelt, que incansavelmente criticou o determinismo ecológico, buscando dados empíricos que derrubassem os pressupostos de Meggers sobre a hipótese de difusão cultural na Amazônia. Roosevelt (1991,1995) e Donald Lathrap (1970), que partindo de um pensamento diametralmente oposto ao de Meggers, expôs um paradigma revolucionário para arqueologia amazônica, com seu modelo cardíaco, partindo do pressuposto que a Amazônia Central seria um centro de origem das principais inovações tecnológicas_ a agricultura e a cerâmica (GOMES,2002; NEVES 2012).

Ainda que muitas pesquisas contemporâneas forneçam indicadores empíricos sobre a larga ocupação pretérita da Amazônia, a criação do paradigma sobre o vazio populacional existente na atualidade com base nas teorias neoevolucionistas que impregnaram conceitos gerais sobre a região Amazônica como território insólito a sobrevivência humana, parece fundamentar uma justificativa contrária a constatação do massacre histórico na colonização das américas e a extinção da maior parte das populações autóctones que povoaram a região. Há ainda, uma estreita relação com a implantação dos conceitos neoliberais, que a exemplo de Manaus, pode-se dizer que aderiu a implementação desse modelo social com a implantação da Zona Franca de Manaus (1967) durante a ditadura militar (1964-1985), condensando na região da capital um polo industrial, cuja efetivação ocorreu elevando a expansão urbana sem planejamento em detrimento da valorização de vestígios culturais pretéritos, provocando uma alienação na memória social das gerações subsequentes sobre as origens desses antepassados amazônicos.

Em Manaus, muitos sítios arqueológicos foram destruídos em benefício desse crescimento urbano que a cidade obteve no decorrer das últimas décadas, desde as construções de arquitetura europeia favorecidas no período de exportação da borracha ou ciclo econômico da borracha, compreendido entre o final do século XIX (1870) e o início do século XX (1912),que manifestaram uma expressão cultural de raízes europeias, a Belle Èpoque, extensiva às principais capitais Brasileiras. Manaus, nessa época, detinha uma das maiores rendas per-capitas devido a abundante exploração do látex da seringueira no interior do Amazonas, recebendo grande parte das obras e infraestrutura urbana referente a esse período. Destacaram-se a administração do governador Eduardo Gonçalves Ribeiro (1890-1896), responsável por grande parte das obras e aterramentos na região central da capital.

No local onde foi construída a Praça D. Pedro II (1852) e o primeiro palácio da cidade, o Paço Municipal (1884), também chamado na atualidade Paço da Liberdade, erguido durante a

administração de Lobo D'Almada, está localizada a zona central de um dos mais importantes sítios arqueológicos locais _ o Sítio Manaus_ local de sepultamento e habitações de antepassados das populações nativas. Por volta de 1893, a Praça D. Pedro II, sofreu novas intervenções urbanísticas, com a construção de um coreto *Art Nouveau*, uma fonte de bronze, além do aterramento das vias do entorno e plantação de mudas ornamentais, propostas na reurbanização empreendida por Eduardo Ribeiro, que se configurou como mais uma interferência contundente para deterioração do cemitério indígena pré-colonial submerso entre as camadas de aterro que receberam tais obras. De acordo com o levantamento de Mesquita (2006, p.276) citando o historiador Agnelo Bittencourt, “quando o governador Eduardo Ribeiro mandou nivelar as ruas em torno da praça, descobriu-se uma grande quantidade de urnas funerárias indígenas, levando-o a concluir que o núcleo principal do cemitério ficava sob a praça”.

Na atualidade, a área correspondente ao sítio Manaus registrado no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, também está inserido no perímetro de Tombamento do Centro Histórico de Manaus pelo próprio IPHAN-AM (Figura 10, p. 39), integrando a região correspondente a pesquisa e exposição da arqueologia *in situ* no interior do Paço da Liberdade, que propiciou essa pesquisa de campo. Nesse processo diversos organismos institucionais foram envolvidos para que a proposta desse formato de exposição arqueológica fosse efetivada, dentre os quais, a Prefeitura Municipal; empresas privadas da construção civil; programas de incentivo a cultura; o IPHAN, a COIAB, e o Ministério Público. A partir desse ponto, tratarei de como se desencadeou esse processo, desde a consecução das etapas de campo arqueológicas e a perspectiva empregada na realização da musealização dos artefatos *in situ*, assim como as implicações políticas e as questões relativas a preservação do patrimônio cultural que se relacionam a essa pesquisa.

1.4 Implicações sociopolíticas e culturais da arqueologia no Paço

Tombado pela Lei Municipal nº 636 de 19 de dezembro de 1957, como patrimônio Cultural Edificado do Município, o Paço da Liberdade também está localizado no perímetro de tombamento do Centro Histórico de Manaus, aprovado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em 26 de janeiro de 2012, e inscrito no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Possui a

Figura 10. Perímetro de Tombamento do Centro Histórico de Manaus



Fonte: Acervo Manauscult 2011

particularidade de abrigar a somatória de tempos e referências anteriores à colonização europeia até o presente, reunindo elementos de significação cultural e etnohistórica da constituição social da capital.

A edificação histórica, datada de 1874, (Figura 11) foi originalmente construída como sede do Governo da Província (MESQUITA, 2006) e erguida sob um dos mais importantes sítios arqueológicos da região, o Sítio Manaus (HILBERT, 1968), que abriga uma congruência de artefatos arqueológicos funerários e outros característicos de sítios-habitação, como panelas, alguidares, vasilhames de tamanhos diversos e uma variedade de vestígios que foram sobrepostos por esse conjunto arquitetônico da Manaus Época, configurando-se uma complexa estrutura entre tempos, objetos e pessoas.

Figura 11. Palácio do Governo em 1913



Fonte: Arquivo Manauscult 2011

Politicamente, o processo de revitalização da região “historicamente mais antiga” da capital, surgiu a partir de um concurso de ideias promovido pela Fundação Municipal de Turismo (MANAUSTUR), em 1994, conforme publicação no Diário Oficial do Município em 29 de setembro daquele ano. O projeto vencedor, foi contemplado em 1997, e denominado “Projeto de Revitalização do Centro Antigo de Manaus”, que compreendia o perímetro correspondente ao trecho da Ilha de São Vicente até a Rua Gabriel Salgado, incluindo o Conjunto Paisagístico da Praça Dom Pedro II e o Paço da Liberdade

As primeiras obras que deram início ao projeto foram iniciadas em 2001, no interior do Paço da Liberdade com a remoção de estruturas de compensado e alumínio e levantamento das condições do madeiramento do telhado. Em 2002, foi contemplada a Rua Bernardo Ramos, uma das vias laterais do Paço da Liberdade, com a substituição do asfalto por pedras

em paralelepípedos similares as antigas pedras de granito da pavimentação colonial, além da reestruturação para passagem subterrânea de fiações elétricas e de cabeamento, conforme Periódico Big Amazonas (Ano 05 N^o 44, 23-25).

Os empreendimentos para revitalização do centro histórico naquele momento, também ganhavam incentivos políticos e econômicos que visavam alcançar os financiamentos disponibilizados pelo Governo Federal e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do Ministério da Cultura por meio do Programa Monumenta, que promovia a recuperação de áreas de interesse histórico e cultural nas capitais brasileiras. Com a perspectiva de integrar a capital como uma das beneficiadas do Programa Monumenta, que contemplava o total de aproximadamente 23 milhões de reais por ano em verbas para diversas capitais com a finalidade de proporcionar a “conservação permanente de conjuntos patrimoniais urbanos” (Amazonas em Tempo, 08.10.2002: b.p.2), a administração pública empreendeu estratégias que se caracterizam como pré-requisitos para aquisição de recursos a partir do modelo de financiamento do Ministério da Cultura, começando por obras de menor amplitude já mencionadas e o desenvolvimento de estudos históricos e arqueológicos que pudessem fundamentar a elaboração dos projetos necessários para captação dos recursos.

Entre esses estudos foi produzida uma pesquisa histórica de caráter documental, em formato de relatório sobre a “História do Paço Municipal e Praça Dom Pedro II,” datado de 05 de março de 2002¹, contratado pela Manaustur, e um programa de arqueologia financiado pelo Governo do Estado, o Projeto Arqueourbs: Arqueologia Urbana no Centro Histórico de Manaus², cujo objetivo visava uma “releitura do sítio histórico da fundação de Manaus, a partir do resgate de vestígios, estruturas e espaços de significação há muito desaparecidos em decorrência do processo de metropolização vivenciado pela cidade”. (Caderno Técnico Arqueourbs, 2002, p. 06). Os trabalhos de campo do Projeto Arqueourbs, iniciados em agosto de 2002 e finalizados em setembro desse mesmo ano, confirmaram a partir do resgate de materiais classificados pela arqueologia como históricos e pré-coloniais, o potencial arqueológico da área em questão, que foi reconhecida anteriormente como Sítio Manaus, por Hilbert (1968), que realizou pesquisas arqueológicas nos arredores de Manaus em meados do

¹ Autores: Historiador Hideraldo Lima da Costa e Francisca Deusa Sena da Costa

² Projeto Coordenado pelos arqueólogos Paulo Zanettini, Eduardo Góes Neves e Erika González

século XX, e já havia resgatado peças funerárias arqueológicas no período de construção do edifício do INSS³, localizado no entorno da Praça Dom Pedro II.

Cabe ressaltar que no ano 2000, foi resgatada uma urna funerária pré-colonial também correspondente a Fase Paredão identificada por Hilbert (1968), no edifício histórico onde funcionou a antiga Assembleia Legislativa, ao lado do prédio do INSS. Para Silva (2010, p. 131) “Na Fase *Paredão*, há características peculiares, por manifestar estilo artístico e simbólico representado por meio de pinturas, incisões [...] Uma dessas características é manifestada na urna funerária, cuja marca registrada da tradição ou fase é representada, geralmente, por adorno próximo ao gargalo da urna (pote)”. Esse resgate foi realizado pelo arqueólogo Carlos Augusto da Silva e a museóloga Jane Clotilde Cony, ambos pesquisadores do Museu Amazônico-UFAM. Essas pesquisas geraram subsídios para continuidade dos estudos de arqueologia⁴ na Praça Dom Pedro II e adjacências no decorrer do ano 2003, que naquele momento eram apoiadas pela administração municipal, que havia iniciado em outubro de 2002 as oficinas de planejamento participativo para elaboração do projeto de captação de recursos do Programa Monumenta, conforme veiculação do Jornal Amazonas em Tempo (09.10.2002; b.p.2).

Nesse ínterim, a conjuntura da política cultural em vigor, proporcionava o aprofundamento sobre a arqueologia de uma área focal que viria a ser beneficiada por incentivos financeiros disponibilizados pelo Ministério da Cultura, atendendo a múltiplos interesses políticos e econômicos, além de contribuir substancialmente para o conhecimento científico sobre a arqueologia daquela região. Com o avanço da pesquisa arqueológica sobre a Praça Dom Pedro, foram revelados outros artefatos funerários pré-coloniais, dentre os quais urnas correspondentes a Fase Paredão, datadas entre 100 e 800 d.C. (HILBERT, 1968; SIMÕES, 1979,) dessa vez com vestígios ósseos, o que ocasionou a entrada de novos agentes no discurso político e de reivindicação dos direitos indígenas.

A COIAB⁵, apresentou um manifesto ao Ministério Público, datado de 25 de setembro de 2003, em que relatou as divergências entre essa Organização e o IPHAN no Amazonas, a respeito da salvaguarda e tutela do material arqueológico encontrado, em que indicava a contestação sobre a remoção das urnas do local onde as mesmas haviam sido encontradas, a partir da construção de uma infraestrutura adequada para que permanecessem in loco, em

³ Conhecido popularmente como edifício do antigo IAPETEC

⁴ Essa etapa da pesquisa foi coordenada pelo arqueólogo Eduardo Góes Neves

⁵ Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

respeito aos “espíritos destes nossos antepassados e a memória dos povos indígenas da Amazônia”. Uma alternativa exposta no documento assinado pela COIAB, referia-se a possibilidade de repasse do material arqueológico ao movimento indígena se não fosse possível evitar a exumação das urnas”. Com base na Constituição Federal Art.231 e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em seu Artigo 7^o, Parágrafo 1^o; a carta exara;

Os povos indígenas e tribais deverão ter o direito de decidir sobre suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento na medida em que ele afete suas vidas, crenças, instituições e bem estar espiritual [...] além de participar na formulação, implementação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de os afetar diretamente.”

(Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira; Manaus, 25 de Setembro de 2003)

Os argumentos expressos pelo movimento indígena acenaram para oposição de interesses entre o poder público e da própria COIAB, que se inseria enquanto agente transformador do contexto político cultural e, conseqüentemente, das políticas de preservação do patrimônio cultural a partir de suas reivindicações. Sem alcançar a satisfação de suas solicitações naquele momento, lideranças religiosas indígenas realizaram um ritual de proteção e homenagem aos espíritos antepassados para que os trabalhos de arqueologia e exumação das urnas pudessem dar prosseguimento.

Analisando os parâmetros de articulação econômica que já haviam sido desenvolvidos em anos anteriores pela administração pública para constituição de recursos Federais por intermédio do Ministério da Cultura, verifica-se que a posição política da COIAB se contrapôs aos objetivos dos projetos elaborados por instituições municipais para captação de recursos por intermédio do Programa Monumenta. Tais projetos vinham de encontro a um modelo de revitalização do centro histórico considerando premissas de valorização do contexto urbano a partir dos padrões de conservação do estilo original das construções coloniais, o que divergia por completo das reivindicações da COIAB. Cenas políticas também se relacionam a propostas de espacialidades e a forma como a apropriação desses espaços culturais integram modelos políticos e econômicos de atuação do Estado sobre a sociedade. Para Calderipe (2014), as exportações de modelos arquitetônicos instalados no processo de colonização integram “estratégias pautadas por interesses econômicos, políticos e culturais, que podem ser pensadas a partir de um modelo de processo civilizatório elaborado pelas elites locais numa ruptura com outras tradições”.

Nesse sentido, os conflitos de interesses convergem para um questionamento apontado por Ortolan (2006, p. 05): “A participação indígena nas esferas públicas governamentais de atuação tem permitido a articulação entre os distintos sistemas de significados ou tem mantido o domínio hierárquico do sistema não indígena?” Se a resposta parece não contemplar plenamente a inclusão das minorias étnicas entre projetos governamentais de maior envergadura, cabe a reflexão que a influência do movimento indígena durante as escavações arqueológicas na Praça Dom Pedro II, em 2003, com a solicitação da COIAB para a permanência das urnas no local onde foram encontradas, foi determinante para o engajamento de arqueólogos e do próprio Ministério Público no sentido de que as urnas funerárias posteriormente encontradas no Paço da Liberdade em 2007, permanecessem expostas *in situ* para apreciação do público visitante, como foi realizado no trabalho desenvolvido no interior do edifício, com a produção de um espaço de exposição das escavações para visualização de todos os artefatos arqueológicos no local exato onde foram encontrados.

O desdobramento das obras de restauro no interior da edificação, em meados do ano de 2007, ensejou um momento ímpar para a proposta de uma arqueologia local. A revelação de artefatos funerários no subsolo da Sala PM 120, no interior do edifício, emergiu um processo conturbado entre dirigentes locais e arqueólogos envolvidos na pesquisa. As divergências metodológicas expuseram circunstâncias que se confrontavam, sem, contudo, chegarem a consenso. A partir da intervenção do Ministério Público (2008) e a entrada de uma nova diretoria da Fundação Municipal de Cultura e Arte – Manauscult (2009) foi possível o desenvolvimento da proposta metodológica do arqueólogo Eduardo Góes Neves⁶, que havia coordenado a pesquisa na Praça Dom Pedro II, entre 2003 e 2004, quando as urnas foram reivindicadas pelo movimento indígena e propôs, em 2008, junto ao Ministério Público, que as urnas funerárias encontradas no interior do Paço da Liberdade fossem mantidas *in situ*.

Em 2009, uma nova etapa surgiu à luz de reflexões entre a equipe de arqueologia do Paço da Liberdade (coordenada pelos arqueólogos Marcus Corrêa e Carlos Xavier Netto) e a Superintendência Regional do IPHAN no Amazonas⁷, priorizando a perspectiva que envolve o contexto cultural do Paço da Liberdade, a partir da musealização da arqueologia *in situ*,

⁶ Pesquisador USP; Coordenador do PAC (Programa Amazônia Central), um dos principais programas de arqueologia no Amazonas, desenvolvido na região do Iranduba. Neves expôs sua proposta de arqueologia para Secretaria Municipal de Turismo-MANAUSTUR, responsável no período pela administração das obras de restauração do edifício e contratação das equipes técnicas. Sua contratação no período não foi efetivada, todavia o método não interventivo de resgate das urnas, possibilitando-as permanecerem *in situ* foi incorporada as exigências do Ministério Público para pesquisa arqueológica local.

⁷ André Bazanella, Superintendente responsável no período.

onde foram encontradas fragmentadas urnas funerárias incrustadas nos alicerces históricos do prédio, possibilitando a visualização dos objetos provenientes da cultura material no local onde a pesquisa arqueológica encontrou e atuou no edifício (CORRÊA & NETTO, 2009).

Nesse sentido, o IPHAN, entidade pública responsável pela orientação e gestão do patrimônio arqueológico no Brasil, integra papel fundamental nas políticas culturais que se debruçam sobre a legislação do patrimônio cultural, os parâmetros de preservação e as imbricadas relações de poder que a administração dos bens culturais no território nacional vem contrapondo ou flexibilizando, e constitui um sofisticado sistema de mediação entre elites econômicas, poder público e políticas culturais, diretamente implicadas à cena política que a sociedade vivencia.

Alguns relatos e observações que pude recolher durante o período em que ocorreram as escavações, de janeiro de 2007 à dezembro de 2012, com muitos intervalos de interrupção, tratam-se de levantamentos privilegiados para uma discussão sobre a política de preservação do patrimônio cultural na capital. O envolvimento do Ministério Público na questão dos procedimentos a serem realizados para preservação das urnas funerárias encontradas, pode ser percebido como ponto de convergência entre perspectivas díspares sobre a atuação da arqueologia pública, como ferramenta de construção de cidadania cultural.

Quando me deparo sobre o trabalho de arqueologia desenvolvido no Paço da Liberdade percebo, enquanto observadora participante, que esse projeto não se encerra especificamente sobre os resultados visuais tangíveis, como o espaço de musealização da arqueologia, ou sobre a forma como foi empreendida a metodologia aplicada à constituição visual que deu expressão ao formato expográfico, mas fundamentalmente sobre o contexto do seu desenvolvimento a partir de um diálogo com alguns interlocutores envolvidos no discurso arqueológico, dos paradigmas teóricos que o referenciaram e como os reflexos dessas ações se debruçaram sobre a política de preservação do patrimônio cultural na cidade e a rede de relações que envolvem o contexto local da política cultural.

CAPÍTULO II- APRESENTANDO OS CAMPOS: ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA NO FAZER ETNOGRÁFICO

Quando escolhi como tema dessa pesquisa de dissertação, produzir uma etnografia sobre a intervenção arqueológica no Paço da Liberdade, com ênfase em uma abordagem sobre agência da cultura material envolvida na prática de musealização *in situ* desenvolvida no local, ainda não havia sido a mim elucidada a conjuntura política que subjaz as implicações sobre os procedimentos metodológicos da arqueologia que levaram a produção e o desdobramento desse trabalho no edifício histórico. Foi a própria produção textual, junto à necessidade de recorrer a documentação técnica da metodologia aplicada, acrescida por referências de caráter histórico e fontes jurídicas, que encaminharam essa pesquisa por uma interpretação que busca recuperar como fundamento para uma diálogo interdisciplinar entre antropologia e arqueologia, vestígios de um passado indígena pouco discutido pela memória histórica de colonização da capital.

Nesse sentido, uma proposta dialógica entre as disciplinas correlacionadas se desdobra sobre a reflexividade proposta pela agência da cultura material presente no contexto de abordagem da pesquisa, tangenciada por distintas intencionalidades onde se entrelaçam motivações implícitas e explícitas dos agentes humanos e não humanos, considerando nessa perspectiva a cultura material referente aos artefatos funerários dos sepultamentos de antigas sociedades indígenas encontrados na Praça Dom Pedro II (2003), como agente provocador da inserção dos movimentos indígenas sobre a contestação e reivindicação da tutela desses artefatos, que por sua vez também agenciou o desdobramento da problemática que envolveu os demais agentes e organismos públicos no processo, que se configurou, ao final de 2012, na musealização arqueológica *in situ* referenciada.

Buscando aprofundar os fundamentos da antropologia que propiciam argumentações sobre a agência das coisas e objetos, essa etnografia também reflete as indagações e inquietações dessa observadora narradora, enquanto assumo minha parte agente na interpretação do contexto e participante nas práticas arqueológicas, que me levaram a percepção que exponho nesse trabalho. Partindo desse princípio, ponderei sobre a perspectiva antropológica que instila a significação de “agência”, interpretando-o como uma força emanada de fontes imateriais - uma ideia despertada por um objeto, a emoção do contato com alguma coisa que revolve o universo interior do sujeito- lembranças, histórias, curiosidades ou memórias coletivas, como a manifestada pelo movimento indígena da COIAB e FEPI. Tal

pressuposto inclui essa etnografia como questionamento sobre uma rede de interações entre emoções, humanas e não humanas, que articulam seres, coisas, ações e reflexões sobre o mundo que integramos, enquanto reflexo de intenções e visões diversas.

2.1 Diálogos “intersticiais”: Expressões do eu, entre o campo e o outro na narrativa reflexiva.

Silenciosa, cautelosa deposição da palavra sobre a brancura de um papel, onde ela não pode ter nem sonoridade, nem interlocutor, onde nada mais tem a dizer senão a si própria, nada mais a fazer senão cintilar no esplendor do seu ser (FOUCAULT, 2007, p.416).

Tela em branco; memórias presentes. A passagem das horas discretamente representadas na margem inferior que formata esse papel eletrônico. Repasso a trajetória de onde emergem as inquietações que agora irrompem nos pensamentos que precedem as palavras sobre o papel. E enquanto penso e transcrevo essas ideias, me desloco irremediavelmente ao sentido polissêmico evocado pela subjetivação do vocábulo (papel) e me questiono: Que papel enquanto narradora me inclui nessa pesquisa? Como posso desenvolver a abordagem que agora pretendo esboçar sobre o papel? Como expressar o papel de uma pretensa etnógrafa, também sujeita e agente no processo?

São tantas indagações que levaria esse texto por uma estrada tão intimista que talvez não conseguisse voltar. Preciso continuar com as palavras, com o léxico que tenho ao meu alcance para tentar expressar alguma experiência que vivenciei no campo, observações registradas dessa jornada e interlocuções que me foram possíveis recolher sobre o trabalho. Nesse sentido, me volto para uma busca sobre a exegese que irá direcionar essa pesquisa e o diálogo que pretendo encaminhar entre a antropologia e a arqueologia nessa abordagem.

Mais do que acompanhar parte da trajetória que referenciou diversos agentes no processo de restauração do Paço da Liberdade, esse percurso envolveu de maneira particular minha própria vida, por onde iniciei minha caminhada pela estrada da arqueologia. A razão pela qual escolhi me dedicar a esse campo por um tempo que já havia excedido o meu contrato de trabalho com o governo municipal, em que permaneci oficialmente contratada entre os anos 2007 e 2008 e, posteriormente, em 2013, foi motivada pelo meu companheiro Marcus Vinicius Correa, um dos arqueólogos que coordenou a escavação e é portador de uma doença

neurodegenerativa, que afeta gradualmente os movimentos de coordenação corporal⁸. Nesse período, Marcus ficou sem os assistentes de campo em sua equipe, precisamente a partir do ano de 2010, quando a Secretaria Municipal de Cultura, a qual o projeto estava vinculado, justificou a demissão dos técnicos, a partir de uma crise econômica relacionada ao financiamento do Programa Monumenta, que resultou em um período de espera para o reinício dos trabalhos, característico dos movimentos que sucederam as interrupções e recomeços das obras no Paço da Liberdade.

As questões de saúde do Marcus implicaram inúmeras vezes em circunstâncias de preconceito, que geraram tensões e a maledicência com relação a sua competência para executar o trabalho. Minha indignação por tantas vezes compartilhar junto a ele situações opressivas, me fizeram permanecer ao seu lado, mesmo sem remuneração contratual durante quatro anos, na tentativa de ajudá-lo a superar algumas limitações e concluir sua proposta de trabalho. Se a relação estabelecida com o objeto de estudo torna-se relevante na constituição da pesquisa, espero que meu posicionamento não seja percebido nessa narrativa como excessivamente parcial diante dessa proposta etnográfica. Acredito que seja mais honesto da minha parte apresentar de maneira clara as implicações emocionais que por vezes podem carregar o tom dessa narrativa por uma vertente de reflexividade intimista.

No entanto, penso que o exercício de expor essas reflexividades faz parte de uma tentativa de problematizar narrativas discursivas a partir da visão de Crapanzano (1994) sobre a esfera da afetividade incluída nos enunciados, expressos a partir dos estilos textuais. Compreendo a tentativa de expressar em narrativas sensações intangíveis e sentimentos substancializados como um exercício de reflexividade sobre a própria agência interpretativa da autoria textual, já que nós seres humanos, costumamos transparecer nossos sentidos subjacentes a partir de nossas criações, sejam elas quais forem. Um texto, um desenho, uma foto, uma maneira própria de cozinhar ou produzir uma canção, carrega sempre a marca de agência do autor. Vejo assim uma perspectiva sobre exegese da agência envolvida na produção dessa abordagem etnográfica.

Essa característica que marca as produções da cultura humana e carrega a marca do que a antropologia classifica como agência (GELL, 1998); alma ou espírito (MAUSS, 2011), é parte

⁸ Marcus é portador de uma deficiência genética de início tardio denominada Ataxia Spinocerebelar tipo 6 (Laudou Genoma 2003). Na prática, o tipo de ataxia que o atinge proporciona uma degeneração lenta de áreas do cerebelo relacionadas ao controle dos membros inferiores, desequilíbrio remoto, degeneração de visão e fala, sem, contudo prejudicar sua lucidez de pensamento.

da discussão que assumo nessa construção textual, e que voltei meu olhar como observadora para compreender nos processos que envolvem seres e coisas e outras esferas que por vezes adormecem sem tradução na visão do etnógrafo. Sei que para empreender esse esforço entre diálogos silenciosos e expressões inauditas, incorrerei por vezes em traduções subjetivas, ou mesmo preenchidas por expressões descritivas do contexto observado, acreditando que, de alguma forma, essas descrições permitam ao leitor também participar como agente na interpretação das experiências relatadas nesse campo etnográfico.

E se cabe a uma etnografia das coisas, considerar suas particularidades e símbolos culturais subjacentes a partir de uma leitura do contexto em que elas se interagem, acredito que sempre iremos nos deparar em nossas leituras sobre a dimensão do imperscrutável, dos imponderáveis inusitados, de uma extensão da humanidade que por vezes confronta nossas próprias convicções humanas, nossa dose particular de etnocentrismo. Essa provocação do outro sobre nós, mais do que o estranhamento apropriado à pesquisa antropológica, abre espaço para atuação do que tenho compreendido ser uma reflexão sobre mim mesma: a prática da alteridade.

2.2 Etnografia no Paço: registros de uma arqueologia da memória

Pensar sobre uma arqueologia da memória, provavelmente irá remeter a maioria dos pesquisadores em ciências humanas, ao célebre pensamento sobre uma “arqueologia das ciências” em Foucault (1971), onde as discontinuidades existentes entre os períodos subsequentes das concepções epistemológicas são o foco de observação que instaura a percepção de um questionamento premente sobre a manipulação do pensamento científico.

No entanto, transversalizando essas discontinuidades, mudo o foco para minha experiência em campo, onde uma arqueologia da memória me revela discontinuidades suprimidas, intervalos esquecidos, lembranças que ficaram reprimidas como cenas que agora passam tão rápidas por minha mente ansiosa em continuar o parágrafo, que só nesse instante, sob a tentativa de escrutinar esse passado incorporado ao tempo presente, é que percebo o caráter implícito da emoção que se apresenta no contexto etnográfico.

Mas, como etnografar esses sentidos? Como incluir na leitura antropológica nossas próprias emoções substancializadas? Enquanto repasso mentalmente essas perguntas, compreendo que parte daquilo que meus olhos não podem ver, do que minha percepção não

pode atingir e minha escrita não conseguiria explicar, ficará impregnada pela minha proposta narrativa que deixará fluir de alguma forma, traços de sentimentos, sob o ponto de vista de uma antropologia das emoções (LUTZ & WHITE, 1986) que contribuem para integrar essa arqueologia da memória.

Quando revolvo minhas recordações, a primeira coisa que me vem à mente é a terra. Desenvolvi durante esse período uma relação pessoal com as densas camadas de terra que revolvemos e compactamos para elaborar composições espaciais e estruturais que delinearam os procedimentos metodológicos do trabalho. Foram consideráveis porções escavadas. Elas estiveram sempre comigo, foram grandes companheiras durante todo o período que perdurou a escavação arqueológica do Paço, em especial o trabalho realizado onde permaneceram expostas as urnas *in situ*. Marcaram minhas roupas, minha pele, meus cabelos e minha trajetória pessoal.

Fui encantada pelas tonalidades que os sedimentos formam com as interferências depositadas, como os fragmentos de cerâmica, ossos, louças, pedras. A decomposição orgânica dos elementos misturados infere diretamente na sua coloração, que de uma perspectiva visual caracteriza os solos antropogênicos, como por exemplo, as denominadas terras pretas⁹ de índio da Amazônia. No Paço, percebo que a coloração dos sedimentos não se diferencia exclusivamente pela presença da terra preta de índio. Pelo contrario, a diversidade morfológica de solos e tons (Figura12, p. 51), é que contribui para suas peculiaridades, em especial as pedras magenta, denominadas Arenito Manaus, reconhecidas no centro histórico da cidade pela composição de estilos arquitetônicos típicos da colonização da capital, como algumas construções da Manaus Belle Époque, à exemplo do Teatro Amazonas que tem os alicerces e muralhas do entorno preenchido por esses tipos minerais.

Nos alicerces do Paço, (que também foram erguidos com arenito Manaus), o contato da terra com o pigmento magenta da pedra, expelido com a passagem do tempo, transparece nas camadas sedimentares que ficam próximas aos alicerces, formando pacotes de terra matizadas por tons rosados, em um encadeamento de tonalidades alternadas pela geomorfologia¹⁰ e influência dos elementos externos ao solo. Argumento que esse meu “encantamento” particular não se deu assim tão espontaneamente como um “amor à primeira vista”. Percebo

⁹ Solo antropogênico de coloração escura característicos de ocupações pré-coloniais na Amazônia

¹⁰ Estudo das formas na superfície terrestre

Figura12. Mostra estratigráfica do subsolo com urna funerária
(Musealização *in situ* no Paço da Liberdade)



Imagem: Camila Iribarrem

entre minhas anotações de campo e as reflexões sobre as etapas que acompanhei desse processo, que essa forma de “encantamento” esteve intrinsecamente relacionada ao decorrer das fases de escavação da proposta de musealização da arqueologia, quando passei a relacionar uma perspectiva de alteridade à percepção sobre agência dos objetos.

Quando a equipe de escavação composta por mim, Elielton Zaguri, Fonsidaime Rodrigues Gomes e Lucas Rêgo¹¹, sob a coordenação do arqueólogo Marcus Corrêa entrou em campo no dia 18 de maio de 2009, eu com certeza não imaginava a dimensão que esse trabalho teria sobre minhas concepções pessoais relacionadas a arqueologia e como eu passaria a observar as relações que se estabelecem entre objetos, dimensões espaciais e indivíduos. Na semana anterior ao início desta etapa de escavação, ainda em junho de 2009, Marcus¹² havia se reunido junto ao Superintendente do Iphan, o Senhor André Bazanella e outros arquitetos fiscais da obra pela prefeitura, para alinhar o formato que seria dado àquela exposição das urnas *in situ*¹³.

¹¹ Assistentes técnicos contratados pelo governo municipal na participação do Programa Monumenta, (Minc) em Manaus

¹² Coordenador do projeto de arqueologia e exposição dos artefatos *in situ*

¹³ Essa exposição das urnas *in situ* foi uma recomendação acertada mediante o IPHAN-AM, em outubro-novembro de 2008, relacionado ao Termo de Ajustamento de Conduta TAC N^o1.13000.001104/2007, em que

A partir desse ponto iniciava-se outra problemática para equipe técnica: Qual seria o procedimento adotado para que esse material pudesse permanecer de tal forma exposto, e de igual forma obtivesse boa visualização e harmonização técnica com o espaço físico local? Cabe destacar que os questionamentos dos profissionais envolvidos na musealização arqueológica, não foi compartilhado com os indígenas que principiaram essa discussão sobre a permanência dos artefatos *in situ*, quando do aparecimento das urnas em 2003 no espaço da praça em frente ao edifício histórico. Ainda que em nota do Jornal À Crítica de 28 de agosto de 2003, Jorge Terena, na ocasião, assistente da Fundação Estadual dos Povos Indígenas– FEPI, tenha declarado que *“os Pajés apontam um novo sítio arqueológico com urnas funerais embaixo do prédio onde funcionou a sede da Prefeitura de Manaus, na Praça Dom Pedro II. A FEPI está tentando junto aos órgãos governamentais transferir o prédio para as organizações indígenas para que o local seja preservado”*.

Declarações como essas, senão omitidas pelo poder público que coordenou a restauração do edifício em questão, de igual forma não foram discutidas, ou sequer levantadas em reuniões com a equipe de arqueologia que acompanhou a restauração do edifício a partir de 2007, sob a coordenação do arqueólogo Marcus Corrêa. Quando iniciei em 2013 a pesquisa sobre as fontes documentais do trabalho e me deparei com publicações que abordavam as reivindicações do movimento indígena sobre o espaço arqueológico da Praça Dom Pedro II, questionei junto ao Marcus, enquanto coordenador, se em algum momento havia sido debatida a questão indígena mencionada em relação ao trabalho de arqueologia no Paço. Ele foi categórico em afirmar seu desconhecimento relativo ao meu questionamento informado. Quanto a mim, confirmo que enquanto participei da equipe de arqueologia e nas reuniões sobre o trabalho desenvolvido no Paço que pude acompanhar, junto as instituições envolvidas, o IPHAN, a Manaustur e posteriormente a Manauscult, (no período de 2007 à 2013) nunca foi mencionada a questão relativa ao movimento indígena e o sítio arqueológico da Praça D. Pedro II.

participaram desse acordo final sobre a abordagem metodológica que seria aplicada (resgate ou permanência das urnas no local) os arqueólogos Marcus Corrêa e Carlos Xavier Netto. A autorização de pesquisa foi publicada pela Portaria IPHAN de 03 de fevereiro de 2009, nomeando os dois arqueólogos como coordenadores. Entretanto Carlos Xavier não permaneceu na atuação da pesquisa durante as etapas de escavação da arqueologia *in situ*. Sem receber remuneração pelo trabalho e para continuidade da pesquisa ficou em Manaus somente durante o mês de outubro de 2008, seguindo para Paraíba onde exerce docência e pesquisas em arqueologia pela UFPB.

O foco das reuniões institucionais sobre o trabalho da arqueologia, estiveram sempre voltados para os procedimentos técnicos, associado ao questionamento sobre a coordenação técnica durante as fases de escavação, e a escassez de verbas para continuidade das obras, além de outros pontos a respeito das orientações do IPHAN na atuação da arqueologia e sobre a interferência do MPF em relação ao TAC de 2008, o que comprometeu alguns períodos de suspensão nas obras, sem no entanto serem relacionadas tais ocorrências as reivindicações do movimento indígena no passado. Acredito que em parte, a exclusão desse fato se deva ao desconhecimento dos profissionais envolvidos na restauração do edifício sobre a questão apontada, principalmente as equipes técnicas, considerando que a alternância de profissionais substituídos, sejam pelas mudanças políticas da prefeitura ou dos próprios cargos comissionados no município, também contribuiu para que fatos ocorridos em gestões anteriores não viessem à tona ou fossem colocados em pauta de discussão sobre os procedimentos técnicos atualizados, a partir da forma como se conduziam as políticas culturais e o direcionamento que a gestão dessas instituições encaminhava sobre a questão. O aprofundamento e a pesquisa em cultura eram desincentivados e beneficiadas as obras e eventos culturais de caráter midiático, que trazem “visibilidade” imediata para gestão dessas políticas culturais.

Apesar de considerar o desconhecimento de algumas equipes técnicas, como as de engenheiros, arquitetos e arqueólogos como um fator que contribuiu para que não fossem mencionadas as questões relativas às reivindicações indígenas sobre os artefatos arqueológicos da Praça D. Pedro II, cabe reiterar que o próprio poder público também não se interessou em apresentá-los como pauta de discussão enquanto temática inserida na própria condição das obras de restauração do edifício. Desse modo nenhuma abordagem arqueológica ou museológica foi compartilhada com a visão da comunidade indígena, e se não houvesse a interferência do MPF e do IPHAN sobre a atuação da arqueologia no Paço, os procedimentos para musealização arqueológica *in situ* definitivamente não teriam se realizado, pois o direcionamento de gestão da Manaustur em 2007, quando se principiava esse debate metodológico, era contundente em insistir no resgate dos artefatos com a exumação dos mesmos encontrados em subsolo.

Com a manutenção das urnas no local onde foram evidenciadas, os procedimentos arqueológicos se voltaram para um método de escavação que valorizasse a contextualização das peças em subsolo, cuja metodologia desenvolvida na prática arqueológica, relacionei a perspectiva de intangibilidade da agência, enquanto atributo carregado de intencionalidades

humanas e não humanas, sequenciando essa abordagem na argumentação sobre a agência das urnas funerárias atuando sobre a equipe de arqueologia, e como essa agência dos objetos orientou os procedimentos de escavação arqueológica para que as peças configurassem essa exposição *in situ*.

Acredito que um primeiro olhar sobre a condição geral em que se encontravam as peças abaixo do tablado de madeira, recobertas por resíduos das obras, demonstrava além das dificuldades técnicas, uma imagem visualmente pouco atrativa do ponto de vista expositivo. (Figuras 13 e 14) Cabe ressaltar que a questão sobre harmonização técnica além da temática estética, se referia em especial aos requisitos e materiais necessários para que essa proposta pudesse ser efetivada, proporcionando não apenas a visualização dos artefatos ao público, mas sua conservação devido a própria condição peculiar que os mesmos apresentavam pela posição em que se encontram em subsolo: incrustados nas fundações do edifício, em situação de extrema vulnerabilidade relativa a obra de restauro que estava sendo desenvolvida no local, apresentando condições de deterioração e fragilidade das cerâmicas que compõe os materiais.

As hipóteses levantadas naquele momento para o trabalho de expor as urnas em subsolo foram a princípio, abrir a maior parte da sala em escavação por sugestão do coordenador Marcus, com colocação de vidro táctil¹⁴ em toda superfície da sala. Outra hipótese levantada por arquitetos da obra, seria o encaixe do vidro somente na área de visualização das urnas,

Figuras 13 -14 : Nicho arquitetônico aberto na Sala PM 120 – Paço da Liberdade e urna funerária do Nicho 05



Imagens: Arquivo Marcus Corrêa

¹⁴ Tipo de vidro especial em forma de piso que permite a locomoção de pessoas sobre o material.

pela segurança e diminuição do custo para empresa contratada para restauração do prédio. O contraponto das duas hipóteses seguiu com a sugestão do Sr. André Bazanella, que propôs ao Marcus encontrar uma forma de escavação interligando as urnas posicionadas nos nichos arquitetônicos¹⁵ n° 5 e n°7 (Figura 15, p.57) para que no limite desse espaço fosse colocado o vidro táctil de visualização do material em subsolo.

Seguindo o direcionamento de Bazanella, Marcus expôs que a escavação poderia seguir degraus estratigráficos¹⁶, da seguinte forma: seria escolhido um ponto de intersecção entre retas virtuais paralelas as urnas. No ponto de encontro das retas, é realizada a abertura de um corte, seguindo os padrões de sistematização arqueológica em níveis de profundidade (escavação de área correspondente a 1m² com aproximadamente 1m de profundidade). O primeiro nível correspondente ao marco zero seria delimitado em barbante, cujo espaço correspondente a uma área de 1m², permaneceria apenas demarcado sem que fosse realizada a escavação.

A partir das laterais do quadrado já delimitado iniciava-se a escavação de um novo corte de 1m² seguindo a sistematização adotada, que ao atingir 1m de profundidade, delimitaria o nível (0-1m) do solo, ficando exposto o quadrado de 1m² no interior da escavação. Na lateral abaixo desse quadrado base, localizado a 1m de profundidade da superfície do solo, seria aberto novo corte de 1m² no sentido de encontrar as urnas evidenciadas a cerca de 2m de profundidade abaixo da estrutura em pedras que delimitam as paredes do compartimento do edifício. Visualmente, a perspectiva desse procedimento seria a configuração de uma escada formada pelos sedimentos até a visualização das urnas no último nível estratigráfico (Figura 16 p. 58). Graficamente, a proposta de escavação ficaria como sugere a figura 17 (p. 59).

Do projeto desenhado à prática da escavação museológica, os desafios e as condições de realização dos objetivos não seguem a simetria imaginada no papel. A atuação da arqueologia para a proposta sugerida, requeria mais que a aplicação de uma metodologia sistemática, que ao iniciarem as atividades, demonstrou a necessidade de ser ajustada conforme os próprios elementos do espaço, artefatos, luz e dimensões irregulares do terreno que se apresentaram na entrada efetiva em campo. A primeira medida solicitada por Marcus foi que abrissemos uma janela que se encontrava lacrada no compartimento, para melhoria da circulação de ar e

¹⁵ Correspondem as aberturas realizadas durante as etapas de reforço estrutural do edifício, motivo pelo qual junto ao acompanhamento da equipe de arqueologia foram detectadas as urnas funerárias pré-coloniais

¹⁶ Sentido de estratigrafia, terminologia utilizada em arqueologia para designar um método de escavação evidenciando os estratos sedimentares, ou seja a mudança que ocorre na profundidade entre os pacotes de terra que formam o solo .

iluminação do local. Uma limpeza aplicada em toda área foi necessária, para que pudéssemos definir as irregularidades do terreno e melhorar a visualização dos artefatos. Logo após a retirada do emadeiramento do nicho 07, que recobria as duas urnas funerárias sobrepostas, uma saparia¹⁷ havia encontrado um bom local para moradia no interior das urnas - Dessa vez o susto ficou a cargo de Fonsidaime que retirou as tábuas e logo visualizou os bichinhos.

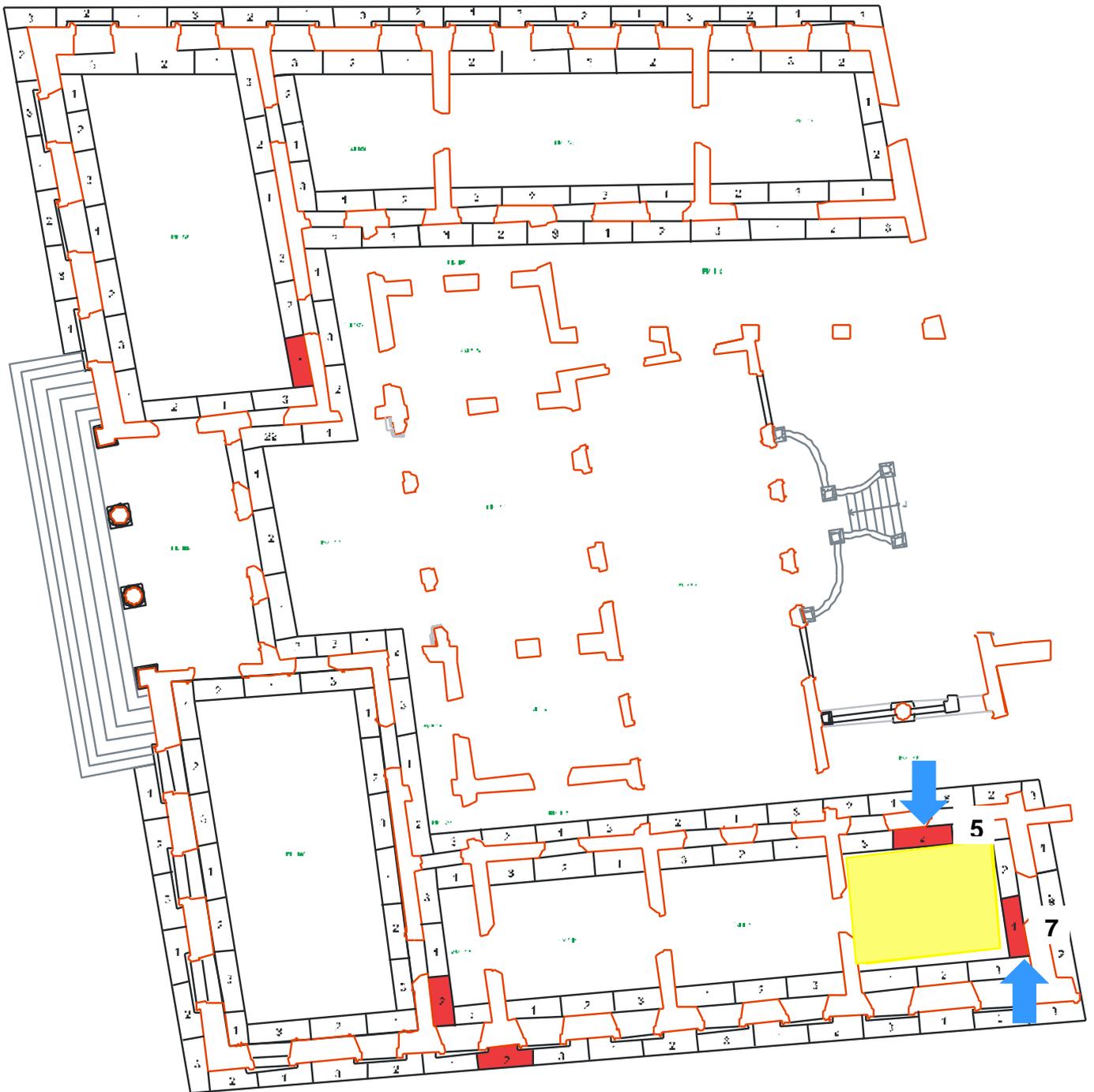
A complexidade em definir as áreas de escavação, creio ter sido um dos momentos mais críticos do início da prática. Quando selecionamos a medição dos cortes de acordo com a linha de intersecção que centralizaria a estratigrafia, ficou perceptível que a metodologia para construção de uma escada com bases de 1m² não seria possível. A irregularidade do sedimento e a composição da sala desalinhada pelos desvios da área, configurando um paralelogramo com angulações alteradas, colocava os artefatos em uma diagonal onde seria necessário um ajuste a cada corte que seria efetuado para que fosse possível seguir o ponto de vista inicial de produzir uma visualização das camadas estratigráficas.

Realinhando o ajuste das escavações até as urnas, ficou decidido a princípio que seriam escavadas duas aberturas de 1,3 m de largura X 1,1m de profundidade do marco zero até o nicho cinco e outras duas placas de largura igual, porém com 70 cm de profundidade do marco zero até o nicho sete. Essa adequação permitiria expor a estratigrafia no formato proposto seguindo as alterações que a própria sedimentação do terreno proporcionaria até alcançar as urnas incrustadas nas paredes da sala. Após a demarcação com estacas e barbantes, Marcus pediu que começássemos a escavar de dentro para fora, ou seja, a escavação foi iniciada retirando os sedimentos da plataforma a ser evidenciada logo acima da urna do nicho cinco.

De acordo com o coordenador, o sentido de começar pela cavidade da urna, retirando cuidadosamente a terra, acertando as paredes com os vestígios cerâmicos incrustados, permitiria que *“pudéssemos sentir como ficariam expostos os fragmentos maiores na escavação”*. De fato isso ocorreu, quando ao começar o acerto da plataforma superior nos deparamos com uma enorme pedra no meio da cavidade. Esteticamente, ou conforme a proposta inicial, ela deveria ser retirada, mas Marcus e toda equipe concordou que deveríamos deixá-la à mostra retirando o sedimento ao redor da peça. Esse princípio foi o propulsor para.

¹⁷ Coletivo de sapos

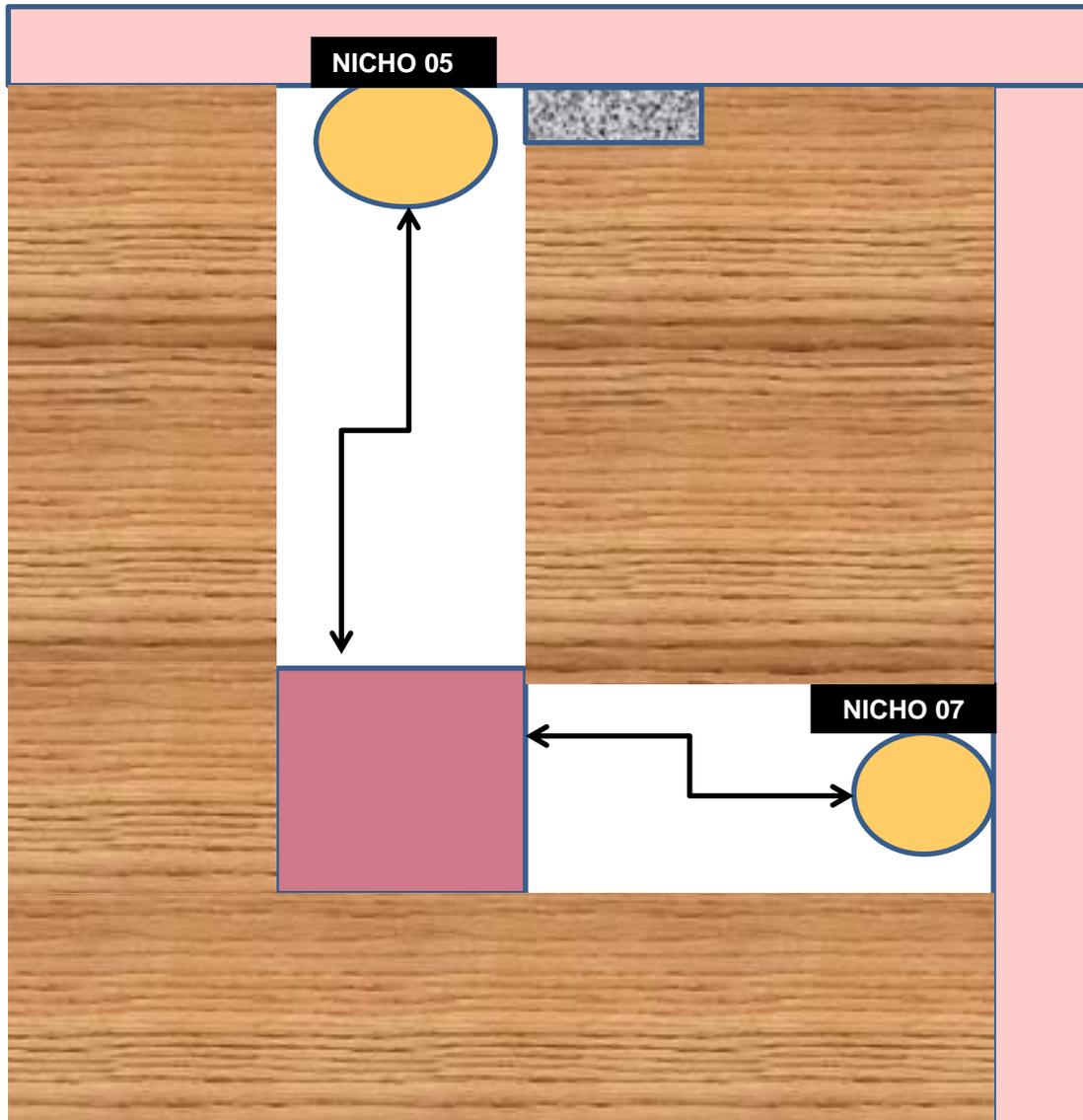
Figura 15: Planta baixa dos nichos arquitetônicos

**LEGENDA:**

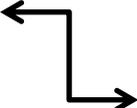
-  Sala PM120
-  Nichos Arquitetônicos contendo artefatos arqueológicos
-  Nichos 05 e 07 (Urnas Funerárias Paredão)

Fonte: Arquivos Manaustur 2008

Figura 16. Mapeamento das aberturas de reforço estrutural nas obras de restauração do Paço

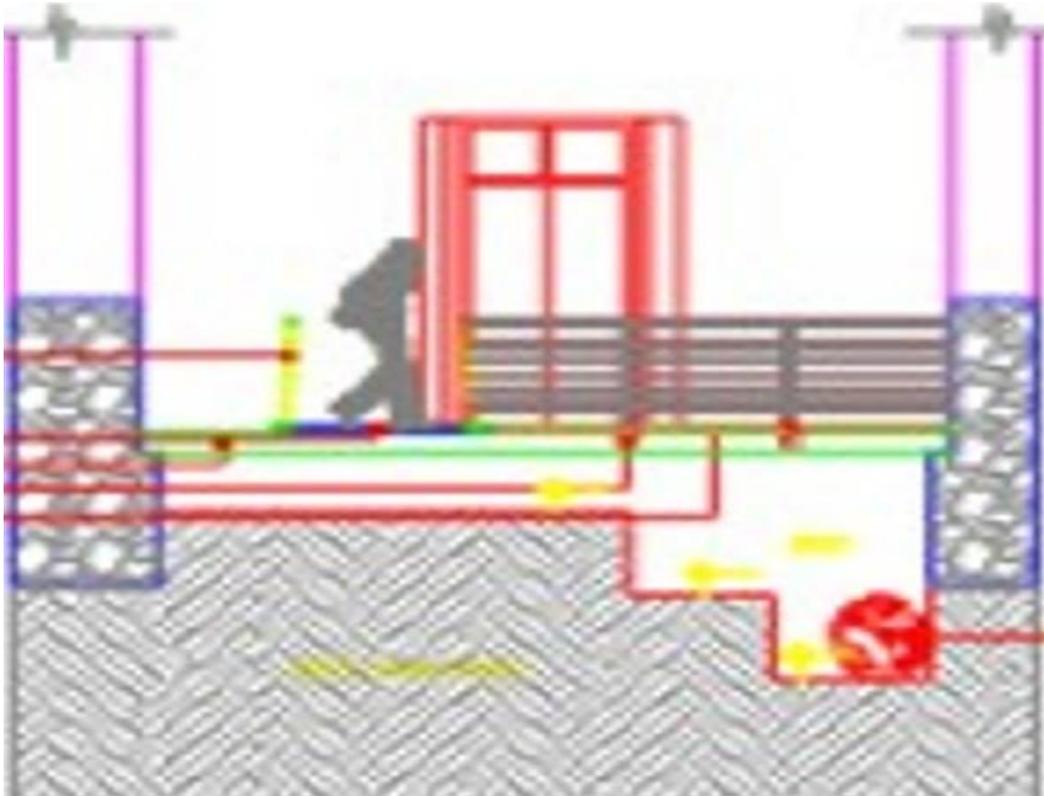


LEGENDA

- | | | | |
|---|-----------------------------|---|--|
|  | Paredes Laterais Sala PM120 |  | Funerárias pré-coloniais |
|  | Porta de entrada-Sala PM120 |  | Marco Zero-Demarcção de corte arqueológico (1m ² - nível 0 -1m) |
|  | Piso em tábuas corridas |  | Degraus estratigráficos (m ² x 1m profundidade) |
|  | Vidro táctil | | |

Fonte: Desenho eletrônico de autoria própria

Figura 17. Esboço virtual de exposição da Urna Nicho 07



Fonte: Arquivo Manauscult 2009

que prosseguíssemos com a metodologia de deixar expostos absolutamente todo o material que fosse encontrado a partir da retirada dos sedimentos. Desse modo todo material permaneceu onde foi encontrado. Não erámos nós a equipe ou o coordenador que comandava a escavação, mas a forma com que os objetos se evidenciavam é que indicavam como iríamos prosseguir com a extração dos pacotes de terra. Nesse ponto destaco a percepção da teoria de agência (GELL, 1998) atuando sobre o modo de fazer arqueologia. O local onde se posicionava a pedra e o que esse objeto poderia suscitar sobre o contexto a partir da perspectiva do observador, é que fizeram com que, parafraseando Carlos Drummond de Andrade, a pedra permanecesse “no meio do caminho”. O que teria feito com que a equipe de arqueologia, em especial o coordenador, modificasse o formato de escavação para se adequar aquela pedra no meio da estratigrafia do corte? Não teria sido a agência desse objeto?

Seguindo essa linha de pensamento, prossigo a descrição do método, que após o surgimento desse fragmento mineral, tomaria novos rumos. A adequação desse procedimento desagradou alguns arquitetos, fiscais da obra, que por vezes observaram a escavação, e sugeriam que retirássemos o material incrustado das cavidades, como as pedras, e em

especial, uma manilha¹⁸, posicionada sobre o marco zero da escavação, já bastante fragmentada devido as obras de restauração do edifício. Entretanto, o coordenador seguiu firme com o propósito de deixar absolutamente todo material *in situ*, com o apoio da equipe que “sentia” a relação dos artefatos com a escavação de uma forma diferente de quem a observava de outro ângulo.

Nesse sentido, acredito ter sido muito importante essa oportunidade para minhas observações de campo - poder analisar o trabalho arqueológico pela perspectiva de quem está do lado de dentro. Dentro da terra, com os fragmentos ao redor, com as pedras, o calor, o formato que cada coisa vai apresentando a cada porção de sedimento retirado, acertando as paredes, limpando cada fragmento com pincel para ficarem mais visíveis. Tudo vai se modificando, diversificando o espaço. Não são mais só nós, equipe técnica, atuando sobre os objetos. São os próprios objetos atuando sobre nós, emanando nossas próprias intencionalidades, traduzidas por Gell (1998), como o reflexo da agência das coisas, que pode atuar de diferentes formas em cada indivíduo, já que a agência do objeto pode ser interpretada de uma maneira sintética, como um reflexo das visões de mundo, intencionalidades subjacentes e individualidades humanas, que diferentes sujeitos enxergam quando o contato com alguma forma de materialidade, (coisa, objeto, etc), é capaz de despertar nos indivíduos ações que refletem o universo de intencionalidades, singularidades e ideologias que subjazem o olhar humano sobre o mundo.

Nesse aspecto, ainda que o comparecimento dos indígenas engajados nos movimentos que reivindicaram a tutela das urnas na praça Dom Pedro II, tenha sido excluído do ato de compartilhar os procedimentos da arqueologia junto as urnas do Paço, sejam por motivações políticas ou implicações não desveladas, argumento que eles se fizeram presentes, a partir da própria agência dos artefatos funerários que surgiram na praça, e despertaram o reflexo de sua agência na luta pela tutela e permanência dos artefatos no local de seus sepultamentos. Essa agência continuou atuando na posteridade de suas manifestações sobre os artefatos da praça, fazendo com que a principal instituição responsável pela salvaguarda do patrimônio cultural, o IPHAN, e outros profissionais envolvidos na questão, se voltassem, (passados cinco anos das reivindicações da comunidade indígena), para intervenção dos procedimentos que seriam tomados com as urnas funerárias que surgiram no subsolo do edifício, o que finalmente contemplou a visão de que esses artefatos deveriam permanecer no local onde

¹⁸ Cano cerâmico referente ao período colonial e a reforma realizada pelo Prefeito Constantino Nery

foram encontradas para exposição, ou seja, que fossem expostos *in situ*, o que se concretizou a partir da musealização arqueológica descrita no interior do edifício do Paço da Liberdade.

Percebo esses desdobramentos como a agência dos artefatos funerários que fizeram presentes os indígenas nessa etapa de escavação do Paço. Eles não estavam fisicamente no local durante a escavação, mas suas ideologias; intencionalidades; o espírito de seus manifestos; essa identificação relativa as urnas funerárias - os fizeram presentes além da dimensão física da existência, que parte da intangibilidade da força dessa agência, para materialização de sua ação no mundo. Possivelmente as reivindicações dos movimentos indígenas não se sustentavam somente pela permanência das urnas funerárias no local de exposição. Há na condição de suas argumentações uma rede de intencionalidades implicadas em envolvimento políticos, de direitos e benefícios sociais. Entretanto, como observado na teoria de agência de Gell (1998), as ações depois de disparadas no mundo não estão mais sobre o controle de quem as disparou, seu alcance não depende mais de quem as deflagrou, e o que elas irão atingir poderá se diferenciar das intenções que as impulsionaram, mas elas transformarão o universo que atingirem de alguma forma.

Voltando aos procedimentos técnicos aplicados sobre a metodologia arqueológica em campo, observo que não houve uma escolha de como os artefatos ficariam dispostos na escavação, ou melhor, musealizados *in situ*. A configuração do espaço comensurado se definiu a partir dos próprios objetos, seguindo uma lógica orientada sobre o próprio formato que eles tomaram. Essa prática se afastou de uma orientação sistemática dos procedimentos em arqueologia, se direcionando à uma metodologia aplicada sobre o conceito de agência dos objetos, já que foram os próprios que configuraram a contextualização *in situ*. Os profissionais que aplicaram o método, simplesmente acompanharam o contexto, retirando o excesso de sedimentação e resíduos que recobriam os artefatos onde se localizavam no subsolo do espaço correspondente a área da musealização.

A partir do método de escavação seguido, o resultado, para quem hoje observa o trabalho acabado, está bem longe de lembrar aquela “escada de sedimentos” inicialmente proposta. A estratigrafia foi exposta sim, mas toda contornada pelos artefatos evidenciados. Não há um formato pré-determinado, nem uma coerência imposta por quem orientou a execução do trabalho. Há uma escavação, os artefatos estão expostos e sua configuração espacial também pode ser percebida de maneira diversa. Suponho que esse enfoque

dependerá do olhar escolhido pelo observador, carregado por suas experiências, pensamentos e pela agência de como os objetos repercutem em cada indivíduo.

Nessa primeira etapa da musealização, a prática da escavação, foi finalizada em 26 de junho de 2009. Transcorrida essa fase houve ainda o período de manutenção do trabalho, junto às obras de restauração do prédio que causavam algumas complicações ao serviço executado. Grandes quantidades de resíduos se acumularam sobre a lona colocada para cobrir a escavação, entre as quais, cascalhos das paredes da sala e muita fragmentação do próprio sedimento do subsolo, que era usado para locomoção de operários, já que abaixo das madeiras do piso em tablado, permanecem canaletas que transmitem toda fiação do edifício e nunca puderam ser alteradas pelo projeto arquitetônico. Devida a essa condição, desde o ano de 2009 até a prática de restauro realizada em junho 2012 para recuperação dos danos causados durante esse período, foi necessária uma fiscalização constante da equipe de arqueologia e ações emergenciais de reparação até que toda obra do edifício fosse concluída para adequação funcional do trabalho arqueológico.

Entretanto, o que se esperava (que a obra fosse finalizada para o prosseguimento dos ajustes funcionais de iluminação, ventilação, e posicionamento dos vidros tácteis), aconteceu durante a inauguração do edifício, em 31 de dezembro de 2012, na mesma data em que a sala da escavação foi aberta pela primeira vez ao público. Uma boa dose de improvisação e resistência foram necessárias para que o trabalho fosse apresentado em conformidade com a proposta que o originou. Seis meses antes da inauguração, havia sido realizada uma restauração geral da escavação para que a mesma pudesse ser efetivada. As urnas encontravam-se em péssimo estado de conservação e parte da escavação havia sido destruída pela constante passagem dos operários pelo local. O restaurador Custódio Rodrigues do Museu Amazônico foi contratado para ajudar nessa empreitada. Aquela altura, da composição anterior da equipe técnica, somente o Marcus permanecia contratado pela prefeitura, e por esse motivo, eu e a Sol¹⁹, participamos como voluntárias desse processo. Foi desestabilizante retirar as lonas e ver o estado de conservação da escavação. Mas com um trabalho perseverante e a aplicação de materiais e técnicas de restauro que permitissem revitalizar a área e conservar os artefatos foi possível concluir essa etapa (Figuras 18 e 19, pág 63).

¹⁹ Solange Mara Garcia Iribarrem é especialista em arqueologia e atuou em diversos momentos das atividades de arqueologia do Paço. Teve participação direta nos últimos esforços para inaugurar o trabalho de arqueologia na Sala PM120, coordenando a montagem de estruturas elétricas e de iluminação junto as atividades de produção do espaço de exposição da arqueologia in situ.

Figuras 18 e 19: Da esquerda para direita: Marcus e Custódio durante a restauração dos cortes arqueológicos (2012)



Imagens: Solange Garcia

A disposição dos alicerces de madeira aparente, a composição estratigráfica do solo amalgamado de cores com a evidenciação dos vestígios incrustados nas paredes dos cortes arqueológicos, formaram uma composição visual junto aos encanamentos cerâmicos do período histórico, fragmentados na superfície da camada imediatamente inferior ao piso de madeira da sala, com aproximadamente 80 cm de distância entre as tábuas corridas do pavimento até a superfície compactada do solo.

Em extremidades diagonais da escavação encontram-se as urnas funerárias Paredão (100 a 800 d.C). Dois grandes fragmentos estão sobrepostos a aproximadamente 2,5 m de profundidade do solo, (Figuras 20 e 21, pág 64) e a outra peça, encontrada incrustada nas pedras do alicerce em arenito, pode ser vista como uma circunferência aberta, por ter sido encontrada fragmentada sem a parte superior do artefato. As peças foram iluminadas, com suportes estruturados na porção mais profunda dos cortes com o foco direcionado para as peças sobrepostas e outros focos de iluminação foram distribuídos entre o alicerce de madeira logo acima da camada superior, todos em tonalidades quentes, buscando criar contrastes entre os tons ocre das urnas e encanações de cerâmica dispostas na escavação.

Para proteção do ambiente da escavação e visualização do público, foram instalados os vidros tácteis, encaixados sob o piso de madeira para que as pessoas possam caminhar sobre os mesmos, e observar a exposição dos cortes arqueológicos. Composta por uma vitrine desenhando a letra L (*ele*) sobre o piso, (Figura 22, pág 64) a escavação mostra uma relação entre objetos que também podem ser interpretados sob uma espécie de rede imaterial entre o passado e o presente local. Tais relações não se expressam somente pelas atribuições físicas que os objetos encerram, mas pela porção imaginada e invisível, por vezes silenciada.

Figuras 20 – 21: Artefatos sobrepostos em exposição da arqueologia *in situ*



Fotos: Solange Iribarrem

Esse pensamento discorre a partir da fala de um dos profissionais envolvidos no trabalho, o restaurador Custódio Rodrigues Silva, que atuou durante a fase de restauro *in situ* das urnas evidenciadas pela escavação., durante o mês de julho de 2012. Enquanto participava junto aos trabalhos de restauro, Custódio posicionado na parte mais profunda da escavação com as urnas sobrepostas enquanto eu acertava os cortes com uma pequena espátula no lado oposto, me chamou: Camila, acabei de ver um índio aqui!, Perguntei: Como assim Custódio? Ele respondeu: Acho que era um espírito de um índio sentado, fumando atrás de mim. Estava concentrado nas peças e ao virar me deparei com ele. (Naquele momento, um estranhamento silencioso se instalou no ambiente; fiquei muda).

Figura 22. Piso táctil (vidro) sobre escavação arqueológica do Paço



Imagem: Camila Iribarrem

Aquela sensação que invadiu o espaço me reporta ao que Crapanzano (2005, p.363) conceituou como “horizontes imaginativos ou tempo e espaço intersticiais”, mas que de certa forma carrega a impressão de nos transportar para uma dimensão temporal diferente da que estamos usualmente habituados. Nosso momento de suspense reflexivo foi interrompido pelo barulho de uma felina, muito peluda e toda branca, que a partir daquele dia acompanhou os trabalhos com a barriga cheia de gatinhos até o final da etapa de restauro e continuou lá até o momento da inauguração do trabalho no dia 31 de dezembro de 2012, quando já havia parido a ninhada. Foi sem dúvida, a mascote escolhida nessa etapa da arqueologia do Paço e segundo Marcus: “trouxe sorte, porque enfim após o aparecimento dela, conseguimos finalizar o trabalho”.

Chegar a uma proposta que pudesse ser considerada conclusiva para os trabalhos de arqueologia do Paço, em especial o da arqueologia *in situ* não foi um processo descomplicado. Houve sem dúvida, uma demanda de tempo e disposição que ultrapassou as questões mais práticas ou exclusivamente profissionais desse trabalho. No final do ano de 2012²⁰, próximo a data de finalização das atividades da prefeitura em exercício, houve um incentivo para que todas as obras que estavam em etapa de finalização, incluindo o Paço da Liberdade, fossem entregues até o último dia do prazo de transferência do mandato. Nesse período as escavações da arqueologia já restauradas estavam fechadas com caixas de madeira que protegiam as urnas e tábuas de azimbre logo acima da camada superior do solo, na tentativa de proteger ao máximo a restauração que havia sido realizada entre os meses de julho e agosto daquele mesmo ano.

Essas medidas buscaram diminuir os danos que a já mencionada passagem dos operários sobre o local ocasionara, considerando que sob as estruturas de madeira do pavimento da sala existem fiações elétricas e cabeamento em fibra ótica necessária para toda manutenção do edifício, o que fazia com que o trânsito fosse contínuo sobre as escavações arqueológicas, localizadas logo abaixo das estruturas em madeira, além das restaurações parietais da sala que foram trabalhadas até o mês de inauguração das obras, o que interferia sobremaneira no trabalho da arqueologia, devido ao acúmulo de resíduos provenientes desse tipo de atividade, fazendo com que novos esforços fossem necessários para a conclusão da exposição da arqueologia *in situ* até a data do evento de inauguração das obras de restauração.

²⁰ Prefeitura de Amazonino Mendes (2009-2012)

Nesse último esforço, as maiores dificuldades adivinham da inexistência de mão de obra para o programa de arqueologia, já que a prefeitura havia demitido todos os funcionários vinculados a esse trabalho devido aos cortes de verbas. Restava apenas o Marcus, eu e a Sol, nossa mais fiel companheira da arqueologia. Unindo forças para conclusão do trabalho, foi realizado um voluntariado entre alguns funcionários da obra que foram cedidos pela empresa de arquitetura contratada, além de funcionários de diferentes setores da Manauscult²¹ e Loureiro²² que esteve presente nessa última etapa contribuindo para finalização do trabalho e produção do evento no Paço, com a doação de painéis elucidativos sobre a história de Manaus.

Houve ainda a necessidade de instalar a iluminação para as peças e cortes arqueológicos, e a produção desse contexto foi imprescindível para configuração dos elementos de luz e sombra que integram o ambiente, refletindo algumas cálidas luzes focadas nos artefatos e estratigrafia dos sedimentos. De acordo com Marcus²³, “a ideia de produzir uma iluminação quente em contraste com um ambiente escurecido remete aos ambientes que se encontram no interior da terra, como minas e escavações que contribuem para ressignificar essa memória no espectador”.

Mais uma vez, os aspectos de luz e sombra parecem imprimir um pouco dessa marca contrastante nessa observadora- narradora. Tive a oportunidade de quando ultrapassou as dezoito horas do dia 31 de dezembro de 2012 _ com a inauguração do Paço da Liberdade marcada para as dezenove horas_ de descer até as urnas e contribuir com o último toque necessário para abertura da sala de exposição e precisei de força física e coragem para retirar as caixas das urnas e me deparar com uma verdadeira profusão de baratas. Acredito que o ambiente fechado e o interior das peças tenham propiciado um ambiente adequado a esses insetos, e precisei sufocar na garganta a repulsa que senti.

Após o susto e a breve repugnância, fiquei satisfeita por elas terem sido parte do momento, pois além de crenças populares afirmarem que baratas são animais que trazem sorte, existem estudos sobre insetos que buscam demonstrar que baratas são animais com aparato cognitivo sofisticado, dotadas de inteligência coletiva e comportamento social. (LIHOREAU, COSTA & RIVAULT 2012). Em analogia ao momento, espero que a representação das relações desses animais e a capacidade de agência que observei que elas

²¹ Fundação Municipal de Cultura e Arte

²² Historiador Alfredo Loureiro

²³ Arqueólogo Marcus Vinicius de Miranda Corrêa

exerceram sobre mim possam continuar impulsionando esse estudo, na tentativa de compreender a percepção etnográfica desses singelos imponderáveis cotidianos que também fazem parte das experiências de vida.

2.3 Instalação arqueológica e agência dos objetos: relações entre antropologia e arqueologia

Desse ponto, retorno a pergunta que impulsiona a pesquisa: Como se instila sentido de agência no contexto abordado? Seria essa uma forma de agência unilateral ou multifacetada? Que mútua influência sobre as ações relacionam nesse contexto pessoas e coisas? Poderia se supor uma agência das coisas sobre as pessoas e das pessoas sobre as coisas? O que pode existir nessa atmosfera de agência que perpassa o “imperscrutável” como as sombras dos imponderáveis quase esquecidos, no sentido proposto por Crapanzano (2005)?

Entre as interfaces narrativas de uma antropologia dialética (Crapanzano, 1977), e o exercício reflexivo sobre a construção textual e crítica da retórica etnográfica, amplamente discutida por Marcus & Cushman (1982), Marcus (1991), Clifford (1998), Marcus & Fisher (2000), algumas indagações e percepções que influenciaram essa construção textual foram interceptadas pela dimensão das relações humanas e não humanas que constituem a teoria dos atores rede (LATOUR, 2012), e encerra a imanência dialógica e relacional entre ser humano e objeto, trazendo a superfície uma projeção transversal sobre a relativização do humano e do híbrido, também encontrada na intersubjetividade configurada sobre o “espírito das coisas” ou “coisa que tem alma, é alma” (MAUSS, 2011, p.70).

Seria essa então, a base de uma ótica sobre a qual também se propõe um questionamento intrínseco sobre a “noção de pessoa e a de “eu” (Mauss, 2003) e do ponto de vista de desconstrução de um modelo de alteridade que projete o outro unicamente como humano? (GOLDMAN, 1996). Essa perspectiva de relativização do outro, onde se considera a possibilidade de um “outro” como um animal, pet²⁴, objeto, coisa, ou artefato arqueológico, por exemplo, também se insere sobre a relativização da própria noção de pessoa ou humano como concepção de um paradigma limitante, a ser pensado em tempos de robótica, ciberespaço e virtualidade que desconstroem por seu próprio contexto as definições de tempo e espaço em que estamos vinculados.

²⁴ Pet, do termo apropriado do inglês em referência a animal de estimação.

Desse ponto de vista, abro espaço para concepção sobre agência dos objetos, ou a percepção sobre como eles atuam interagindo no contexto social e influenciando relações humanas e não humanas. A teoria sobre agência dos objetos foi desenvolvida e apresentada pela primeira vez por Alfred Gell em seu livro póstumo, lançado em 1998, *Art and Agency*, que desafiou antropólogos a pensarem sobre antropologia da arte com base na dinâmica e circulação social dos objetos, subvertendo a lógica da estética convencional sobre a concepção de arte e expressando uma forma de se pensar objetos ou observar os objetos da mesma forma como se faz com pessoas, ou seja, considerando a perspectiva de alteridade com os objetos enquanto pessoas e incentivando o desenvolvimento de experiências a partir de suas etnografias, a observação sobre a interatividade social que os envolve e suas formas de circulação como prerrogativa para testar a hipótese sobre a agência dos mesmos. Para Gell (1998, p.16)

The aim of anthropological theory is to make sense of behaviour in the context of social relations. Correspondingly, the objective of the anthropological theory of art is to account for the production and circulation of art objects as a function of this relational context.

Em uma das teorias que têm gerado grandes debates na disciplina antropológica sobre a natureza social da agência, Alfred Gell (1998) propôs que agência é um fenômeno de ação social, que pode ser atribuído, tanto a pessoas, quanto a objetos e animais, como uma espécie de força emanada ou espírito gerador de consequências que podem ter partida, em uma hipótese holográfica, de quaisquer elementos constituintes do universo social, que possam refletir em uma perspectiva individual o espírito humano agente. Segundo Gell (1998b, p. 17);

Animais e objetos materiais podem ter espíritos e intenções atribuídos a eles, mas este serão sempre, em algum sentido residual, espíritos humanos, e de fato, somente um deles, o nosso próprio... "Nós só conhecemos a nós mesmos em algum tipo de contexto social"

Nesse sentido, proponho pensar sobre alguns objetos e coisas que parecem de alguma forma capturar nossa identidade ou nos sentimos profundamente identificados com eles. Podemos então supor que há uma atuação deles sobre nós? Gell (1988) apresenta alguns exemplos interessantes de como pode acontecer essa agência dos objetos sobre o humano, a partir das relações que estabelecemos com eles, como uma criança com sua boneca, em que algumas estabelecem laços inseparáveis, ou ainda um motorista com seu carro, supondo uma situação em que por alguma falha mecânica o veículo apresenta um barulho, atuando dessa maneira sobre os sentimentos e ações do próprio motorista.

E o que pode acontecer se a boneca da criança quebrar um braço, ou se, retorno essa pergunta para mim com relação à perda ou deterioração de um acessório predileto, um livro, uma roupa, enfim, qualquer objeto com o qual eu tenha estabelecido uma relação de identidade, sei que provavelmente ficarei apreensiva. Essa pode ser uma relação unilateral, já que me coloquei para compreender melhor a questão, mas verifico que alternativamente, se outra pessoa for colocada na mesma condição, a ação ocasionada pelo objeto propiciará uma reação no indivíduo receptor da ação. Vejo assim, que para uma hipótese a respeito da agência do objeto sobre o indivíduo, essa relação se dá a partir de um vínculo emocional, que poderá se estabelecer no decorrer de um período de tempo ou em momento sincrônico de um indivíduo, ao observar, por exemplo, um quadro, uma escultura, ou qualquer outro objeto que instile no observador, memórias, experiências, admiração.

Nessa relação entre seres e coisas, de alguma forma o indivíduo é tocado ao olhar, ao sentir, ao ouvir algo que é senão resultado de uma obra humana. Concluo assim, que esse é o âmago da teoria de Gell (1988), e sua perspicácia em considerar objetos como humanos, pois esses serão sempre o resultado da ação de um ser humano que por intermédio de sua criação continua atuando sobre outros. Sob um enfoque pautado em uma sociologia das ciências humanas e a teoria de Alfred Gell sobre a humanidade das coisas, a apreensão desse espírito implícito no contexto social, se encaixa na síntese de Santos (1988, p.66) de que “o objeto é a continuação do sujeito por outros meios”.

A partir dessa ótica cabe indagar se o olhar das pessoas sobre espacialidades, como o formato desenvolvido pela arqueologia no Paço da Liberdade, pode ser considerado parte do contexto que forma cena e que constitui o momento de convergência em que a leitura do observador é que formula a existência do espaço? Suponho então que existam múltiplas visões de mundo coexistindo e interagindo, que podem enxergar e interferir sobre diferentes espacialidades, diferentes temporalidades que incorporam a realidade única de cada expectador, que nesse sentido será sempre agente na visão do próprio mundo.

Em uma explicação sobre a abordagem *in situ* do sítio arqueológico mencionado nessa discussão, Marcus propôs que “a escavação é por si só um procedimento *in situ*... a ideia do termo nessa situação é trazer o olhar das pessoas para o sítio, assim as pessoas também podem fazer parte dele.” Considerando esse conceito, parto da premissa que esse experimento arqueológico conflui para um limiar convergente entre diacronia e sincronia ou entre lugar de encontro entre tempos e espaços. A arte de mergulhar no tempo social das gentes é uma

perspectiva que vem envolvendo duas disciplinas humanas intrínsecas: antropologia e arqueologia.

É como pensar o sentido de “estar vivo” (INGOLD, 2015), em uma dimensão ainda não concebida pela simples materialidade das coisas, mas uma dimensão que transcende a concepção ser. Ser coisa ou homem como ideia pré concebida do que são homens e coisas, esquecendo que de alguma forma somos parte de um mesmo universo que vive e se movimenta em cada partícula que nos rodeia, interagindo com as moléculas vivas em tudo mais que envolve esse sentido de estar: passado, presente, futuro.

Para navegar sob esse horizonte, também é preciso considerar duas variáveis infinitamente percorridas desde os primeiros passos das ciências em termos genéricos: tempo e espaço. É quase senso comum que uma das teorias mais impressionantes sobre esses dois fatores advenha da física quântica de Einstein e sua teoria da relatividade, que desencadeou uma vertente de interpretação que também se relaciona a outras disciplinas: tempo e espaço são relativos e estão profundamente conectados. Para as duas disciplinas, antropologia e arqueologia, esses dois princípios também se configuram entrelaçados, como uma “arqueologia do presente” (SILVA, 2009, p. 135).

Considerando Shanks & Tilley (1992, p. 07), e suas definições de que “o passado não pode estar presente e ainda assim seus vestígios nos rodeiam”, trouxeram à luz da arqueologia prerrogativas que se entrelaçam à teoria sobre a relatividade temporal, onde a experiência da práxis arqueológica perpassa pela compreensão de um passado coexistindo no instante presente e estabelecendo realidades sociais paralelas que podem ser entendidas sob a ótica de perceber o tempo como uma espécie de espaço por onde as gentes caminham continuamente.

Nessa abordagem que se desdobra sobre um passado presente, Shanks & Tilley (1992), argumentaram exaustivamente como a interpretação da arqueologia só é possível no momento presente (contemporaneidade), a partir da relação dos atores sociais envolvidos no contexto, redimensionando como esse tempo relativo se condensa no presente constituindo o momento histórico, que para os autores se projeta como uma “reconstrução do passado” em que se infere uma perspectiva de ressignificação cultural, onde “recriar o passado envolve necessariamente o presente, as condições e o contexto do ato da criação [...] o passado como um reflexo é a reprodução de uma imagem que esconde o presente observado.” (SHANKS & TILLEY, 1992c, p.16) (tradução minha).

Os pressupostos sobre a interatividade entre coisas e seres humanos, e como se processa essa interrelação mútua, defendida pela corrente pós-processualista da arqueologia como um fenômeno social, pode ser identificada no discurso de Hodder (1999, p.25), em que ““ the social and cultural sciences on the other hand, the framework of the scientist confronts a world that can talk back.” Precurssores do pensamento pós-processual na arqueologia, Hodder (1999) e Shanks & Tilley (1987), abordaram essa perspectiva fenomenológica a partir do pensamento sobre a hermenêutica de Heidegger (1927-1989), Gadamer (1960-2008) e a hermenêutica social de Bauman (1978), em que aplicaram suas concepções sobre o “circulo hermenêutico” na interpretação sociológica da arqueologia.

Comparativamente é observável a correlação teórica existente entre a arqueologia pós-processualista e a antropologia interpretativa de Geertz (1989,1997), em uma relação simétrica entre “o círculo hermenêutico”, identificado pelos autores mencionados e a “teia de significados” de Geertz (1989), no sentido de que se o círculo hermenêutico encerra a compreensão humana como interpretação relacionada ao contexto que a envolve, a teoria de Geertz se fundamenta nos mesmos princípios para uma leitura sobre os símbolos sociais inscritos na cultura humana.

Em uma articulação sobre a teoria social do círculo hermenêutico e seu aspecto ontológico, Mantzavinos (2005, p.57), estabelece uma analogia sobre compreensão circular de uma sociedade: “só podemos compreender, por exemplo, uma parte de um processo político se tivermos alguma compreensão do todo, mas só compreendemos o todo se já compreendemos a parte”. Entretanto, a extensão decorrente da interpretação hermenêutica, que se relaciona a subjetividade interpretativa das partes que integram o todo, também se articula a um modo de enxergar as coisas ou objetos, onde se pode atribuir que essas materialidades, além de suas qualidades exotéricas, carregam em si um universo esotérico correspondente à multiplicidade de sentidos humanos e sociais implícitos pela agência que se reflete nas próprias interpretações humanas sobre eles. Para Gell (1998, p.17), a idéia de agência não remete apenas a um pensamento cultural sobre causas e efeitos, mas também a um “intento supostamente adiantado por uma pessoa ou coisa agente”.

O aspecto experimental da pesquisa arqueológica no Paço se transporta sobre a indagação de como interage o olhar do expectador sobre o espaço, em uma perspectiva imagética da antropologia, onde o expectador participa do contexto a partir do seu ponto de vista. Essa ideia também nos remete a uma discussão sobre antropologia da arte com base em

uma hipótese pautada sobre instalação arqueológica²⁵ ou ainda sobre o que Gell (2001), debateu em seu artigo, “A rede de Vogel: armadilhas como obras de arte e obras de arte como armadilhas”, trazendo à luz controvérsias latentes sobre o que é arte e o que tem sido compreendido como arte, destacando que os fundamentos do que hoje é denominado arte estão mais pautados nas considerações esteticistas das coisas, associado ao sentido de elaboração que o objeto carrega por parte do agente que o originou com base nos processos ritualísticos do saber local.

Para Gell (2001), essa visão desconsidera outra dimensão que o objeto também comporta: o da etnografia e as relações sociais a eles vinculadas. A circunstância por ele evocada para elucidar seu discurso trata-se de uma rede de caça Zande exposta em 1988 no Center for African Art em Nova York sob a curadoria da antropóloga Suzan Vogel, que expôs o artefato no sentido de questionar os parâmetros conceituais de arte contemporânea. Como não dizer que a exposição da rede de caça, propositalmente enrolada e ladeada por iluminação específica e paredes brancas, não se trataria de uma obra conceitual ou instalação de arte? Pois bem, dentro dos parâmetros da moderna crítica de arte, como a de Danto citado por Gell no artigo e responsável pelo ensaio de apresentação da exposição mencionada, a rede Zande exposta por Vogel não poderia ser considerada arte. Sua justificativa discorreu sobre conceitos de arte com base na condição ritualística do saber local de onde se origina o artefato, problematizando seu ensaio com uma proposta de experimento entre povos oleiros e cesteiros em que a cosmogonia subjacente ao objeto será representada pela cestaria ou cerâmica de acordo com sua referência étnica, para justificar com bases antropológicas o que pode ou não ser considerada arte com base em uma visão êmica da cultura material.

A partir de sua interlocução com o contexto da exposição e os pressupostos de Danto, Gell desenvolve sua argumentação sobre a desconstrução do conceito de arte, propondo alternativas sobre o que os próprios nativos possam diferenciar entre instrumentos utilitários e rituais, suscitando como exemplo o que pode representar para um nativo uma rede de caça, tanto como artifício material ou objeto cultural de um ritual socialmente sofisticado, trazendo à tona um posicionamento de que esse conceito de arte pode ser encarado como uma ideia ocidental sobre arte, e não um conceito nativo, sendo nesse sentido uma visão eurocêntrica criada para atender uma elite interessada sobre o assunto. Para Gell (2001, p. 189) a arte

²⁵ Uma proposta experimental de exposição arqueológica in situ, envolvendo conceitos de espacialidades e arte ambiental

ultrapassa os aspectos conceituais, prendendo atenção do observador que permanece “suspenso” em seu momento de observação. Para ele, arte também pode ser:

Objetos que demandam um exame minucioso, enquanto veículos de ideias complexas, e que evocam ou significam algo interessante, difícil, alusivo, complicado de realizar, etc. Eu definiria como candidato a obra de arte qualquer objeto ou performance que recompense, potencialmente, tal exame, pois encarna intencionalidades que são complexas, exigem atenção e são difíceis de reconstruir plenamente”

Nesse sentido, a arqueologia *in situ* do Paço da Liberdade sugere uma experimentação similar à “Rede de Vogel”, a partir da utilização dos artefatos arqueológicos interagindo em um edifício histórico, sendo o próprio edifício um conceito a ser pensado em termos de arqueologia da arquitetura (CORRÊA, 2011), e circula sobre uma discussão entre antropologia e arqueologia em diferentes aspectos que essa abordagem evidencia, da arte às suas espacialidades e temporalidades intrínsecas, culturas e humanidades. A conjuntura observada entre tempos, espacialidades e diferentes interações existentes nessa abordagem antropológica, sugere a perspectiva de Castañeda (2008), sobre “instalação etnográfica”, que se desdobra sobre a relação etnográfica entre pessoas e lugares que abrem espaço para reflexões sobre o passado e sua representação no presente. Bezerra (2011, p. 66), desenvolveu a partir de sua experiência na Vila de Joanes–Ilha do Marajó, esse olhar sobre instalação etnográfica referenciada por Castañeda (2008), e destaca sua perspectiva como:

Lugar onde distintas visões de mundo confluem, possibilitando um diálogo que subverte as relações verticalizadas entre pesquisadores e comunidades locais, e abre espaço para as interpretações sobre a cultura material e a construção do passado. De fato, a observação e as conversas com os moradores na exposição trouxeram à tona aspectos de sua relação com o patrimônio arqueológico até então silenciados.

Proponho que a conjuntura recriada na arqueologia do Paço da Liberdade possa ser interpretada como “instalação arqueológica”, por se tratar de um formato de expressão da arqueologia que extrapola o fazer arqueológico como método de investigação do passado, integrando múltiplos agentes no processo: coisas, pessoas, ambiente, a terra como suporte da escavação, a terra como suporte das coisas “instaladas” em seu interior, o inseto que se incorpora à cena, o ser que olha e vê o que a subjetividade humana produz como reflexo dos conceitos simbólicos de suas visões sociopolíticas, memória social, identidade cultural (GEERTZ, 1989; 2008).

Essa perspectiva inserida sobre a idéia de instalação arqueológica pretende provocar o questionamento sobre a ambiguidade do termo “instalação”, usualmente utilizado para designar espaços construídos como obras de arte em uma perspectiva contemporânea sobre arte conceitual, ou o conceito subjacente a idéia de arte, como a própria arte, em que “arte deixa de ser puramente ocularcêntrica para ser entendida através do conceito, ou seja, uma arte conceitual que situa ou incita o observador a refletir sobre o que é e o que não é arte”. (WANNER, 2010, p.171).

Originalmente a expressão “instalação etnográfica”, se relaciona a concepção gerada sobre arqueologia etnográfica, apresentada em 2005 com Quetzil E. Castañeda & Christopher N. Matthews, em um workshop em Yucatán, México, denominado *The Public Meanings of the Archaeological Past: Sociological Archaeology and Archaeological Ethnography*". O evento OSEA Host Wenner Gren Workshop 2005, patrocinado pela Instituição OSEA (The Open School of Ethnography and Anthropology), resultou na publicação *Ethnographic Archaeologies: Reflections on Stakeholders and Archaeological Practices* (2008). O enfoque da publicação, além de propor definições conceituais sobre o tema, também esclarece distinções entre etnografia arqueológica, antropologia da arqueologia e arqueologia etnográfica.

O desdobramento sobre tais definições foi discutido na dissertação de Pouget (2010) e em Bezerra (2011), que destacam a arqueologia etnográfica como modelo epistemológico de pensar o fazer arqueológico em suas relações sobre agência entre coisas e pessoas. Em sua interpretação sobre os três modos distintos de articulação entre etnografia e arqueologia, descritos por Castañeda (2008), Bezerra (2011, p. 62), conclui;

1) Etnografia arqueológica: a Etnografia é um método da Arqueologia empregado para o estudo do passado arqueológico; 2) Antropologia da Arqueologia: a Arqueologia é um objeto da Etnografia, sendo a Arqueologia estudada como fenômeno sociocultural contemporâneo; e 3) Arqueologia etnográfica: a Arqueologia é sujeito da Etnografia. Métodos etnográficos são incorporados ao fazer arqueológico para estudar o passado e os contextos sociais presentes.

No artigo “What is Archaeological Ethnography?”, Hamilakis & Anagstopoulos (2009, p.65), argumentam que a arqueologia etnográfica configura-se a partir de um espaço transdisciplinar e transcultural habilitado para pesquisas e uma diversidade de públicos engajados em debates, trocas e intervenções. Para os autores, “traços materiais de diversos tempos estão no centro desses espaços emergentes”. Esse diálogo entre arqueologia e

etnografia, inclui a interface entre o universo social implicado pelas políticas culturais e como essas mesmas políticas culturais relacionadas a esferas de poder, vem sendo assentadas sobre os direitos à diversidade cultural e as práticas correlativas à socialização e preservação do patrimônio cultural. Tais questionamentos, também encontram-se implicados na atuação da arqueologia no Paço da Liberdade enquanto construção de um espaço privilegiado para esse tipo de debate.

CAPÍTULO III- ESPAÇOS COMPLEXOS E POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O encadeamento desenvolvido nessa pesquisa, analisando como se articula uma visão sobre agência disseminada entre artefatos e seres, pretende se aprofundar no alcance que essa reflexão procura atingir sobre as implicações políticas e socioculturais que interrelacionam múltiplas formas de agência que se configuraram sobre o universo que envolveu essa pesquisa. Identifico a agência, enquanto aspecto propulsor de ações e disseminador das transformações sobre um contexto social, ou melhor, a própria força motriz da dinâmica social, que produz movimento e interação à rede de intencionalidades humanas, estimuladas por motivações e expectativas diversas, cujo choque ou convergência dessas motivações, configuram o desdobramento dessa agência sobre o mundo.

Contudo, ainda que perspectiva de agência possa ser socialmente definida, ignorar a agência não humana interferindo sobre o contexto social, seria de igual forma excluir a materialização que essa rede de intencionalidades humanas é capaz de atingir na produção de sua cultura material. A proposta dessa pesquisa, que insere uma etnografia sobre as práticas arqueológicas, considerando essa agência emanada a partir de artefatos funerários pré-coloniais busca refletir sobre as diversas formas que o ser humano pode se relacionar com essas materialidades a partir da análise de um determinado contexto. Sobretudo, analisar esse universo de interações, materiais e imateriais, que refletem modos de ser e agir sobre o mundo também não exclui outras dimensões imaginadas ou experienciadas pelos próprios agentes reproduzidos nessa etnografia. A própria cosmovisão das sociedades tradicionais e suas práticas xamânicas e ritualísticas, entram em debate sobre a agência que essa cosmologia carrega na luta pelas reivindicações e movimentos indígenas. Essa visão é elucidada a partir da solicitação de tutela dos artefatos funerários encontrados na Praça D. Pedro II pelo movimento indígena da COIAB, e o desdobramento que essas ações atingiram sobre as questões políticas relativas ao patrimônio cultural e arqueologia pública, são a base das argumentações que fundamentam esse capítulo.

3.1 Apontamentos: Patrimônio Cultural e perspectivas sobre Arqueologia Pública

Alguns apontamentos sobre questões relativas ao patrimônio cultural e arqueologia pública, se inserem no contexto sobre as questões que envolveram as políticas públicas e os

procedimentos desenvolvidos para musealização da arqueologia *in situ* mencionada nesse trabalho. Utilizando a perspectiva de Gallois (2011) a respeito do significado de patrimônio, associado às derivações etimológicas da terminologia (Carneiro, 2009), a palavra patrimônio, origina-se dos vocábulos greco-latinos *pater* + *nomos*. O vocábulo *pater* se relaciona ao conceito patriarcal de autoridade, comando familiar paterno, pai enquanto chefe do núcleo familiar. O vocábulo grego *nomos*, relativo à norma, tem abrangência social designada como lei ou regra geral entre os povos. Para Soares (2009. P. 51), “o *nomos* constitui um elemento formador da identidade individual e coletiva dos sujeitos”. A união dos vocábulos dando origem a palavra em latim *patrimonium*, pode ser traduzida em termos literais como patri (pai) + monium (condição)= condição de pai, sendo o sentido do termo relativo a herança paterna, ancestral, ampliando a relação de significado entre a constituição do grego na formação do latim, que expande o simbolismo do termo, também compreendido como legado de uma geração social para ser transmitido a outra.

Cabe observar que o próprio termo correspondente à condição de pai, “*pater*”, compreende uma perspectiva patrilinear relativa ao contexto do que se aplica o termo patrimônio. Nesse sentido, a própria terminologia já alude à conjuntura colonial, mas não apenas o conceito da linguística portuguesa, incluída na herança cultural da língua atualmente falada no Brasil, mas o aspecto simbólico do termo, que perpassa a transmissão de valores de uma sociedade imperialista e patriarcal que reflete as origens históricas do Brasil colônia. Reafirmando que a concepção de patrimônio socialmente referenciada, seja ele público ou privado, se atualiza a partir do contexto das modernas sociedades ocidentais, o que não inclui a diversidade de sentidos que essa dita herança social pode adquirir em diferentes culturas. Em diferentes sociedades tradicionais a noção de memória e pertencimento associada ao patrimônio cultural não são diretamente relacionadas ao conceito de herança. Para Gonçalves (2007, p.266), “nestas sociedades, com forte capital de memória, não há um sentido de guarda, armazenamento ou preservação de objetos, assim como não há o sentido que conhecemos de herança”. Sua análise se volta para o entendimento sobre a concepção de memória entrelaçada ao “tecido social” de diferentes grupos, onde a relação orientada sobre o que se concebe enquanto patrimônio cultural em sociedades não tradicionais, intrinsecamente relacionadas à materialidade do conceito de patrimônio cultural, ou seja, suas manifestações materiais como artefatos, monumentos, objetos de valor histórico e outras referências de cultura material, se opõem ao conceito de imaterialidade de grande parte das sociedades tradicionais, em que valores de identidade cultural estão mais relacionados à intangibilidade

da cultura, como os modos de organização social, conhecimentos tradicionais e expressões artísticas de dança, música, pinturas, grafismos, etc, constantemente atualizados por suas dinâmicas culturais, cujas percepções encontram-se disseminadas em suas concepções cosmogônicas de universo e crenças de suas coletividades.

Tais concepções trazem à tona reflexões que interrelacionam pressupostos atribuídos às perspectivas sobre patrimônio cultural e patrimônio cultural imaterial. O conceito legal de patrimônio cultural é constitucionalmente apresentado no Art 216, da Constituição Federal que exara:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão; I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

. § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

O arcabouço interdisciplinar que instituiu debates entre a antropologia e as disciplinas que estão inseridas no enfoque do patrimônio cultural articulado ao questionamento sobre as políticas públicas e culturais e que contribuem na formulação de conceitos sobre a construção de identidades, memória nacional, a elucidação dos significados de patrimônio cultural e a diversidade de atribuições que configuram o que seja patrimônio cultural na visão de diferentes formas de constituição social, tem sido disseminado no Brasil por vários pesquisadores e núcleos de pesquisa. Dentre esses trabalhos, o livro “Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e desafios contemporâneos”, organizado por Filho, Eckert & Beltrão (2007)²⁶ apresentou diferentes contextualizações onde a temática sobre o patrimônio cultural é discutida, trazendo à luz processos históricos e reflexões atuais sobre agentes e formulações de conceitos sociais que interrogam os parâmetros de interpretações e

²⁶ Edição publicada pela Associação Brasileira de Antropologia – ABA (Comitê Patrimônios e Museus)

conceituações que se desdobram sobre suas atribuições de direito e cidadania. Um sumário singular que fundamenta o aprofundamento sobre a temática para as diferentes disciplinas na contemporaneidade. Para Cardoso de Oliveira & Grossi (2007, p. 08-09), o livro realça principalmente as seguintes abordagens antropológicas:

(1) a articulação cada vez mais forte entre as noções de bens (inclusive os imateriais), direitos e identidades nas discussões sobre patrimônio e sua relevância para o exercício da cidadania na contemporaneidade; (2) a necessidade do diálogo com outras disciplinas na definição do patrimônio e na elucidação de seus significados, cujo caráter dinâmico não permite abordagens estáticas nem classificações definitivas, dada a pluralidade de visões e de experiências do público-alvo das políticas públicas nesta área; (3) o potencial de interação dos museus com os cidadãos de uma maneira geral – seja por meio de sua identificação com o material exposto, seja pela possibilidade de contrastar sua visão de mundo e sua identidade social com as de outros povos. Os três aspectos têm como pano de fundo o significado da dimensão simbólica da vida social e a importância de atentar para o ponto de vista nativo – marca registrada da Antropologia – na compreensão do patrimônio.

No que concerne às reflexões sobre essa etnografia que pesquisou o trabalho de arqueologia pública do Paço da Liberdade e suas implicações teóricas e metodológicas que envolveram diversos agentes e o próprio conceito de agência das materialidades articuladas no contexto de elaboração dos procedimentos técnicos, o próprio conceito de arqueologia pública encontra-se implicado em um conceito ampliado desse mesmo aspecto “público da arqueologia”, o que conseqüentemente se traduz entre um diálogo profícuo entre antropologia e arqueologia, e da agência desse processo sobre apropriação do patrimônio cultural e suas alternativas de inclusão e participação de comunidades e outras vozes coletivas que reivindicam essa forma de cultura material enquanto patrimônio.

Para Carvalho & Funari (2007), o primeiro questionamento a ser problematizado em relação à expressão arqueologia pública advém da própria terminologia “pública”, a partir da indagação sobre como se define o que seja “público”, já que a princípio todo trabalho de arqueologia, assim como o de produção do conhecimento, deveria assim ser considerado. No entanto, o foco central relacionado ao sentido “público” da arqueologia, se define a partir da relação sobre a produção do conhecimento em arqueologia e as diversas formas de alcance social que essa perspectiva possa atingir. Assim, a arqueologia pública está presente desde a concepção sobre exposições arqueológicas em museus, aos projetos mais atuais de Educação Patrimonial, passando pelos debates acadêmicos e as demais intervenções sociais que os programas de arqueologia tem relacionado.

Quaisquer mecanismos de publicitação da arqueologia são diretamente implicados por direcionamentos legais cuja referência se dá a partir do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, instituição de caráter federativo atuante nas diversas regiões do Brasil a partir de suas Superintendências Regionais. O processo social que envolve a arqueologia pública e multiplicidade de agentes que interagem sobre esses processos, incorre substancialmente em discursos multivocais, em que vozes minoritárias são quase sempre abafadas pelos discursos elitistas do capitalismo e das relações de poder que arqueologia pública suscita. Para Funari (2008, p.20);

Em uma sociedade muito desigual, como a do Brasil, com características aristocráticas patriarcais, as elites utilizam a Arqueologia para fomentar costumes e valores, e são capazes de controlar as instituições públicas e particulares graças à sua posição e lealdade para com regimes ditatoriais. Valores capitalistas e sutilezas burguesas são saudados e os valores não capitalistas da sociedade são ignorados, apesar das diferentes características das identidades sociais envolvidas.

A arqueologia pública participa de uma dimensão irrefutável do contingente humano, já que compreender essa arqueologia sob um viés antropológico prenuncia uma tarefa laboriosa de considerar em que ponto se encerram não somente os discursos multivocais prementes sobre a questão, mas também motivações implícitas, visões de mundo, de seres e coisas, além da própria condição humana enquanto agente transformador do mundo na sociedade em que se insere, em sua trajetória cultural, política e social.

As práticas compartilhadas de socialização do patrimônio cultural desenvolvidas por equipes de pesquisas em cultura material e imaterial, como escavações de sítios arqueológicos, restauração de patrimônios históricos edificados, programas educativos em museus, entre outras, objetivam incentivar ações de cidadania cultural, vinculadas às atividades de Educação Patrimonial, buscando atender ações socioeducativas e de divulgação do Patrimônio Cultural amparadas pela Legislação do Patrimônio Cultural Brasileiro, em especial a partir do Decreto Lei Nº 3551 que institui o registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, propiciando a criação da Coordenação de Educação Patrimonial vinculada ao IPHAN/Ministério da Cultura, esclarecendo que o IPHAN (2014, p.14), ao sistematizar diretrizes e eixos norteadores fundamentais, procurou ampliar suas formas de atuação abarcando, de um lado, a noção ampliada de Patrimônio Cultural (presente no artigo 216 da Constituição Federal de 1988 e nos parâmetros da área de Patrimônio Imaterial, criada por decreto no ano de 2000) e, de outro, os novos modelos de gestão pública que privilegiam a construção coletiva e intersetorial das ações do Estado. Desde 2002, o Instituto do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tornou obrigatório pela Portaria 230/2002, que empreendimentos localizado em áreas de elevado potencial arqueológico, em especial onde escavações de solo/subsolo demonstrem a presença de sítios dessa natureza, realizem em contrapartida ao licenciamento ambiental, programas socioeducativos e de publicitação dos sítios arqueológicos encontrados, então definidos como Programas de Educação Patrimonial.

O que incorre em grande parte desses programas implementados a partir da necessidade de obtenção do licenciamento ambiental pelos empreendimentos implicados, é o descomprometimento com a participação efetiva da comunidade envolvida, camuflado pela distribuição de cartilhas infantis em escolas próximas a localidade afetada pelo empreendimento e a apresentação de palestras em canteiros de obras da área impactada, fazendo com que tais procedimentos possam ser caracterizados a partir da apresentação de relatórios ao IPHAN como Programas de Educação Patrimonial.

Por outro lado, um movimento crítico sobre arqueologia pública vem tentando além do seguimento de projetos inclusivos de arqueologia pública e comunitária, um debate crítico sobre as bases de inserção dos modelos de arqueologia preventiva, suas formas de atuação e relações sobre educação patrimonial, refletindo sobre os processos, métodos, multidisciplinaridades, construção de identidade e cidadania cultural (BEZERRA, 2006,2011; FUNARI, 2001, 2008; BASTOS 2007). Esse diálogo entre arqueologia e educação, inclui a interface entre o universo social implicado pelas políticas culturais e como essas mesmas políticas culturais relacionadas a esferas de poder vêm sendo assentadas sobre o direito à diversidade cultural e as práticas correlativas à socialização e preservação do patrimônio cultural. Tais questionamentos, também se encontram implicados na atuação da arqueologia no Paço da Liberdade enquanto construção de um espaço privilegiado para essa forma de diálogo.

O conceito de Patrimônio Cultural está socialmente implicado ao sentido de pertencimento, do encontro e significação de identidades que atravessam o engajamento social por uma cidadania emancipatória. O pensamento crítico é a chave indispensável nesse processo. O conhecimento dos elementos que compõem a diversidade cultural, advindas originalmente de várias etnias e diferentes populações, contribuiu para formação cultural do Estado, entre trançados, historias e mitos que demonstram seus saberes através das múltiplas expressões, linguagem e diferentes formas de manifestações, expressas na socialização cotidiana da cidade. Para Demo (2004 p, 15).

Aprender é preciso na vida, já que também somos, em vastos momentos, objeto de domesticação, adaptação, socialização. Mas a cidadania emancipatória não se nutre disso. Forja-se no aprender a aprender, no saber pensar, virtudes próprias de um sujeito que está à frente de seu destino, e o faz com autonomia tanto quanto possível.

A arqueologia pública como instrumento para educação inclusiva necessita ser compreendida a partir da representatividade intrínseca às manifestações da trajetória cultural de um povo e suas peculiaridades. Todos os elementos componentes do ambiente constituído configuraram-se como patrimônio social e estão inseridos no âmago das interações humanas e da formação da sociedade, que se apropria de suas formas e com ela interage culturalmente compondo assim sua historicidade singular. De maneira geral refere-se às ações em arqueologia voltadas para o âmbito comunitário de maneira que a sociedade possa interagir e reconhecer as atividades de pesquisa realizadas em um local específico, de forma que os métodos arqueológicos utilizados e a revelação da cultura material proveniente dos sítios arqueológicos possam ser apropriados pela comunidade e inseridos em programas socioeducativos de valorização do patrimônio cultural da área pesquisada.

Sob a proposta de arqueologia pública, me refiro ao sentido de educação inclusiva, como desafio educacional por uma ruptura nos processos de segregação social e cultural, como proposto por Santiago, Akkari & Marques (2013), onde a inclusão como princípio se refere ao questionamento de todos os processos de exclusão social, seja na escola, na experiência cotidiana ou aos que subjazem nos processos educacionais e institucionais da sociedade. A inclusão como princípio é uma práxis de contemplar as diferenças. Apoiados na abordagem de Booth & Aisncow (2002), os autores supramencionados desenvolveram uma perspectiva sobre a “dimensão de construção de culturas”, interrelativa a conceituação sobre educação inclusiva. Para Santiago, Akkari & Marques (2013, p. 104),

A dimensão de construção de culturas contribui na construção de uma comunidade e no estabelecimento de valores inclusivos. Essa dimensão se refere as nossas crenças e representações; ao sentimento de acolhimento; a cooperação entre os alunos e os profissionais; aos encontros e circulação de informações entre os membros das comunidades locais com a escola.

A percepção sobre educação inclusiva implicada em sua dimensão sobre a construção de culturas e o estabelecimento de valores inclusivos, se apresenta como a corrente de um elo que relaciona o reconhecimento do ser histórico enquanto agente do processo social. A

arqueologia pública como instrumento para práticas educativas inclusivas se articula a partir de uma ruptura nos paradigmas homogeneizadores na construção de culturas da sociedade, desvelando a diversidade de materialidades culturais que se apresentam no contato do público com o sítio arqueológico, propiciando o reconhecimento das diversidades culturais a partir do questionamento do processo histórico e a identificação dos sujeitos na dinâmica social do mundo que os envolve.

A constituição do processo educativo de segregação social de caráter histórico se apresenta nas grades curriculares subvertendo contextos históricos e de formação social sob a retórica de exclusão do reconhecimento de sociedades pretéritas que habitavam o território nacional no período da ocupação europeia e categorizando a afrodescendência da população brasileira sob o estigma da escravidão. O etnocentrismo da cultura europeia colonialista que dizimou a maioria étnica das antigas populações que habitaram o Brasil antes de sua ocupação e escravizou sociedades africanas inteiras incluindo suas mulheres, crianças e lideranças políticas, se desdobra sobre a face discriminatória e preconceituosa do aprendizado de história nos currículos escolares, que ainda multiplicam afirmações deturpadas e que não se assentam em bases legítimas, como o “descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral” e a “descendência negra tendo como origem a escravidão”. Desse modo gera-se a inferiorização da cultura do outro imposta pela colonização como estratégia de dominação política, econômica e social, hoje refletida na intolerância religiosa, no racismo, e em todos os processos de segregação social e cultural.

Nesse contexto, o patrimônio cultural também tem sido apropriado pela ótica de valorização do patrimônio histórico, que emblematiza monumentos edificados cujas referências históricas são de origem colonialista. Ainda que desde 2000, tenha sido promulgado o Decreto 3551, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, que incorporam os saberes tradicionais, suas práticas e modos de criação cultural, medida equitativa que outras culturas como a indígena e a africana, que constituem essa formação (GALLOIS, 2011), a atuação e documentação desses conhecimentos de natureza intangível, perpassam estudos e pesquisas aprofundadas para seu tombamento, muitas vezes suprimidas entre comunidades impactadas pelos empreendimentos e obras gigantescas que a emolduraram. O que ainda parece mais comum, dentro da nossa sociedade, é mesmo a valorização do patrimônio histórico, da estética arquitetônica como referência emblemática do patrimônio cultural nacional. Não que essa valoração não seja importante, o é, porém, aspectos de imaterialidade e simbolismos culturais ainda desconhecidos necessitam ser

desburocratizados e ressignificados sob a ótica de valorização do patrimônio cultural no Brasil.

A perspectiva da musealização arqueológica *in situ*, no interior de um edifício histórico da capital também dialoga sob uma contextualização questionadora referente às interpretações da ocupação histórica e pré-colonial no local, como espaço de encontro de distintas materialidades e culturas, cujo desdobramento para aplicação de políticas culturais alternativas visa inserir um debate crítico-dialógico sobre a valorização do patrimônio cultural e arqueologia pública, como instrumento de sensibilização para práticas de socialização de diversidades e dinâmicas culturais.

3.2 Políticas culturais: Implicações metodológicas sobre arqueologia no Paço da Liberdade

“Ninguém quer se identificar hoje com os vencidos de ontem, porque isso implica que Manaus é uma cidade derrotada. Derrotada e mal amada. Mal amada porque desconhecida”.
(FREIRE, 1994)

Quando iniciei o levantamento bibliográfico relacionado a essa proposta de pesquisa, uma das investigações que realizei entre os sítios virtuais, referiam-se às formas de divulgação atualizadas sobre o trabalho de arqueologia exposto no Paço da Liberdade ou a musealização da arqueologia *in situ* realizada no local, que foi inaugurada em dezembro de 2012. Há pouco, ou quase nada divulgado sobre a existência desse trabalho, mesmo sendo uma prática pouco comum de ser desenvolvida em sítios arqueológicos. É possível que pelas dificuldades existentes entre os programas de arqueologia preventiva e os interesses econômicos de mercado, grande parte dos sítios arqueológicos encontrados, nem sempre podem ser devidamente pesquisados com o tempo necessário e os completos procedimentos relacionados às pesquisas acadêmicas, sendo em sua maioria, parcialmente resgatados por medidas de proteção ao patrimônio cultural autorizados pelo IPHAN, como etapa do licenciamento ambiental a que são submetidos os empreendimentos em áreas potencialmente detentoras de sítios arqueológicos. Desse modo, a grande maioria das obras empreendidas não se interessam em manter um pequeno museu funcionando, até como medida de inclusão cultural, menos ainda se o formato proposto corresponder a uma musealização *in situ*, já que o espaço físico para a construção do museu precisará ser delimitado e conservado para esse objetivo, o que conseqüentemente subtrairá parte do total da área do projeto correspondente ao empreendimento. O resultado, é que o trabalho de arqueologia preventiva no sentido de

escavação arqueológica, tem se resumido ao resgate de material cultural, que após a retirada do contexto arqueológico é enviada para as instituições que possuem autorização do IPHAN para tutela e salvaguarda de material arqueológico, sendo esses em geral, os laboratórios preparados pelas Universidades e museus afins. Manaus conta na atualidade com três instituições que possuem essas autorizações para salvaguarda de material referente, o laboratório de arqueologia vinculado ao Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas–UFAM, o laboratório Alfredo Mendonça vinculado a Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas e o Museu da Amazônia - MUSA, vinculado ao INPA.

Retomando a questão relativa a pouca ou nenhuma divulgação da exposição de arqueologia no Paço da Liberdade e a quase exclusão da temática arqueológica sobre a existência de uma cultura material à mostra no subsolo do edifício, cujas referências humanas antecedem a própria construção arquitetônica e o período de colonização da cidade, parecem metaforicamente uma tentativa de soterramento desse passado, esmagado, fragmentado como as peças de cerâmicas funerárias que foram destruídas para que se elevasse o modelo cultural elitista, remanescentes de uma “áurea Manaus da borracha, uma sobrecarga de intencionalidades que remontam a construção de uma memória fragmentária, ou porque não dizer, até mesmo excludente de seu passado indígena, mutilado como as peças grotescamente suplantadas pelas fundações coloniais. Afinal, como expôs Freire (1994, p.159),” a experiência milenar e coletiva dos povos indígenas faz parte de um passado que a ideologia dominante teima em considerar” atrasado”,” bárbaro” e “não- histórico”.

No entanto esse passado permanece, como no Paço da Liberdade, ocultado pelas esferas de poder que insistem em dissimular fatos e ressignificar histórias. O contexto de abordagem metodológica para escavação do Paço da Liberdade reintegra parte dos meandros que atravessam o espaço conflituoso sobre patrimônio cultural e políticas públicas, permeado por um pano de fundo que subjaz sobre a construção de memória regional e as práticas de colecionamento museológico de maneira descontextualizada. Dois momentos diferentes e profundamente interligados relacionam essas perspectivas apontadas. A escavação da Praça Dom Pedro II em 2002, a partir da interferência da COIAB e suas reivindicações sobre os artefatos arqueológicos encontrados na Praça enquanto “herdeiros” dessa memória ancestral, o que ao incluir a perspectiva intangível ou imaterial também orienta uma discussão sobre direitos étnicos e humanos. Em um segundo momento, os trabalhos de restauração do Paço da Liberdade que, iniciados em 2007, desencadearam o foco sobre o patrimônio arqueológico no interior do edifício, desta vez, com a intervenção do Ministério Público mediante Ação Civil

Nº 00019495820044013200, envolvendo a fiscalização do IPHAN junto à Prefeitura Municipal e suas secretarias responsáveis pelas obras na área em questão devido à deterioração dos artefatos arqueológicos ocasionados pela movimentação de solo-subsolo, orientando as medidas cabíveis a serem cumpridas para preservação desses bens, além de políticas culturais de socialização do patrimônio incluindo programas de educação patrimonial e um projeto museológico que contemplasse a história dos povos indígenas que constituíram a formação da cidade. Em linhas gerais, a abertura da Ação Civil pelo Ministério Público foi defendida com base nos seguintes termos, segundo a relatoria de decisão na fase de apelação do processo (APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO 2004.32.00.001949-2/AM; P.01)

O EXMO. SR. DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE (RELATOR):

Cuida-se de recursos de apelação interpostos contra sentença proferida pelo juízo da 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Amazonas, nos autos da ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal contra a União Federal, o Município de Manaus/AM, a Fundação Municipal de Turismo – MANAUSTUR (sucedida pela Fundação Municipal de Cultura e Artes – MANAUSCULT), o Instituto Municipal de Planejamento Urbano – IMPLURB e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em que se busca a concessão de provimento judicial.

A pretensão deduzida nestes autos tem por suporte o conflito ocorrido nos idos de 2003, envolvendo comunidades indígenas, a Prefeitura de Manaus e o IPHAN/AM, em decorrência das obras realizadas na Praça D. Pedro II, onde foram encontradas diversas urnas funerárias, as quais pertenceriam a comunidades indígenas de milhares de anos, as quais foram posteriormente extraídas e removidas para o Museu Amazônico (UFAM), mediante acompanhamento do Ministério Público Federal e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Assevera o órgão ministerial que, ultrapassada essa fase de salvamento emergencial das peças encontradas, atingiu-se a etapa mais complicada do procedimento: *“a permanência da suspensão de todos os trabalhos de restauro pela Prefeitura na área e a necessária redefinição da destinação arquitetônica do local, considerados os novos elementos culturais da Praça, especialmente do ponto de vista arqueológico e indígena”*. Em face desse quadro, foram realizadas inúmeras reuniões com as principais entidades envolvidas no caso, sem, contudo, lograr-se êxito, ante a resistência de algumas delas, em relação às exigências do MPF, no sentido de suspender-se os trabalhos na área, até a realização de profundo debate acerca da forma de intervenção na arquitetura e de engenharia no local, bem como a participação das comunidades indígenas no processo decisório.

Quanto ao mérito do processo foram estabelecidos os seguintes pedidos:

a) Que os Réus sejam obrigados a cumprir, na integralidade, todas as medidas técnicas necessárias para a adequada intervenção urbanística na Praça D. Pedro II e entorno, mediante procedimento administrativo de concurso público, que deverá ser apresentado pelo IPHAN à justiça Federal, no qual constarão todos os elementos necessários e suficientes para a realização do certame, a forma de escolha do melhor projeto artístico de intervenção na área, bem como os modos de execução, financiamento e fiscalização das obras e, ainda, a intimação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN e da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira — COIAB para, querendo, integrarem o polo ativo da demanda;

b) Que os Réus sejam condenados ao patrocínio da publicação de ementa da sentença, todo domingo, por três meses, em jornais de divulgação local e regional

Mediante o processo de instrução e apelação dos réus, foi designado uma adequação as solicitações dos mesmos, sem o prejuízo das obrigatoriedades referentes às questões de participação do movimento indígena e uma proposta de educação patrimonial que contemplasse a história indígena local. A nova adequação se referiu em essência ao compromisso dos órgãos de administração municipal na composição do acervo do Museu da Cidade, (que deveria funcionar no interior do Paço da Liberdade), incorporando as referências indígenas, assim como os elementos coloniais sobre a história de Manaus, de tal forma que esse acervo pudesse ser utilizado como instrumento de programas socioeducativos em benefício da população local. Destarte, as informações acerca de tais prerrogativas que integram as orientações mencionadas, também são parte do relatório da audiência de instrução processual de 25 de outubro de 2007, nos seguintes termos (APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO 2004.32.00.001949-2/AM; P.01),

Audiência realizada no dia 25.10.2007, sendo anuído pelas partes que os materiais arqueológicos e históricos resgatados da Praça D. Pedro II integram o acervo do Museu da Cidade de Manaus, afixando-se, na referida Praça, uma placa indicando que o material histórico resgatado se encontra em exposição no Museu aludido, entre outras informações.

O Município de Manaus se comprometeu a divulgar, no museu a ser implementado, informações e estudos históricos, arqueológicos e antropológicos pertinentes aos indígenas, permanecendo a União como titular do domínio dos itens históricos encontrados.

Ficou acordado, ainda, que o Município de Manaus, em parceria com o IPHAN e com o MPF, obriga-se a promover a Educação Histórico-Patrimonial, divulgando a necessidade da

preservação arqueológica, a relevância da cultura e da história indígena.

O prosseguimento das obras no Paço da Liberdade ocasionou o aparecimento em meados de 2007 de urnas funerárias pré-coloniais fazendo com que o IPHAN, expedisse outro embargo em 24 de setembro de 2007, dessa vez solicitando uma nova abordagem referente a salvaguarda e exposição do material encontrado. Para sequência de tais procedimentos, o IPHAN alegava ainda a necessidade de contratação de uma equipe de arqueólogos, momento em que foi sugerida a Manaustur a contratação do Prof. Dr. Eduardo Góes Neves e sua equipe de arqueologia. Essa abordagem referia-se mais especificamente ao procedimento metodológico a ser utilizado para o resgate do material, o que originou o conflito entre a administração da Manaustur, dirigida à época pela também arqueóloga Arminda Mendonça que reclamava a continuidade do procedimento arqueológico convencional de retirada dos artefatos do local onde haviam sido encontrados, para sua posterior exposição museológica em oposição a proposta do IPHAN-AM, de manter as urnas no local a partir de uma proposta de musealização *in situ*.

Os conflitos se debruçaram, ainda que nos bastidores, intrínsecos aos questionamentos sobre a competência do arqueólogo Marcus Vinicius que é portador de necessidades especiais, oriunda de limitações físicas. Em janeiro de 2007, quando Marcus Vinicius começou a fazer o acompanhamento arqueológico do Paço da Liberdade, foi em diversas ocasiões, excluído de reuniões e decisões referentes à arqueologia mencionada, pela própria administração da Manaustur, e pelo próprio IPHAN. Em nota publicada no Jornal Diário do Amazonas (01-09-2007, p.05), sobre as declarações e fala da arqueóloga fiscal do IPHAN nesse período, reproduz-se: “Um problema apontado por ela, que pode prejudicar a coleta dessas informações, é que o arqueólogo contratado pela Manaustur é doutor em arqueologia arquitetônica”, “A metodologia é completamente diferente. Precisamos de um profissional especialista em arqueologia pré-colonial”. (Documento Anexo II)

Na visão de Marcus, mais do que um desagravo quanto a sua qualificação profissional, cuja referência curricular demonstra uma experiência de mais de 20 anos em arqueologia na Amazônia, incluindo a primeira dissertação de mestrado sobre arte rupestre no Amazonas de caráter pré-colonial em sua íntegra, a correlação sugerida pela arqueóloga sobre sua formação profissional, transformando a abordagem de sua tese de doutorado em Arqueologia Histórica com ênfase em Arqueologia da Arquitetura, em uma tipificação de arqueologia, cuja escolha de abordagem em tese não desqualificaria sua atuação enquanto arqueólogo, já que o próprio

curso de doutorado em arqueologia pela USP, não se enquadra sob essa classificação e sua formação de base é de Bacharel em Arqueologia. As citadas declarações públicas transpareceram, segundo depoimentos do arqueólogo, a indicação de uma expressão velada de princípios preconceituosa e discriminadora amparada pelo próprio IPHAN-AM. As angústias e sentimentos de inferiorização, refletidas por Marcus Vinicius, com base em circunstâncias e condições que o acompanharam em diferentes momentos no processo do seu trabalho no Paço da Liberdade, foram posteriormente expostas pelo próprio, sob o Termo de Declarações N^o 508/2008 prestadas ao Ministério Público Federal em 04 de dezembro de 2008. (Documento Anexo III) Nesse dia eu e Sol o acompanhamos até a presença do Procurador da República em Manaus e pudemos ouvir sua fala diante da autoridade jurídica presente, quando se referiu a discriminação sofrida pelos órgãos envolvidos nas questões postas.

Os conflitos gerados entre as múltiplas visões sobre a abordagem a ser desenvolvida para salvaguarda do patrimônio arqueológico no Paço da Liberdade, incluindo a necessidade exposta de contratação de um arqueólogo especialista em arqueologia pré-colonial por parte do IPHAN, levaram a intervenção do Ministério Público e a celebração entre as partes envolvidas de um Termo de Ajustamento de Conduta, assinado em 10 de janeiro de 2008, (Anexo IV-A), cujo teor inseriu além das proposições sobre a valorização da cultura indígena e patrimônio arqueológico a ser exposto no futuro Museu da Cidade (Paço da Liberdade), a indicação de mais arqueólogos para comporem a equipe técnica e aprovação da metodologia a ser empregada no tratamento das urnas funerárias por parte do IPHAN. Dos autos do termo (Ref 1.13.000.001104/2007-11; p.03, 04,06).

Cláusula 4^a Fica estabelecida a necessidade de contratação de mais arqueólogos para compor a equipe de arqueologia, que contará com ao menos um arqueólogo com especialidade em arqueologia pré-colonial, cujos nomes devem ser aprovados pelo IPHAN.

Cláusula 5^a A continuidade das obras fica condicionada a apresentação de relatórios

§ 1^o No prazo de até 30 dias da assinatura do presente termo, deverá a equipe apresentar ao IPHAN a metodologia de pesquisa a ser empregada durante as escavações.

Cláusula 11. Fica o Município obrigado a destinar ala do futuro Museu da Cidade (cuja sede será o edifício reformado do paço da Liberdade) para exposição de parte do acervo encontrado no sítio arqueológico que compreende a região, sem prejuízo do que foi decidido na Ação Civil Pública 20043200001949-2, em trâmite na 2^a Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas.

§ 1^o na elaboração do acervo deverão ser levados em conta estudos arqueológicos e antropológicos dos povos ali residentes, resgatando os valores de sua cultura.

§ 2^o A parte excedente do material encontrado e não exposto ficará como reserva técnica, de acordo com as normas que regem essa categoria.

§ 3^o Fica estabelecido o prazo de seis meses contados da conclusão das obras de restauro, para que sejam apresentados os projetos de destinação dos espaços do museu para fins tratados neste compromisso.

A sequência dos acontecimentos no decorrer do ano de 2008 sobre as medidas de prevenção e procedimentos metodológicos relacionados às urnas funerárias, junto à equipe sugerida pelo MP do Prof. Eduardo G. Neves e a administração da Manaustur não chegaram a consenso sobre a mesma. O arqueólogo Eduardo G. Neves defendia que os artefatos permanecessem *in situ*, e os procedimentos metodológicos deveriam se adequar de maneira a tornar essa prática viável. Sem chegarem a um acordo sobre essa condição a Manaustur contratou o arqueólogo Carlos Xavier Netto para compor a equipe de arqueologia. Em outubro de 2008 os arqueólogos Carlos Xavier e Marcus Vinicius, acordaram junto ao IPHAN a metodologia que seria seguida, acatando a sugestão do próprio IPHAN e do arqueólogo Eduardo G. Neves de elaborar uma proposta de musealização das urnas *in situ*, quando se iniciaram as ações discorridas no capítulo anterior.

A abordagem arqueológica atravessada pela perspectiva museológica do espaço seguiu como fundamento para suas ações a ideia de conservação do material a partir de sua contextualização no espaço museológico. O caráter dessa iniciativa teve como princípio seguir as orientações do Ministério Público para que esse espaço fosse apropriado como local para abordagem sobre a história e cultura indígena dos antepassados que habitavam a região antes da construção da Fortaleza da Barra e constituição do povoado que fundou a capital. De acordo com o argumento formulado por Beltrão & Caroso (2007, p.50), “Diante dos questionamentos sobre a formação de coleções de maneira “expúria”, as discussões reclamam uma imperiosa postura ética na prática de musealização, pois essa atitude e cuidado oferecem o norte do conhecimento de processos e contextos”.

Isso não significa relegar ou privilegiar uma única cultura, (somente a indígena, a lusitana, entre outras), mas permitir que sejam aludidas as diferenças culturais que constituem a formação do povo Manauara. Nesse sentido o edifício do Paço da Liberdade se apresenta como local privilegiado para mediação de discussões sobre a representatividade desses patrimônios culturais, em que se imprime o simbolismo que subjaz sobre a construção de memórias e identidades sociais. Recordando que a própria prática de musealização *in situ* da

arqueologia também tem seu papel de debate sobre as relações entre as bases teóricas de conhecimento e sobre as próprias práticas de pesquisa, esses elementos conceituais, ainda que intangíveis, também fazem parte da construção narrativa sobre a museologia do edifício. Considerando a problematização sugerida pelos aspectos políticos e ideológicos ocultados entre as práticas de preservação constituídas, Rotman & Castells (2007, p.77), expressaram que, “uma política de conservação deveria começar por tornar visíveis os conflitos que atravessam as práticas e as decisões sobre essas práticas, descobrindo-se, assim, as tramas não explícitas.”

Em suma, ressalta-se que a musealização arqueológica *in situ* não se conclui como instrumental único a ser utilizado para que seja efetivada o espaço proposto pelo MPF, que resguarde e valorize a história indígena regional, baseada em pesquisas antropológicas e arqueológicas. Além da área que foi destinada a essa proposta museológica, no local, atualmente se encontra, apenas o painel que foi elaborado sobre os aspectos arqueológicos referentes ao desenvolvimento da proposta de exposição da arqueologia *in situ* e a perspectiva de abordagem que sugere o trabalho arqueológico (Anexo I). A musealização da arqueologia *in situ* se caracteriza nesse sentido, como contribuição para o desenvolvimento de outros formatos expográficos que viessem a compor o recinto destinado a etnografia e arqueologia. O próprio painel exposto na sala, sinaliza sobre essa proposta, como apontado nesses fragmentos (CORRÊA & IRIBARREM, 2012)

Ainda que o contexto arqueológico original do sítio tenha sido perturbado em função dos procedimentos e escavações necessárias para o estabelecimento dos alicerces da edificação o objetivo fundamental dessa musealização é atender ao caráter social que a arqueologia pretende através do enfoque cultural proporcionando amplitude de conhecimentos à população em relação as suas raízes e identidade

É ainda intenção fomentar a curiosidade existente quanto aos fragmentos de memória existente nos vestígios cerâmicos e sua origens étnicas, assim como a história impregnada na construção do conjunto arquitetônico que fornecem elementos contundentes para educação patrimonial e ações culturais que possam beneficiar a sociedade.

É incomum obter um contexto ideal para o desenvolvimento de um projeto que alcance uma perspectiva cultural a partir do ambiente *in situ*. Nessa condição o complexo paisagístico e arquitetônico do Paço da Liberdade contém a qualificação necessária para o desenvolvimento desse projeto socioambiental por seu caráter histórico e pré-colonial, possuindo em seu interior vestígios remanescentes de sociedade pretéritas que constituem em seu aspecto simbólico a representatividade ancestral das populações amazônicas.

A expectativa apresentada no painel demonstra uma forma de apresentação do trabalho de arqueologia exposto na Sala PM120 e os objetivos a que se propõe o formato de musealização, para que o mesmo possa abrir espaço para outras atividades e práticas de museologia coerentes a temática proposta. As atividades de arqueologia que exerci e que acompanhei foram finalizadas na ocasião em que foi entregue ao público essa etapa concluída. A troca do governo municipal, trouxe a essa trajetória mudanças nas equipes de trabalho e outros profissionais com diferentes concepções passaram a compor o quadro técnico que gerencia esse espaço museológico na atualidade. Ainda no início de 2013, pude acompanhar o Marcus em uma reunião onde apresentamos verbalmente a perspectiva museológica desenvolvida e nossas expectativas quanto a museologia do Paço. Mas, não foi possível por decisão da instituição que dirige o Museu, (atualmente Manauscult), continuarmos a pertencer ao quadro de profissionais técnicos para outras contribuições que viessem a dar seguimento na museologia sugerida. Na visita que fiz, no último mês de abril deste ano corrente, a Sala 120 onde se encontra a musealização *in situ*, continua exatamente igual. Salvo a troca de duas lâmpadas que iluminam as urnas sobrepostas no nicho 07, tudo permanece estático, sem alterações. Nem mesmo a modificação da iluminação para tecnologia LED de mesma coloração, sugerida para substituição após a correria da inauguração, foi efetuada. Em outras alas internas do edifício, poucos elementos foram acrescentados. Existem de alguns móveis do período histórico, inclusos os que fizeram parte da administração municipal de Constantino Nery, sem entretanto conterem explicações contextualizadas no espaço para observação do público.

Existe outro painel na entrada do museu com uma apresentação mais específica sobre a fase histórica do edifício, porém com escassa alusão a presença do sítio arqueológico no subsolo do edifício. Há uma sala destinada à mostra permanente de artes plásticas, e o salão principal da edificação que dá acesso aos compartimentos, ou salas laterais é preenchido por exposições diferenciadas, de um modo geral relacionadas às artes plásticas e fotografias. Algumas salas estão fechadas ou preenchidas por setores administrativos institucionais. A proposta de reserva técnica localizada em uma área restrita ao sul do edifício, onde foi depositado o restante do material proveniente das escavações arqueológicas em outros pontos do Paço, se encontrava fechada. A mim, pareceu claro que o financiamento aguardado para vigorar o Museu da Cidade ainda não foi efetivado. Contrariamente ao que se espera, as políticas públicas e políticas culturais de prioridade socioeducativa na cidade de Manaus parecem sempre ocupar lugares verticalizados na hierarquia de valores promovidos pela

política cultural na região. Os espaços dos grandes eventos que movimentam massas surpreendentes encabeçam a lista dos incentivos, patrocínios e financiamentos públicos, em detrimento dos projetos e programas que relacionem a cultura aos processos sociais de educação e cidadania. Em sùmula, nada parece reproduzir melhor essa condiçãõ que a frase citada por Rotman e Castells (2007, p.77), ancorados na perspectiva de Ocho Gautier (2001) ”O problema em definitivo é de justiça social e cultural”.

3.3 Direitos conflitantes: A reivindicaçãõ da COIAB sobre o Patrimônio-Memória

Retomando as reflexões acerca do discurso da COIAB em 2003 que envolveu as escavações arqueológicas da Praça D. Pedro II na Açãõ Civil Pública N^o1949582004401320, na qual esse movimento indígena reivindicou o que acreditavam serem seus direitos correspondentes a área em questãõ, (que também inclui a edificaçãõ do Paço da Liberdade), por se tratar da localizaçãõ de um cemitério indígena de antigos povos que habitavam a região, antecedendo o período de colonizaçãõ da cidade. O local refere-se a área correspondente a fundaçãõ da cidade, marco de colonizaçãõ de sociedades pretéritas indígenas, onde se estabeleceu a antiga Vila da Barra, região densamente habitada conforme elementos históricos já apontados.

As reclamações desse movimento, com base na Constituiçãõ Federal Art. 231 e pela Convençãõ 169 da Organizaçãõ Internacional do Trabalho OIT, não foram plenamente atendidas face as solicitações pretendidas pela COIAB. A decisãõ estabelecida em juízo definiu os direitos dessa organizaçãõ e outras instituições indígenas afins, sobre o acompanhamento dos processos de salvaguarda do material e a destinaçãõ dos mesmos. Entretanto, não incluiu o repasse de responsabilidade legal sobre os artefatos reclamados pela organizaçãõ indígena. A justificativa legal que sobressai pela negativa em repassar os direitos sobre as urnas funerárias aos indígenas está fundamentada na Constituiçãõ Federal de 1988, que determina:

Art. 20. São bens da Uniãõ:

- IX – os recursos minerais, inclusive os do subsolo;
- X – as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;
- XI – as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios

A reflexãõ que ora apresento sobre as reivindicações propostas pelo movimento não se relacionam exclusivamente ao entendimento jurídico que a questãõ aponta, mas, sobretudo as políticas públicas e culturais implicadas, que revelam não alcançar sistemas de valores e

culturas plurais em uma sociedade de diferentes origens étnicas que constituíram a formação social de grupos inseridos na população manauara. Do ponto de vista jurídico, como é possível estabelecer uma análise comparativa sobre processos decisórios quando sistemas de valores e crenças de povos tradicionais não se enquadram na simetria correspondente aos valores e crenças constitucionalmente definidos?

Esse questionamento surge em face aos argumentos e manifestações ritualísticas apresentados por xamãs de diferentes etnias sobre o ato de exumação das urnas da Praça D. Pedro II em 2003, publicados em jornais de ampla circulação na cidade e documentados em carta encaminhada pela COIAB ao Ministério Público (2003). Na noite de 18 de setembro pajés de etnias diversas, (Apurinã, Tucano, Dessana, entre outros), realizaram um ritual em proteção aos antepassados mortos sepultados no subsolo da Praça. Entre trechos do ofício redigido pelo movimento com destinação ao IPHAN, o *Jornal à Crítica* (28-08-2003, p.C7), transcreveu: “exigimos que sejam respeitados os espíritos de nossos antepassados, deixando as urnas onde estão, e que não haja remoção a lugar nenhum, respeitando o espírito de cada um que ali vive”. Na mesma publicação, outro fragmento recorrente citado no documento da COIAB ao MP, esclarece outro ponto sobre suas convicções e crenças: “Alertamos que caso contrário do nosso pedido, poderemos ser cobrados destes espíritos a nossa força espiritual, tornando cada um de nós sem força para guiar nosso povo” (Anexo IV-B).

Nessa percepção, o questionamento disposto sobre a exumação das urnas a partir da perspectiva “espiritual” exposta pelos pajés e reiterada pela COIAB, sugere um debate sobre a assimetria correspondente ao sistema de valores que resguarda o “sentimento religioso” da sociedade indígena e não indígena. Ainda apontando a fala de Amarildo Machado da etnia Tucano, coordenador do Centro de Cultura Indígena naquele período, a mesma publicação encerra: “Por que os não índios, mais uma vez, vão mexer nos restos mortais dos nossos parentes. Quando eles encontram um túmulo deles, ninguém mexe. A urna do índio querem levar para o Museu”. A narrativa dos pajés sobre a dimensão espiritual que atravessa todo questionamento e indignação do grupo sobre seus conceitos e convicções espirituais, me reporta a ponderação de Langdon (2010, p.165)

Refletindo sobre meus quarenta anos de estudos sobre o xamanismo, argumento que, para uma compreensão adequada do xamanismo, assim como de qualquer outro fenômeno social, é necessário abandonar o conceito de cultura como uma unidade holística com fronteiras claras e espaço delimitado

Nesse mesmo documento também se encontra implicado que as reivindicações do movimento indígena sobre a tutela dos artefatos não se restringe unicamente a questão espiritual, há ainda o interesse em fomentar a própria cultura, junto as contrapartidas econômicas que a manutenção e tutela das urnas mediante incentivos financeiros de políticas culturais afirmativas, poderiam beneficiar em diferentes aspectos socioculturais da comunidade indígena. Essa linha de argumentação orientada pela COAIB, foi expressa na carta ao MPF, com base no Artigo 7^o, parágrafo 1^o da OIT: “ Os povos indígenas e tribais deverão ter o direito de decidir sobre suas próprias prioridades no que se refere ao processo de desenvolvimento, na medida em que afete suas vidas, crenças, instituições e bem estar espiritual”. Nesse pensamento, a reclamatória da Coiab, elenca as seguintes expectativas acerca de providências e políticas públicas de preservação e incentivo a valorização da cultura indígena, alegando em sua defesa “ a necessidade de se proteger os objetos achados, como memória e parte da história dos nossos povos e da Amazônia”, e declara;

1 - Que as obras em execução se direcionem imediatamente para a construção de infraestrutura adequada que proteja a Urna já escavada de quaisquer riscos de deterioração, vandalismo e furto, garantindo por parte da autoridade competente vigilância permanente do local;

2 - Se houver desacordo em construir essa infraestrutura no local que garanta a proteção desse patrimônio dos nossos povos, a Coiab é contrária a que ele seja transportado para outro local que não seja a sede da nossa organização, decisão apoiada pelos pajés, onde as autoridades e instituições responsáveis da proteção do patrimônio nacional deverão criar condições climáticas e de proteção da urna escavada.

3 - Que a prefeitura paralise de imediato as obras de revitalização para garantir a preservação in loco do conjunto dos achados, até as entidades envolvidas e o movimento indígena organizado definirem com exatidão e critérios técnicos e científicos a forma que esse patrimônio deverá ser preservado para o futuro;

4 - A Coiab entende que as evidências falam por si, que o local em que se localiza a praça Dom Pedro II é Terra Indígena. Portanto, solicita dos órgãos competentes que esta área seja declarada como tal, para ser devidamente protegida, enquanto terra da União, conforme estabelece a Constituição em vigor e o procedimento de demarcação das terras indígenas;

5 - O movimento indígena representado pela Coiab recomenda que se promovam todos os trâmites necessários para que o espaço ocupado pela área que circunda a Praça Dom Pedro II seja tombado de imediato pelo Iphan como patrimônio histórico etnográfico indígena, para sua devida proteção de quaisquer outros empreendimentos de escavação e seu posterior reconhecimento como Patrimônio da Humanidade pela Unesco.

6 - Se houver acordo em deixar no local as Urnas achadas, conforme a primeira carta dos pajés, por se tratar de um espaço sagrado, a Coiab propõe que seja projetado e construído no próprio local um Museu Indígena, onde possam ser reunidos todos os objetos guardados em outros espaços públicos ou particulares, e aqueles que sejam achados em outros locais e obras de revitalização da cidade de Manaus."

(Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira; Manaus -Setembro de 2003); (Anexo V)

Observo, nessa discussão proposta pelos indígenas que o aspecto do sagrado e do simbólico se entrelaçaram em todas as ações manifestas que a comunidade exerceu no sentido de resgatar a importância do espaço arqueológico da Praça Dom Pedro enquanto patrimônio cultural de interesse indígena. O sagrado, que se relaciona as suas crenças espirituais em relação aos antepassados, motivo de realização do ritual xamânico. O simbólico representado nos artefatos pela proporção tomada na evidenciação das urnas em uma praça pública marcada pela história de colonização de diversos povos originários da região, momento em que a divulgação faz com que a sociedade volte seu olhar para a cultura indígena, por vezes esquecida e diminuída pelos valores elitistas de um passado revisitado no presente.

Os conflitos de interesses políticos, partidários e econômicos não permitiram que se cumprissem as expectativas da comunidade indígena. Suas reivindicações convergiram a uma manifestação ritualística de xamanismo, que também representa a força de uma população que luta com as convicções próprias de sua cultura pela abertura de novas possibilidades, por uma visão de justiça mais equitativa, mais humana, mais afirmativa. No documento da Coiab, os indígenas acreditavam na construção de um Memorial, uma grande espaço de valorização da identidade e cultura indígena. Segundo a fala de Jecinaldo Saterê Mawé, repassada no documento:

“este é o momento político oportuno para se pensar não só no destino das urnas indígenas sob a responsabilidade de arqueólogos reconhecidos e não só de técnicos, mas também no destino da própria praça onde foram localizadas, convertendo-a, num espaço que abrigue um museu ou memorial indígena, que preserve o patrimônio material e a memória histórica e espiritual do povo que aqui habitava e dos indígenas que sobreviveram a invasão europeia. Esta é, por outra parte, a oportunidade para que as autoridades competentes e o governo do estado dêem uma demonstração de reconhecimento, respeito e valorização da diversidade sociocultural que configura até hoje o Amazonas. Tal decisão poderá significar um gesto simbólico e histórico, que sem dúvida alguma constituirá um marco de mudanças no relacionamento que o Estado e a sociedade brasileira sempre mantiveram com os povos indígenas. Os povos indígenas, a sociedade científica, política e

civil, nacional e internacional, atualizadas na compreensão dos direitos indígenas e nas leis que os amparam, haverão de reconhecer e admirar essa determinação”. (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira; Manaus - Setembro de 2003); (Anexo V)

O decorrer dos fatos que se desencadearam no Paço da Liberdade (2013), passados dez anos após a iniciativa da COIAB junto ao Ministério Público (2003) se configuraram como uma consecução inacabada das ações, agentes e reflexões sobre todo processo ontológico ocorrido no universo de intenções e mediações criadas sobre a proposta de um museu da cidade. São tantas relações e reações imbricadas que fazem daquele espaço um ponto de encontro entre múltiplas e diversas visões de mundo, que não se encerram sobre o espaço delimitado da sala PM 120. Essas visões estão sobre a praça, por debaixo das pedras da Rua Bernardo Ramos, nos fragmentos incrustados das escavações arqueológicas, no mobiliário histórico das salas, nas imagens dos políticos do salão nobre, nas urnas, na fiação de fibra ótica que atravessa o prédio, no coreto, no telhado, no relógio roubado do portal de entrada, no tempo de ontem, de hoje, na dúvida. Nas pessoas, nas coisas, no intangível. Nos mortos, nos vivos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletindo sobre a conjuntura histórica que constituiu a fundação da cidade de Manaus, busquei refletir sobre as discontinuidades dos fatos que permanecem silenciados nesse contexto social, indagando sobre a existência do Forte São José da Barra do Rio Negro enquanto marco simbólico que instaura a formação do aldeamento que originou as bases de estruturação populacional da região, especialmente a partir da colonização portuguesa e das fronteiras coloniais que delinearam confrontos, descimentos e conseqüentemente o extermínio de populações nativas. A ausência de remanescentes materiais sobre a localização exata onde possivelmente teria se erguido a Fortaleza, pesquisada pelo programa de arqueologia Arqueourbs, desenvolvido no centro histórico de Manaus no decorrer do ano de 2002, constatou que o lugar indicado por pesquisas históricas sobre a localização da fortificação (MONTEIRO, 1994; 2000), (REIS, 1934; 1989), não evidenciou a presença de sua estrutura ou outros vestígios que pudessem comprova-la.

Comparando mapas antigos sobre as feições geográficas do local onde teria sido construído o forte, com mapeamentos satélites atuais, e associando outras indicações

históricas sobre o posicionamento espacial dessa fortificação, propus outra possibilidade sobre o local de seu erguimento e correlacionei as pesquisas do Programa Arqueourbs as escavações arqueológicas na Praça Dom Pedro, que levaram ao aparecimento das urnas funerárias pré-históricas, compreendidas nessa narrativa como agentes de identidade cultural que desencadearam a reivindicação dos movimentos indígenas contemporâneos pela tutela desses artefatos por eles considerados patrimônio cultural dos povos indígenas da Amazônia. Nesse contexto, inseri a proposta de pesquisa no Paço da Liberdade, edifício situado na área da Praça Dom Pedro II, passando por um breve levantamento histórico de sua fundação e o desdobramento que a mobilização dos movimentos indígenas agenciaram na produção subsequente da musealização arqueológica *in situ*, enquanto enfoque etnográfico dessa pesquisa.

Procurei descrever os métodos utilizados pela equipe de arqueologia que desenvolveu o trabalho de musealização *in situ* no interior do edifício, observando a agência que os artefatos produziram na execução desse fazer arqueológico, e a feição constituída por essa escavação, exposta à visualização do público no interior do Paço da Liberdade. Busquei expressar nessa narrativa etnográfica minhas próprias indagações quanto ao meu envolvimento emocional com a pesquisa, e minha auto representação enquanto narradora-observadora e agente na produção desse fazer arqueológico, o que de certa forma, também pode ser visto como uma analogia à problematização sobre a interface entre antropologia e arqueologia nessa narrativa etnográfica.

Elucidando apontamentos referentes aos conceitos sobre patrimônio cultural e arqueologia pública e suas implicações sobre as políticas culturais, insiro as reflexões de Regina Abreu, em seu artigo “Museus etnográficos e práticas de colecionamento: antropofagia dos sentidos,” que sugerem um redirecionamento sobre a prática da alteridade relativa às construções museográficas e museológicas, onde o antropólogo ao invés de se colocar no lugar do outro na narrativa expositiva, ele abre “espaço para o outro”, permitindo apropriação dos sentidos de pertencimento, identidade e agência próprias dos indivíduos implicados no discurso museográfico. Pode-se assim dizer que seria essa uma forma mais legítima do reconhecimento e transmissão do conhecimento sobre a cultura do outro, sem a interferência por vezes equivocada ou apropriada por intencionalidades diferentes das que originalmente constituem o universo sociocultural dos povos e coletivos musealizados.

A especificidade da cultura material com o poder de objetificar, ou seja, de tornar palpáveis e concretas representações que

primam pelas abstrações nos discursos das pesquisas etnográficas, é plena de consequências. As coleções formadas por antropólogos a partir de objetos coletados nas pesquisas de campo têm, muitas vezes, o poder de cristalizar imagens poderosas sobre outras culturas. A visualidade desses objetos e narrativas que as coleções configuram são responsáveis pela formação de representações muitas vezes unívocas. Por outro lado, os recentes debates em torno da auto-representação dos povos antes esquadrinhados pelos antropólogos trazem novas práticas de colecionamento, lançando novos olhares e perspectivas. (ABREU; 2005, p.101)

Abreu (2005) discorre sobre duas mostras culturais no Brasil, onde o “outro fala na primeira pessoa”- o Museu Magüta, concebido pelo povo Ticuna, em Benjamin Constant, no Amazonas, com assessoria da antropóloga Jussara Gomes Gruber e a exposição dos Wajãpi²⁷ no Museu do Índio com a curadoria da antropóloga Dominique Gallois. Essas exposições onde a atuação dos indígenas foi a geradora do universo museográfico de amostragem de seus coletivos culturais, são exemplos efetivados de práticas de colecionamento em que foram permitidas às sociedades indígenas, o direito a sua auto-representação. Escolhi recobrar esses exemplos como debate a ser colocado em pauta sobre a proposta do movimento indígena da COIAB em Manaus relativa a tutela das urnas funerárias pré-coloniais encontradas na Praça Dom Pedro II, indagando até que ponto foram considerados os direitos desses povos referente ao reconhecimento e auto representação de seus antepassados, ao direito de manifestação de suas identidades, à memória e ao sentimento religioso que envolve os sepultamentos de povos compreendidos por eles como seus parentes, ou seja, o respeito aos valores imateriais de sua cultura?

A exumação das urnas funerárias da Praça Dom Pedro II, ainda que respaldada pela Legislação Federal e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, me parece ter sido uma perda considerável de uma proposta singular de valorização do patrimônio cultural dos povos da Amazônia e uma desconsideração aos direitos humanos adquiridos por grupos minoritários. Por outro lado, reforça uma política cultural excludente, cujos benefícios provenientes dos programas governamentais de incentivo a cultura são privilégios unilaterais, além da dinâmica histórica que relegou a cultura indígena a um patamar subalterno na hierarquia cultural imposta pelas origens colonialistas do povoamento da região.

A musealização arqueológica *in situ* no Paço da Liberdade mesmo sem contemplar uma prática compartilhada na escavação arqueológica junto aos movimentos indígenas, é um reflexo da agência desses movimentos sobre o desdobramento que proporcionou a atuação

²⁷ Terra Indígena Wajãpi no Amapá com aproximadamente 604 mil hectares e 13 aldeias

dos procedimentos arqueológicos para manutenção dos artefatos no local onde foram evidenciados, cuja representação materializa o cenário sociocultural ao qual os povos originários e tradicionais na Amazônia têm sido historicamente submetidos. Após a inauguração dessa exposição em 2013, com a entrada de novos integrantes da equipe técnica que viria compor a museografia do Paço, surgiram críticas relativas à musealização arqueológica *in situ* realizada, com base em uma visão de que esse procedimento seria uma forma de exposição cristalizada. Com base nessa argumentação, questiono: Seria esse um retrato do passado possível de ser alterado? É possível desincrustar as urnas das fundações de pedra do edifício e dos blocos estruturais que sobrepueram o edifício histórico sobre o cemitério indígena? A resposta direta seria sim; com certeza é possível movimentar o espaço.

Com uma técnica acurada e de qualidade, poderiam ser extraídos os fragmentos, descontextualizados os objetos, e aquele espaço poderia ser fechado e transformado em uma sala de exposição com vitrines para mostra de peças variadas, mais “dinâmicas” e cíclicas, que se adequassem a curadoria do museu a cada proposta expositiva. No entanto, o que não pode mesmo ser modificado é o contexto histórico que essa musealização arqueológica *in situ* evidencia. O passado da fundação da cidade, que exterminou e escravizou sociedades inteiras na bacia do Rio Negro, sobrepondo a cultura europeia sobre a indígena, esse não é passível de modificação. Pode sim, ser escamoteado por políticas culturais que obscurecem essa face da colonização por vezes desagradável de ser trazida à tona, colocada em discussão, refletida enquanto parte da história que constituiu a sociedade Manauara. O passado pode não ser modificado, mas seu desdobramento futuro é resultante das ações no presente. Da agência. Da pluralidade do mundo e das dimensões do mundo. E dos seres que neles habitam.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Museus etnográficos e práticas de colecionamento: antropofagia dos sentidos. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museus, Nº31, 2005.

AB’SÁBER, A. N. **A cidade de Manaus** In: AB’SÁBER, A. N. A Amazônia do Discurso á práxis. 2ed. EDUSP, São Paulo, 2004.

_____. **Zoneamento fisiográfico e ecológico do espaço total da Amazônia Brasileira.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 24, n. 68, p.15-24, 2010

_____. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AMANTE, Maria de Fátima. **Das fronteiras como espaço de construção e contestação identitária às questões da segurança.** Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia vol. 18 (2) | 2014. [415-424]

ANDRADE, Carlos Drummond de. **No meio do caminho.** (1928) Revista de Antropofagia; (2013) Alguma poesia. São Paulo: Companhia das Letras.

BASTOS, Rossano Lopes. **Preservação, Arqueologia, e Representações Sociais: Uma proposta de Arqueologia Social para o Brasil.** Erechim, RS: Habilis, 2007.

BITTENCOURT, Agnelo. **Contribuição para chorographia política do Estado do Amazonas.** Manaus:Typ.Palais Royal.1908

BATISTA, Djalma. O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento. 2ª ed. Manaus: Editora valer, Edua e Inpa. 2007

BATISTA, Djalma. O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento. 2ª ed. Manaus: Editora valer, Edua e Inpa. 2007

BAUMAN, Zygmunt. **Hermeneutics and social Science: approaches to understanding.** London: Hitchinson, 1978.

BEZERRA DE ALMEIDA. Márcia. **O público e o Patrimônio Arqueológico: reflexões para arqueologia pública no Brasil.** Habitus. Goiânia, v 1, n.2, p. 275-295, jul-dez, 2003.

BEZERRA, Marcia. **“As moedas dos índios”:** um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil.

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 57-70, jan.-abr. 2011.

BITTENCOURT, Agnelo. **Contribuição para chorographia política do Estado do Amazonas.** Manaus:Typ.Palais Royal.1908

BOOTH, T. & AINSCOW, M. (2002). **Index para a Inclusão. Desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola.** UFRJ: Lapeade [Tradução de M.P.Santos]

CALDERIPE. Márcia Regina. **Os estudos socioespaciais e a antropologia contemporânea: trajetórias, diálogos e cooperação.** 29^a Reunião Brasileira de Antropologia: Diálogos antropológicos expandindo fronteiras. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto & GROSSI, Miriam Pillar. **A ABA e as Pesquisas sobre o Patrimônio Cultural.** In Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e desafios contemporâneos. Associação Brasileira de Antropologia. Blumenau: Nova Letra, 2007

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do Antropólogo.** 3a ed. São Paulo: UNESP, 2006

CARVALHO, Aline Vieira & FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. **As possibilidades da Arqueologia Pública. 2009.** Disponível em: www.historiaehistoria.com.br/materia. Acessado em 23 de outubro de 2013.

CASTAÑEDA, Q. E.; MATTHEWS, C. N. (Eds.). **Ethnographic Archaeologies: reflections on stakeholders and archaeological practices.** Plymouth: Altamira Press, 2008.

CLIFFORD, James 1998. **Sobre a autoridade etnográfica.** Em: A Experiência Etnográfica. Antropologia e Literatura no Século XX. Editora UFRJ: Rio de Janeiro.

CORRÊA, Luiz de Miranda. **Manaus: aspectos de sua arquitetura.** Rio de Janeiro: SPVEA.1964

CORRÊA, Marcus Vinicius de Miranda & IRIBARREM, Camila Garcia: **Texto impresso em painel expositivo da sala de musealização arqueológica in situ do Paço da Liberdade-Manaus-AM.** Manaus, 2012.

CORRÊA, Marcus Vinicius de Miranda & NETTO, Carlos Xavier de Azevedo. **Procedimentos para Continuidade dos Trabalhos Arqueológicos na Restauração do Paço da Liberdade**. Relatório técnico encaminhado ao IPHAN-AM Fundação Municipal de Turismo-Manaustur. Manaus. 2008

CORRÊA, Marcus Vinicius de Miranda. *Cápsula do tempo: Arqueologia da Arquitetura da Catedral Metropolitana de Manaus*. Biblioteca 24 horas: São Paulo, 2011

_____ **Projeto Arqueológico Paço da Liberdade-Programa Monumenta**. Projeto técnico encaminhado ao IPHAN-AM. Fundação Municipal de Turismo-Manaustur. Manaus. 2008

_____ **Relatório do Achado de uma Urna Cerâmica na Sala PM120-NICHO 05**. Relatório técnico encaminhado ao IPHAN-AM. Fundação Municipal de Turismo-Manaustur. Manaus. 2007

COSTA, Hideraldo Lima da & COSTA, Francisca Deusa Sena da. **História do Paço Municipal e Praça Dom Pedro II**. Fundação Municipal de Turismo-Manaustur. Manaus. 2002.

CRAPANZANO, Vincent. **A cena: lançando sombra sobre o real**. Revista Mana, vol.11, 2005, p.357-83.

_____ **Réflexions sur une anthropologie des émotions** In. Terrain, 22 mars 1994, p. 109-117

_____ *Tuhami, portrait of a Moroccan*. The University of Chicago Press. United States of America, 1980.

_____. **Horizontes imaginativos e o aquém e além**. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2005, v. 48 n° 1.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e Construção de Conhecimento: Metodologia científica no caminho**. Habermas. 6 Ed. RJ: Tempo Brasileiro. 2004. (Biblioteca Tempo Universitário;96)

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica ao Rio Negro**. 2.^a Ed. organizada, atualizada, anotada e ampliada por Francisco Jorge dos Santos *et alli*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas e Editora do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 2007.

FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia & BELTRÃO, Jane Felipe (Orgs). **Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Associação Brasileira de Antropologia. Blumenau: Nova Letra, 2007.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução Salma Tannus Muchail. 9ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FRAXE, Therezinha J. P. **Homens Anfíbios: Etnografia de um campesinato das águas**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000. 192p.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Barés, Manáos e Tarumãs**. In História em novos cenários: Amazônia em Cadernos, v.2, dez 1993/1994. Manaus

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra. 1996 (Coleção leitura).

FUNARI, Pedro Paulo A. & GONZÁLEZ, Érika M. Robrahn. **Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil**. In Dossiê Patrimônio Histórico. HISTÓRIA, São Paulo, 27 (2): 2008

FUNARI, P. P. de A. **Public Archaeology from a latin American perspective**. In: Public Archaeology, n.º 1, 2001 (pp. 239-243).

GADAMER, Hans Georg. **Verdade e método**, V1 e 2. Petrópolis, RJ: Editora Vozes,

GALLOIS, Dominique Tilkin. **Patrimônio Cultural Imaterial e Povos Indígenas**. São Paulo: Iepé, 2011.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

_____ **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008

GELL, Alfred. **Art and Agency: an anthropological theory**. Clarendon Press. Oxford University Press. New York, 1998.

_____ **A rede de Vogel: armadilhas como obras de arte e obras de arte como armadilhas.** Revista do Programa de Pós Graduação em Artes Visuais- EBA-UFRJ, 2001

_____ **A tecnologia do encanto e o encanto da tecnologia.** Concinnitas, ano 6, volume 1, número 8, julho 2005.

GOLDMAN, Marcio. **Uma categoria do pensamento antropológico: a noção de pessoa.** *Revista de Antropologia*,39(1):83-109. 1996.

GOMES, Denise Maria Cavalcante. **Cerâmica Arqueológica da Amazônia: Vasilhas da Coleção Tapajônica MAE-USP.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado,2002. (Acervo,3).

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Os limites do Patrimônio.** In Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e desafios contemporâneos. Associação Brasileira de Antropologia. Blumenau: Nova Letra, 2007

HEIDEGGER, Martin. **El Ser Y el Tiempo.** 7ª ed (Trad. de J Gaos). México/Madrid/Buenos Aires. F. Cultura econômica,1989.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HILBERT. Peter Paul. **Archäologische Untersuchungen am Mittleren Amazonas.** Berlin: Dietrich Reimer Verlag,1968

HUMBOLDT, Alexander von. **Personal Narrative of Travels to the Equinoctial Regions of America.** Volume 2. Thomasina Ross, translation. 1852: London.

INGOLD, Tim. **Estar Vivo: Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição.** Petrópolis, RJ: . Editora Vozes 2015

LATHRAP, Donald W. **O Alto Amazonas.** 40.a ed. Verbal Lisboa: Portugal, 1970.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução a teoria do ator rede.** Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. EDUFBA-EDUSC. Salvador-Bauru, 2012.

LIMA, Helena Pinto & MORAES, Bruno Marcos. **Produção de conhecimento e preservação em debate: aspectos da arqueologia na cidade de Manaus**. Revista de Arqueologia, Volume 23. N 1 : 90-107, 2010.

LIMA, Helena Pinto. **História das Caretas**. A tradição borda incisa na Amazônia Central. Tese (Doutora em arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LIMA, Helena Pinto; SILVA, Carlos Augusto da & MORAES, Bruno Marcos. **Sítios do encontro: arqueologia do entorno do encontro das águas**. Somanlu, ano 11, n. 2, jul./dez. 2011

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia., Brasília, 2002.

LUTZ, Catherine; White, Geoffrey M. **The anthropology of emotions**. Annual Review of Anthropology, v. 15, 1986, p. 405-436.

MALDI, Denise. **De confederados a barbáros: a representação da territorialidade e das fronteiras indígenas nos séculos XVIII e XIX**. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 1997, v. 40 n°2.

MANTZAVINOS, Chrysostomos. **Naturalistic Hermeneutics**. Cambridge University Press, 2005.

MARCOY, Paul. **Viagem pelo Rio Amazonas**. Tradução, introdução e notas de Antônio Porro. 1º Edição em Português. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, Secretaria da Cultura, Turismo e Desporto e Editora da Universidade do Amazonas, 2001.

MARCUS, George & FISCHER, Michael M. J. **Anthropology as cultural critique: An experimental moment in the human sciences**. 2ed. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

MARCUS, George E & CUSHMAN, Dick. **Ethnographies as Texts**. Annual Review of Anthropology, Vol. 11. (1982), pp. 25-69.

MARCUS, George. **Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial.** Revista de Antropologia. São Paulo, USP, N^o 34, 1991, pp-197-221.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva.** Edições 70, Lisboa, Portugal, 2011.

_____ **Sociologia e Antropologia.** Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEGGERS, Betty & Evans, Clifford. **An experimental formulation in the tropical Forest Áreaof South America.** Essays in Precolumbian Art and Archaeology. Cambridge: Harvard University, 1961.

MEGGERS, Betty. **Cultural Evolution in Amazônia.** Anthropological Papers. University of Michigan n 85. 1991.

_____ **Environmental Limitations on the Development of Culture.** American Anthropologist, v 56, 1954.

MESQUITA, Otoni. **Manaus História e Arquitetura (1852-1910).** 3^aEd. Manaus. Editora Valer, Prefeitura de Manaus e Uninorte, 2006

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **A Capitania de São José do Rio Negro (Antecedentes históricos e fundação).** 3^a ed. Ilustrada : Editora Valer. Manaus. 2000

_____ **Fundação de Manaus.** 4^a ed aumentada: Editora Metro Cúbico. Manaus. 1994

NETTO, Carlos Xavier de Azevedo. **Relatório Sintético das Ações Arqueológicas Empreendidas junto às obras de recuperação do Paço da Liberdade.** Relatório técnico encaminhado ao IPHAN-AM Fundação Municipal de Turismo-Manaustur. Manaus. 2008

NEVES, Eduardo Góes. **O Velho e o Novo na Arqueologia Amazônica.** Revista USP – São Paulo, n 44, p 86-111, dezembro-fevereiro 1999-2000.

NEVES, Eduardo Góes. **Projeto de Intervenção Arqueológica na Praça D. Pedro II - Manaus.** In Relatório sobre o andamento das pesquisas arqueológicas no Conjunto Arquitetônico Paisagístico e Arqueológico do Paço da Liberdade. Unidade Executora de Projetos- UEP. Fundação Municipal de Turismo. Prefeitura de Manaus. 2003

OCHOA GAUTIER, A. M. “El Patrimonio Intangible en un mundo globalizado: De que memoria estamos hablando?”. *En: Memorias, Identidades e Imaginarios Sociales*. Comisión para la preservación del Patrimonio Histórico Cultural de la Ciudad de Buenos Aires, 2001 (pp.11- 17).

ORTOLAN, Maria Helena. **Rumos do Movimento Indígena no Brasil Contemporâneo: Experiências Exemplares no Vale do Javari**. Campinas, SP, 2006. Tese. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros : a pré história de nosso país**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed. 2006

REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**.2ª ed. Belo Horizonte : Itatiaia: Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989. (Coleção reconquista do Brasil. 2ª série; v.145)

_____ **Manáos e outras Villas**. Instituto Geographico e Histórico do Amazonas. Manaus,1934.

ROOSEVELT et Al. **Eight Millennium Pottery from a Prehistoric Shell Midden in the Brazilian Amazon**. Science, New Series, Vol. 254. No 5038.pp1631-1624 (Dec,13.1991).

ROOSEVELT. Anna C. **Early Pottery in the Amazon. Twenty years of scholarly obscurity**. In the Emergency of Pottery : Technology and innovation in ancient societies: W K Barnett and J W Hoopes, pp 115-131. Smithsonian Series in archaeological inquiry. Smithsonian Institution. Washington,1995.

ROTMAN, Mônica; CASTELLS, Alicia Norma González de. **Patrimônio e Cultura: Processos de politização, mercantilização e construção de identidades**. Associação Brasileira de Antropologia. Blumenau: Nova Letra, 2007.

SANTIAGO, Mylene Cristina; AKKARI, Abdeljalil & MARQUES, Luciana Pacheco: **Educação Intercultural: Desafios e possibilidades**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SEC-AM. **Arqueourbs: Ações de Comunicação**. Secretaria de Estado e Cultura. Governo do Amazonas. Manaus. 2002.

SHANKS, Michael; TILLEY, Christopher. **Re-Constructing Archaeology: Theory and Practice**. 2ed. Routledge.London,1992.

SILVA, Carlos Augusto da. **A dinâmica do uso da terra nos locais onde há sítios arqueológicos: o caso da comunidade cai n'água, Manaquiri-AM.** Manaus, 2010. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós – Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas.

_____ **Área de interfaces ceramistas pretéritas: a coleção arqueológica José Alberto Neves. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia).** Universidade Federal do Amazonas, 2016.

SILVA, Fabíola Andréa. **Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material.** MÉTIS: história & cultura – v. 8, n. 16, p. 121-139, jul./dez. 2009.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da & BEZERRA, Márcia: **Educação Patrimonial: Perspectivas e dilemas.** In **Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e desafios contemporâneos.** Associação Brasileira de Antropologia. Blumenau: Nova Letra, 2007.

SIMÕES, Mário F. 1974. **Contribuição à Arqueologia dos Arredores do Baixo Rio Negro.** In: Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica. Resultados Preliminares do 5.º ano, 1969-70. Pub. Avulsas. Museu do Pará Emílio Goeldi Belém, 26: 165-188 il.

SOARES, Carmem. **Nomos, Anomia e Thanatos nas histórias de Heródoto.** Humanitas, 59 (2007), pp. 49-60

STEWART, Julian H. **Handbook of South American Indians.** Boletim Bibliográfico de Antropologia Americana (1937- 1948) Vol.4, No 3 .pp.227-231

TAMASO, Izabela. **Preservação dos Patrimônios Culturais: direitos antinômios, situações ambíguas.** Anuário antropológico/98. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp. 11-50.

UEP-MANAUSTUR. **Museu Histórico da Cidade de Manaus-Anteprojeto Museológico.** Manaus.2005.

_____ **Paço Municipal: Projeto de Conservação e Restauro dos Bens Artísticos Integrados à Arquitetura.** Relatório encaminhado ao IPHAN-AM. Manaus. 2005

_____ **Projeto de Conservação e Restauro do Chafariz da Praça Dom Pedro II.** Relatório encaminhado ao IPHAN-AM. Manaus. 2005

_____ **Relatório sobre o andamento das pesquisas arqueológicas no Conjunto Arquitetônico Paisagístico e Arqueológico do Paço da Liberdade. Unidade** Executora de Projetos- UEP. Fundação Municipal de Turismo. Prefeitura de Manaus. 2003

WANNER, Maria celeste de Almeida. **Paisagens sígnicas: uma reflexão sobre as artes visuais contemporâneas.** Salvador: EDUFBA, 2010.

ZANETTINI et al. **Projeto Arqueourbs: Forte São José da Barra do Rio Negro e Adjacências –Caderno Técnico.** Secretaria de Estado e Cultura. Governo do Amazonas. Manaus. 2002.

LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS OFICIAIS

CONVENÇÃO N°169. **Sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho.** - Brasília: OIT, 2011.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: **texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994.** 35.ed. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO. APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO 2004.32.00.001949-2/AM.Processo na Origem: 19495820044013200. Juízo Federal da 7a Vara –AM. Manaus-AM

COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN; Município de Manaus; Fundação Municipal de Turismo.** Diário Oficial de Manaus n^o 1883.Quinta feira, 17 de janeiro de 2008.

OFÍCIO IPHAN-AM 0303/2013. **Sobre esclarecimentos relativos as ações de arqueologia no Paço da Liberdade.** Documento encaminhado a Fundação municipal de cultura e Arte, Janeiro. 2013

PERIÓDICOS

REVITALIZAÇÃO começa pela Bernardo Ramos. Periódico Big Amazônia. Manaus. Ano 5, nº 44, p 23-25

ÍNDIOS reivindicam praça. Diário do Amazonas. Manaus. 28 de agosto de 2003. P.02

HISTÓRIA DE MANAUS está debaixo do solo. A crítica. Manaus, 09 de Julho de 2003.P. c7

PROJETO faz resgate cultural: Ministro Gilberto Gil lançou ontem na cidade o Programa Monumenta em Manaus. Diário do Amazonas. Manaus, 14 de janeiro de 2004.p.01

PÁGINAS ELETRÔNICAS

CANEIRO, Neri P. **Memória e Patrimônio: etimologia.** Web artigos. Publicado em 11 de julho de 2009. Disponível em: www.webartigos.com

COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.- COIAB. **Coiab solicita intervenção do Ministério Público federal para garantir a proteção a urnas funerárias descobertas no centro de Manaus.** Manaus 25 de setembro de 2003. Disponível em: www.coiab.com.br/jornal.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.

Disponível em www.iphan.gov.br. Último acesso 21/04/2017

SAUTCHUK, Jaime. **Expedição da Universidade de Brasília refaz trajeto do explorador alemão Alexander von Humboldt (1769 - 1859) 200 anos depois e revela que o maior rio da Venezuela é também um dos formadores do Amazonas.** Ciência.: Folha de São Paulo. São Paulo, domingo, 15 de outubro de 2000. Disponível em www.folha.uol/fsp/ciencia

DOCUMENTAÇÃO
FOTOGRAFICA

Figura 23. Praça Dom Pedro II/ Fachada do Paço da Liberdade (2017)-Manaus-AM



Imagem: Camila Iribarrem

Figura 24. Pintura digital – Paço da Liberdade (2009)



Imagem: Camila Iribarrem

Figura 25. Salão de entrada do edifício – montagem de exposição fotográfica (Abril/2017)



Imagem : Solange Garcia

Figuras 26. Móveis históricos em exposição



Imagem : Solange Garcia

Figuras 27. Vista do terraço do Paço da Liberdade



Imagem: Solange Garcia

Figuras 28. Fases de restauro e musealização das urnas; (restaurador Custódio à esquerda com urna do nicho 07 e assistente Lucas Rêgo à direita fazendo a manutenção da superfície de escavação)



Imagens: Camila Iribarrem

Figuras 29. Evidenciação das urnas sobrepostas no nicho 07/ arqueólogo coordenador Marcus Corrêa (2008)



Imagens: Hamilton Salgado

Figuras 30. Restauração in situ das urnas funerárias (restaurador Custódio Rodrigues)



Imagens : Solange Garcia

Figuras 31. Urna nicho 05 (fase de restauro *in situ*) e corte delimitado com pedra de arenito Manaus à mostra (fase de musealização *in situ*)



Imagens: Solange Garcia

Figura 32 . Marcus Vinicius, Profa Márcia Calderipe e eu (visita da orientadora ao campo da aluna -2012)



Imagem : Solange Garcia

Figura 33. Sala de Musealização arqueológica *in situ* no Paço da Liberdade



Imagem: Camila Iribarrem

Figura 34. Exposição museológica in situ (imagens dos cortes iluminados em subsolo)



Imagens: Camila Iribarrem

Figuras 35. Outros vestígios arqueológicos: fragmentos cerâmicos do período pré-colonial e histórico resgatados no subsolo do Paço da Liberdade

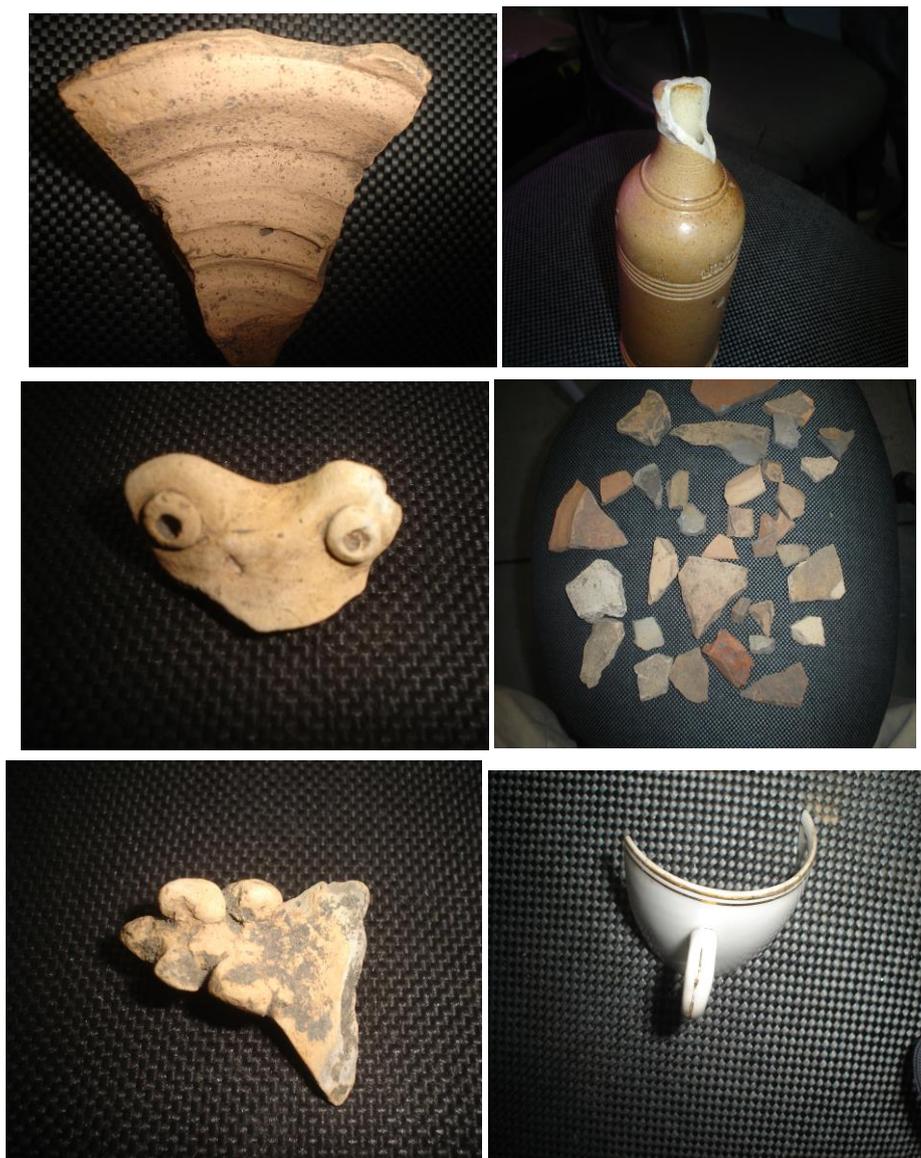


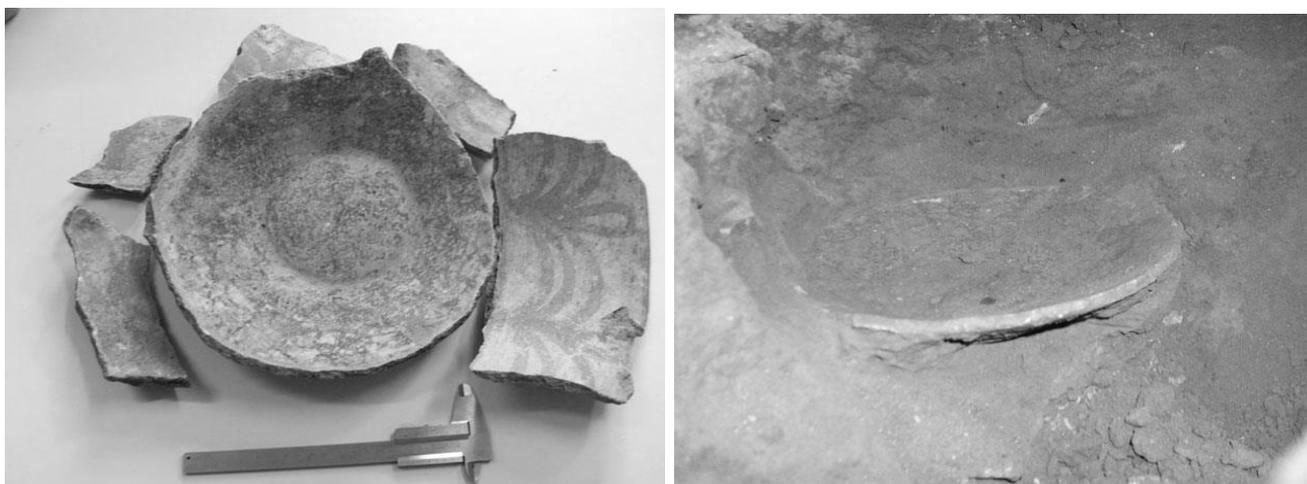
Figura 36. Artefato proveniente das escavações no interior do Paço da Liberdade.

Peça cerâmica do período colonial apresentando características do contato dos grupos indígenas com europeus: A constituição da cerâmica se aproxima a um artefato pré-colonial, porém sua pintura em formas curvilíneas indica a influência europeia na cultura local. Algumas vertentes da arqueologia a classificam como Cerâmica Neobrasileira



Imagem: Hamilton Salgado

Figura 26. Mostra do artefato em subsolo e após resgate com paquímetro utilizado como parâmetro de escala para referenciar as dimensões da peça.



Imagens : Hamilton Salgado

ANEXO I

Painel Musealização Arqueológica *in situ* no Paço da Liberdade

Sala 120

Musealização Arqueológica sob uma ótica sociocultural voltada para uma complexa estrutura pré-colonial e histórica.

O Conjunto Arquitetônico Paisagístico e Arqueológico do Paço da Liberdade está Localizado no Centro Histórico da cidade de Manaus, e possui a particularidade de deter a somatória de tempos e referências anteriores a colonização europeia até o presente, reunindo valores significativos da cultura e formação histórica da cidade.

Durante o processo de restauração do edifício implementado pela Prefeitura de Manaus em parceria com o Programa Monumenta do Ministério da Cultura, foram constatados após início das obras de reforço estrutural, vestígios arqueológicos do conhecido Sítio Cemitério Manaus que abrange proximidades da área em questão, o que ocasionou o embargo da obra pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-AM

Após um período de reflexão e espera originou-se uma nova solução para abordagem do patrimônio arqueológico existente no Paço da Liberdade através da possibilidade de musealização arqueológica na sala 120 onde se encontram três urnas funerárias cravadas nos alicerces do prédio, possibilitando a visualização dos objetos provenientes da cultura material amazônica no local onde a pesquisa arqueológica encontrou e atuou no edifício.

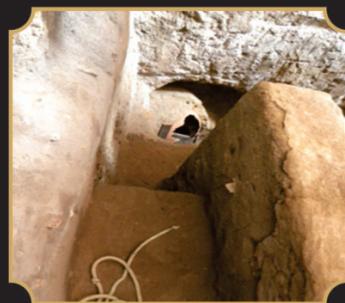


Ainda que o contexto arqueológico original do sítio tenha sido perturbado em função dos procedimentos e escavações necessárias para o estabelecimento dos alicerces da edificação, o objetivo fundamental desta musealização é atender ao caráter social que a arqueologia pretende através do enfoque cultural, proporcionando amplitude de conhecimentos à população em relação as suas raízes e identidade.

É ainda intenção, fomentar a curiosidade quanto aos fragmentos de memória existentes nos vestígios cerâmicos e suas origens étnicas, assim como a história impregnada na construção do conjunto arquitetônico, que fornecem elementos contundentes para educação patrimonial e ações culturais que possam beneficiar a sociedade.

A escavação arqueológica da Sala 120 revelou fragmentos de urnas funerárias pré-coloniais, incrustadas nas estruturas do subsolo da construção, características da Fase Arqueológica denominada Paredão, com datação aproximada de 1500 AP.

Essa conjuntura permite estabelecer a conexão entre o ser histórico e o ambiente natural a partir da materialização deste processo, observado em todo contexto que envolve o local. No subsolo ao olhar as urnas pré-coloniais, há o reconhecimento do processo cultural ancestral, seguido pela exposição dos alicerces do edifício aparentes na escavação, que revelam as pedras do período histórico de Manaus, identificadas como Arenito Manaus, abundantes na arquitetura da Belle Époque, além de diversos fragmentos arqueológicos expostos na estratigrafia sedimentar do sítio.



Do ponto de vista estético ou artístico o contexto em que se inserem os achados arqueológicos do Paço da Liberdade em consonância ao ambiente construído, apresenta uma formação conceitual por sua constituição in situ, possibilitando a existência de um aspecto de instalação arqueológica ou arte ambiental ou ainda teoria artística conceitual partindo da perspectiva do expectador.

Os estudos de patrimônio e ambiente urbano tem se revelado um dos grandes desafios atuais na busca de harmonizar vertentes contraditórias no que concerne a conservação/preservação ambiental e cultural, versus desenvolvimento econômico e social.

É incomum obter um contexto ideal para o desenvolvimento de um projeto que alcance uma perspectiva cultural a partir do ambiente in situ. Nessa condição, o complexo paisagístico e arquitetônico do Paço da Liberdade, contém a qualificação necessária para o desenvolvimento desse projeto socioambiental por seu caráter histórico e pré-colonial, possuindo em seu interior vestígios remanescentes de sociedades pretéritas, que constituem em seu aspecto simbólico a representatividade ancestral das populações amazônicas.



FONTE :
ARQUIVOS DE ARQUEOLOGIA
UEP MANAUSCULT

ANEXO II
Jornal Diário do Amazonas 03/09/2007
“ Arqueóloga está preocupada com urnas”

Iphan pede suspensão das obras no Paço

Evandro Sexas 22/08/07

VANESSA BRANDÃO

Da Redação

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) entrou ontem com um pedido de suspensão das obras de revitalização do Paço Municipal (antiga prefeitura), no Centro da cidade, depois que os operários encontraram uma urna funerária, no dia 28, quando faziam escavações no local. De acordo com informações do superintendente do órgão, Bepi Sarto Nevez Sirino, o Iphan tomou conhecimento do achado quando fazia uma visita de rotina ao Paço Municipal.

No início de agosto, as obras de restauração do monumento histórico foram retomadas integralmente. As obras do Paço estão orçadas em R\$ 4 milhões.

Ele relatou que a equipe do Iphan pediu a paralisação imediata da obra, no dia 28, assim que soube dos indícios da urna em um buraco de 1,35 metro, que os operários estavam cavando para fazer o reforço estrutural do prédio. Ele mostrou um ofício enviado ao Iphan pela Manaustur, informando que a obra foi paralisada no dia 28, mas retomada no dia 29. "A nossa arqueóloga foi hoje (ontem) ao local e o que ela constatou foi a destruição de um sítio arqueológico", afirmou.

Bepi Sarto disse que o sítio arqueológico foi identificado ainda em 1960, quando o prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foi construído e uma urna foi encontrada no local. Equipes de arqueólogos da época constata-

ram que toda a área que compreende a antiga Assembleia Legislativa, o prédio do INSS, a praça Dom Pedro I e o Paço Municipal foram construídos em cima de um cemitério indígena, de povos que viveram no período pré-colonial, há 1.300 anos.

De acordo com ele, em 2003, na reforma da praça Dom Pedro I, outras três urnas foram encontradas. A prefeitura atendeu às exigências do Iphan e contratou o doutor em arqueologia e etnologia da Universidade de São Paulo (USP), Eduardo Góes Neves, para elaborar um relatório sobre as descobertas. Neves apontou que o

NO INÍCIO DE AGOSTO, AS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DO MONUMENTO HISTÓRICO FORAM RETOMADAS INTEGRALMENTE

local consiste no maior sítio arqueológico de Manaus, ao final dos trabalhos.

No ano passado, a Manaustur começou o projeto de revitalização do Paço Municipal e, no início deste ano, executou os trabalhos de reforço estrutural dos prédios, onde é necessário fazer escavações. De acordo com Bepi Sarto, o Iphan solicitou do órgão um estudo sobre a área com uma equipe de profissionais especialistas em arqueologia pré-colonial.

Segundo ele, a Manaustur disse que não era necessário a contratação da equipe alegando que dentro do Paço Municipal só tinham sido encontrados indícios de aterro. A reportagem tentou contato durante todo o dia com a secretária municipal de Turismo, Armin da Mendonça, mas os telefonemas não foram atendidos.



Monumento Operários encontraram urna durante escavações para reforço da estrutura da obra de restauração da antiga prefeitura

Arqueóloga está preocupada com urnas

Depois de uma visita ontem ao local onde foi encontrada a urna, a arqueóloga do Iphan, Hellem Batista Carvalho disse que uma equipe da Manaustur estava trabalhando na localização das urnas sem nenhum acompanhamento de um arqueólogo. "A equipe não tem experiência nenhuma. A urna teve toda a parte externa arranhada. A retirada da terra

foi feita de maneira errada, o que compromete as informações que poderíamos ter daquele material", disse.

A arqueóloga explicou que a importância de um sítio arqueológico está nas informações que ele pode oferecer sobre a sociedade que viveu naquela época. E que para obter essas informações, é preciso muito critério na hora de reti-

rar a terra, recolher o conteúdo de dentro da urna, verificar se existem ossos, recolher vestígios de carbono 14, (material com o qual se faz o teste para verificar qual a idade da urna), entre outros cuidados. "Queremos saber quem fez, quando fez, porque fez. E para isso temos que estudar o sítio como um todo. E engenheiros continuam abrindo buracos

sem a presença de um arqueólogo", disse.

Um problema apontado por ela, que pode prejudicar a coleta dessas informações, é que o arqueólogo contratado pela Manaustur é doutor em arqueologia arquitetônica. "A metodologia é completamente diferente. Precisamos de um profissional especialista em arqueologia pré-colonial".

ANEXO III

Termo de Declarações N^o 508/2008

Ministério Público Federal / 04 de dezembro de 2008.

PR-AM-006973/2008



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO
Av. André Araújo, nº 358 - Aleixo - CEP 69060-000
Telefone: (92) 3611-3180 r. 236/FAX: 3664 -1267
Correio eletrônico: prdc@pram.mpf.gov.br

Nº: 508/2008 **TERMO DE DECLARAÇÕES QUE PRESTA**
Marcus Vinicius de Miranda Corrêa

2º OFÍCIO CÍVEL

Assunto: **Discriminação Racial**
Localidade: **Manaus**

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e oito (04/12/2008), às 12h12, compareceu a esta Procuradoria da República, o(a) Senhor(a) Marcus Vinicius de Miranda Corrêa, nacionalidade brasileira, estado civil casado (a), Carteira de Identidade n. 05.470.104-0, Órgão emissor SSP/RJ, CPF n. 838.120.917-04 residente na cidade de Manaus e domiciliado na(o) Av. Efigênio Sales, 100, Bloco 03, ap. 303 - Cond. parque dos Rios III, CEP 69.057-050, telefone(s): 3631-7971 / 8131-4771, declarou OS FATOS: "QUE é pesquisador do PROGRAMA MONUMENTA - MANAUS - AMAZONAS, com o PROJETO ARQUEOLÓGICO 'PAÇO DA LIBERDADE', desde janeiro de 2007; QUE está desenvolvendo a referida pesquisa, desde então, contratado pela PREFEITURA DE MANAUS, tendo como objeto DESENVOLVER ARQUEOLOGIA PARA OS PROJETOS MUNICIPAIS; QUE, desde 27 de setembro de 2007, ESTÁ SOFRENDO DISCRIMINAÇÃO (Portador de Necessidade Especial em LOCOMOÇÃO e dificuldade de FALA, mas em nada compromete sua profissão enquanto arqueólogo) por parte da PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO TURISMO (MANAUSTUR), da PREFEITURA DE MANAUS e da DIREÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) como pode ser comprovado em matéria jornalística publicada na CRÍTICA, caderno Cidades, página C5 e o Termo de Ajustamento de Conduta referente ao procedimento MPF 1.13.000.001104/2007-11; QUE outra prova da discriminação e do NÃO RECONHECIMENTO DE SEU DOUTORADO EM ARQUEOLOGIA, como pode ser comprovado no seu Diploma da Universidade de São Paulo (USP) como 'DOUTOR EM ARQUEOLOGIA', em 2006; QUE, ainda, houve o 'III ENCONTRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE, realizado pela PREFEITURA DE MANAUS e pela SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, no período de 05 a 07 de novembro de 2008, no Parque Municipal do Mindu, em Manaus, E O MESMO NÃO FOI CONVIDADO nem tampouco mencionado o seu nome; QUE para o evento convidaram o Professor Doutor Eduardo Góes Neves (Museu de Arqueologia e Etnologia da USP) para apresentar o TEMA: 'O CAMPO DA ARQUEOLOGIA NA CIDADE DE MANAUS', quando na VERDADE O PESQUISADOR É O DECLARANTE; QUE o contrato do declarante termina em janeiro; QUE mesmo que o seu contrato não seja renovado PRECISA DA 'AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA', DO IPHAN, PARA CONCLUIR O SEU TRABALHO; DO(S) PEDIDO(S): Providências que o caso requer; QUE faz juntar cópias dos documentos: RG, CPF, Folder do III Encontro, Dossiê do Declarante e o Projeto Arqueológico Paço da Liberdade, e; QUE nada mais tinha a declarar". O presente termo depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo

13:06 04/12/2008 00:076 PROCURADORIA DA REPUBLICA DO AM

ME



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Av. André Araújo, nº 358 - Aleixo - CEP 69060-000

Telefone: (97) 3611-3180 r. 236/FAX: 3664-1267

Correio eletrônico: prdc@pram.mpf.gov.br

declarante e por mim (Wallace Queiroz, Assessor Especial -
Gabinete do Procurador-Chefe, matrícula MPF 3885-7), que o lavrei.

.....
Marcus Vinicius de Miranda Corrêa

CPF 838.120.917-04

RG 05.470.104-0 SSP/RJ

ANEXO IV-A

Termo de Ajustamento de Conduta

Ref 1.13.000.001104/2007-11; p.03, 04,06

FELIPE DA CUNHA FISH, Mat. 113.786-7A, inscrição OAB/AM nº 3.989, CPF 603.973.492-20, perante as 1a, 2a, 3a, 4a, 5a, 6a, 7a, 8a, 9a, 10a, 11a, 12a, 13a, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª e 19ª VARAS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO da 11a Região do Estado do Amazonas, para acompanhamento dos feitos até decisão final, podendo para tal requerer o que necessário for.

CUMPRE-SE. PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO.

Manaus, 14 de janeiro de 2008.

ANANIAS RIBEIRO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Procurador Geral do Município

COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Ref.: 1.13.000.001104/2007-11

Pelo presente instrumento, celebrado nos termos do artigo 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, doravante denominado MPF, pelo Procurador da República *in fine* assinado, o INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, doravante denominado IPHAN, por seu Superintendente Regional, o MUNICÍPIO DE MANAUS, doravante denominado MUNICÍPIO, por seu Prefeito Municipal e Procurador-Geral do Município, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO, doravante denominada MANAUSTUR, por sua Presidente, celebram o presente Compromisso de Ajustamento de Conduta nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que em 24 de setembro de 2007, chegou ao MPF a notícia de que a reforma em curso no Palácio da Liberdade, antiga sede do Paço Municipal de Manaus, estaria causando danos ao patrimônio arqueológico ali contido, haja vista o fato de o Centro Histórico da cidade estar construído sobre um sítio arqueológico, bem de propriedade da União (art. 20, X, Constituição Federal);

CONSIDERANDO que questionado o IPHAN sobre os fatos narrados, relatou que as obras no referido imóvel iniciaram-se em 29 de novembro de 2006 e que em 10 de janeiro de 2007 o jornal "A Crítica" noticiou o encontro de inúmeros achados arqueológicos no subsolo do edifício, razão pela qual a obra teria sido embargada extrajudicialmente no mesmo dia;

CONSIDERANDO o impasse criado entre o IPHAN e o MUNICÍPIO acerca dos procedimentos a serem adotados para a salvaguarda do material encontrado;

CONSIDERANDO a paralisação extrajudicial da obra, a pedido do MPF, até a resolução da questão;

CONSIDERANDO o apoio técnico solicitado à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, cuja visita *in loco* e a realização de reuniões com as entidades signatárias do compromisso, resultaram na Informação Técnica nº 271/2007, de 30 de novembro de 2007, remetida por meio do Ofício 1438/2007 – 4ª CCR, de 13 de dezembro de 2007;

fica ajustado:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1ª. O presente documento não afasta a adoção de qualquer medida judicial ou extrajudicial por parte do MPF para a proteção dos bens envolvidos, seja com relação ao patrimônio edificado, seja em face do patrimônio arqueológico.

Cláusula 2ª. Do mesmo modo, não afasta o dever do IPHAN de desenvolver suas atribuições legais,

realizando as fiscalizações que entender necessárias à efetiva proteção do patrimônio edificado e arqueológico.

Parágrafo único. Como resultado das fiscalizações que vierem a ser realizadas, o IPHAN poderá fazer as exigências que entender cabíveis aos órgãos responsáveis pela idealização e execução do projeto.

Cláusula 3ª. A assinatura do presente compromisso não exime as responsabilidades administrativas, civis e penais de quaisquer agentes públicos pelos fatos praticados.

TÍTULO II CORREÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO

Cláusula 4ª. Fica estabelecida a necessidade de contratação de mais arqueólogos para compor a equipe de arqueologia, que contará com ao menos um arqueólogo com especialidade em arqueologia pré-colonial, cujos nomes devem ser aprovados pelo IPHAN.

§ 1º. A equipe referida no *caput*, aceita em comum acordo pelas partes, será integrada pelo Professor Doutor Eduardo Goes Neves (USP), pelo Professor Carlos Augusto Silva (UFAM) e pela Doutora Deise Lucy Oliveira Montardo (UFAM) e Museu Amazônico), ressaltando que já estão na equipe o Doutor Marcus Vinícius de Miranda Corrêa e o técnico em restauro Custódio Rodrigues da Silva (Museu Amazônico).

§ 2º. Auxiliarão nos trabalhos mais cinco servidores da MANAUSTUR, cuja atuação será coordenada pela equipe mencionada no parágrafo anterior.

Cláusula 5ª. A continuidade das obras fica condicionada à apresentação de relatórios.

§ 1º. No prazo de até 30 (trinta) dias da assinatura do presente termo, deverá a equipe apresentar ao IPHAN a metodologia de pesquisa a ser empregada durante as escavações.

§ 2º. O IPHAN terá até 30 (trinta) dias para se manifestar sobre a metodologia a ser adotada.

§ 3º. Não havendo concordância pelo IPHAN, deverá ser reapresentada a metodologia no prazo de 5 (cinco) dias com as sugestões apontadas, caso em que o IPHAN emitirá parecer em 5 (cinco) dias.

Cláusula 6ª. Os relatórios serão parciais e final.

§ 1º. Os relatórios parciais terão a periodicidade mensal, a contar do início da atuação da equipe, e abrangerá as condições do art. 11 da Portaria 07 de 1988 do IPHAN.

§ 2º. O relatório final será entregue no prazo de 120 (cento e vinte dias) da conclusão das obras e obedecerá ao disposto no art. 12 da Portaria 07 de 1988 do IPHAN.

§ 3º. Dos trabalhos realizados até o momento, deverá ser apresentado relatório, de acordo com a metodologia mencionada na cláusula anterior, com as seguintes informações:

- I – relação definitiva do material arqueológico recolhido;
- II – informações acerca de seu acondicionamento e estocagem.

Cláusula 7ª. As obras poderão iniciar-se após a liberação de cada "nicho" escavado.

§ 1º. A liberação do "nicho" já aberto ocorrerá após a equipe de arqueologia atestar a conclusão dos trabalhos arqueológicos mediante comunicação ao IPHAN e este, em inspeção *in loco*, que ocorrerá em 3 (três) dias úteis após comunicado, manifestar a concordância.

§ 2º. Verificando-se a necessidade de ser escavado um novo "nicho", a equipe de engenharia deverá comunicar a equipe de arqueologia, que procederá à escavação e adotará as medidas contidas no parágrafo anterior para a sua liberação.

Cláusula 8ª. No curso dos trabalhos de estabilização da fundação, ao ser encontrados materiais

arqueológicos relevantes, deverão os mesmos ser imediatamente paralisados e o IPHAN comunicado.

§ 1º. Após o comunicado, a equipe deverá apresentar ao IPHAN, em 10 (dez) dias, o projeto de resgate e salvamento do material.

§ 2º. O IPHAN manifestar-se-á em 10 (dez) dias a respeito.

§ 3º. Após a concordância, o plano poderá ser executado.

§ 4º. No caso ser encontrada urna ou outro recipiente funerário nos nichos, deverão ser adotados os procedimentos acima descritos, acrescido das análises físico-químicas cabíveis.

Cláusula 9ª. Todo o material encontrado e retirado deverá ser acondicionado no Museu Amazônico (UFAM), conforme termo estabelecido com a MANAUSTUR, para as restaurações e estudos, de acordo com o descrito nos relatórios.

TÍTULO III MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Cláusula 10. O MUNICÍPIO deverá fazer divulgar: (i) a íntegra deste Compromisso no Diário Oficial do Município de Manaus; e (ii) em jornais de grande circulação de Manaus, no prazo de 10 (dez) dias da assinatura deste compromisso, o seguinte extrato:

"O Ministério Público Federal, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Município de Manaus e a Fundação Municipal de Turismo (MANAUSTUR) firmaram Compromisso de Ajustamento de Conduta visando a salvaguarda do sítio arqueológico Manaus I durante as obras de restauro do Paço da Liberdade (antiga sede da Prefeitura Municipal de Manaus). É importante lembrar que a região em que está inserido o prédio teve seu reconhecimento como sítio arqueológico pré-colonial desde os anos de 1960, por ocasião de intervenção em edifício que hoje funciona como unidade do INSS. Em 2003, por sua vez, encontrou-se urna funerária no antigo edifício da Assembléia Legislativa do Estado. Entretanto, com as obras de restauro da Praça Dom Pedro, que fica em frente ao Paço da Liberdade, onde foram encontradas inúmeros vestígios de um sítio-cemitério indígena, é que ele tornou-se amplamente conhecido. Dessa forma, as obras do subsolo do Paço Municipal terão continuidade de acordo com o ajustado.

Parágrafo único. A comprovação desta medida será feita pelo envio, pelo MUNICÍPIO ao MPF, da cópia da publicação nos jornais, contendo: (i) nome do periódico, (ii) dia da publicação e (iii) número da página.

Cláusula 11. Fica o MUNICÍPIO obrigado a destinar ala do futuro Museu da Cidade (cuja sede será o edifício reformado do Paço da Liberdade) para a exposição de parte do acervo encontrado no sítio arqueológico que compreende a região, sem prejuízo do que for decidido na Ação Civil Pública 2004.32.0001949-2, em trâmite na 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas.

§ 1º. Na elaboração do acervo, deverão ser levados em conta estudos arqueológicos e antropológicos dos povos ali residentes, resgatando os valores de sua cultura.

§ 2º. A parte excedente do material encontrado e não exposto ficará como reserva técnica, e acordo com as normas que regem essa categoria.

§ 3º. Fica estabelecido o prazo de 6 (seis) meses, contados da conclusão das obras de restauro, para que sejam apresentados os projetos de destinação dos espaços do museu para os fins tratados neste Compromisso.

Cláusula 12. Deverá ser elaborado, pelo MUNICÍPIO, estudo com todo o levantamento histórico do edifício do Paço da Liberdade, abordando (i) a arquitetura do edifício, desde a construção, a utilização do espaço interno ao longo do tempo, o incêndio de 1937, as reformas

e restaurações, (ii) bem como os elementos arqueológicos e antropológicos descritos na cláusula anterior.

§ 1º. O referido estudo deverá ser realizado em forma de publicação, com fotos, ilustrações e levantamento bibliográfico, coordenado por profissional de reconhecida atuação no ramo, aprovado pelo IPHAN.

§ 2º. Esta publicação terá a tiragem que o MUNICÍPIO entender necessária, desde que 5.000 (cinco mil) exemplares sejam distribuídos gratuitamente (i) a escolas e universidades, da rede pública e privada, atuantes na cidade de Manaus, (ii) a faculdades de história, arqueologia e antropologia das universidades públicas federais e estaduais de todo o Brasil e (iii) aos órgãos incumbidos da proteção do patrimônio histórico e cultural atuantes no Estado do Amazonas.

§ 3º. A publicação deverá ter menção expressa de que foi realizada em cumprimento deste Compromisso, mencionando os órgãos signatários.

§ 4º. A entrega do referido material será demonstrada pelo MUNICÍPIO por meio de comprovantes de envio com aviso de recebimento.

§ 5º. Fica estabelecido o prazo de 1 (um) ano da conclusão das obras para o cumprimento desta cláusula.

Cláusula 13. Deverá ser executado, pelo MUNICÍPIO, projeto de sensibilização e de educação patrimonial aos funcionários da empresa executora da obra.

Parágrafo único. O projeto referido no caput ficará a cargo da equipe de arqueologia contratada, que deverá apresentá-lo em conjunto com a metodologia de que trata a Cláusula 5ª, sujeitando-se à aprovação do IPHAN no mesmo prazo lá estabelecido.

TÍTULO IV RESPONSABILIDADES

Cláusula 14. Fica expressamente estabelecido que todas as despesas necessárias para correção dos serviços (Título II) e medidas compensatórias (Título III) serão assumidas com exclusividade pelo MUNICÍPIO.

Cláusula 15. O inadimplemento de quaisquer das cláusulas do Título II do presente Compromisso por parte do MUNICÍPIO implicará em multa pessoal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), do primeiro ao trigésimo dia, e de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a partir do trigésimo primeiro dia, em desfavor do Prefeito de Manaus, que será solidariamente responsável com os demais agentes públicos que derem causa ao descumprimento.

§ 1º. A multa referida no caput, que terá incidência por dia e por cláusula, será recolhida, no prazo de 10 (dez) dias, ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (art. 13 da Lei 7.347/1985), até a satisfação total das obrigações assumidas, sem prejuízo dos demais consectários legais, exceto nos casos de comprovada impossibilidade, devidamente justificada e aceita pelo MPF.

§ 2º. O não recolhimento da multa estipulada no prazo do parágrafo anterior constitui descumprimento do presente Compromisso e a certidão de tal situação pelo MPF vale como título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/1985 e dos artigos 585, II e 586 do Código de Processo Civil.

§ 3º. A responsabilidade solidária de que trata o caput desta cláusula faculta ao MPF executar o presente compromisso em face de todos os que concorreram ao descumprimento ou somente eleger um deles, caso em que fica vedada a intervenção de terceiros no processo, resguardada, ao que adimplir a obrigação, a ação de regresso em processo autônomo.

Cláusula 16. O inadimplemento de quaisquer das cláusulas do Título III do presente Compromisso por parte do MUNICÍPIO implicará nas seguintes sanções:

I – quanto à publicação do extrato nos jornais e ao projeto de destinação das alas do Museu da Cidade: mesma disciplina da cláusula anterior;

II – quanto à elaboração do estudo: diante da fungibilidade da obrigação, o IPHAN indicará um coordenador para cumpri-la às expensas do Prefeito de Manaus, em solidariedade com os demais agentes públicos que derem causa ao descumprimento, aplicando-se o disposto no § 3º da cláusula anterior;

III – quanto ao projeto de educação patrimonial: diante da fungibilidade da obrigação, o IPHAN indicará um coordenador para cumpri-la às expensas do Prefeito de Manaus, em solidariedade com os demais agentes públicos que derem causa ao descumprimento, aplicando-se o disposto no § 3º da cláusula anterior

Cláusula 17. O inadimplemento de quaisquer dos prazos estipulados para o IPHAN implicará em multa pessoal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), do primeiro ao trigésimo dia, e de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a partir do trigésimo primeiro dia, em desfavor do Superintendente da 1ª Superintendência Regional, que será solidariamente responsável com os demais agentes públicos que derem causa ao descumprimento.

§ 1º. A multa referida no *caput*, que terá incidência por dia e por cláusula, será recolhida, no prazo de 10 (dez) dias, ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (art. 13 da Lei 7.347/1985), até a satisfação total das obrigações assumidas, sem prejuízo dos demais consectários legais, exceto nos casos de comprovada impossibilidade, devidamente justificada e aceita pelo MPF.

§ 2º. O não recolhimento da multa estipulada no prazo do parágrafo anterior constitui descumprimento do presente Compromisso e a certidão de tal situação pelo MPF vale como título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/1985 e dos artigos 585, II e 586 do Código de Processo Civil.

§ 3º. A responsabilidade solidária de que trata o *caput* desta cláusula faculta ao MPF executar o presente compromisso em face de todos os que concorreram ao descumprimento ou somente eleger um deles, caso em que fica vedada a intervenção de terceiros no processo, resguardada, ao que adimplir a obrigação, a ação de regresso em processo autônomo.

Cláusula 18. No caso de descumprimento total ou parcial do presente ajuste, a execução da multa não excluirá a possibilidade de propositura de execução específica das obrigações de fazer e não-fazer constantes deste compromisso, bem como da propositura de ação penal, se for o caso.

Cláusula 19. Havendo atraso na execução dos prazos tratados neste Compromisso em virtude de alterações necessárias, fatores fortuitos ou dificuldades devidamente justificadas junto ao MPF, as multas ou penalidades poderão ser suspensas, a critério do MPF, até o reinício dos novos prazos concedidos.

Parágrafo único. Somente será admitida a justificativa se apresentada no curso do prazo estipulado, juntamente com a quantificação do novo prazo necessário ao cumprimento.

TÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 20. A fiscalização do cumprimento das obrigações estabelecidas no presente Compromisso será realizada pelo IPHAN, pela análise dos já determinados relatórios enviados pela MANAUSTUR e por meio de inspeções *in loco*.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não impede que o MPF proceda à fiscalização requisitando documentos e informações necessárias, nem que proceda a vistorias *in loco*.

Cláusula 21. Após o cumprimento integral do presente Compromisso, atestado pelo IPHAN e verificado pelo MPF, o procedimento administrativo em epígrafe, em trâmite na Procuradoria da República no Estado do

Amazonas, será arquivado, nos termos dos artigos 10 a 13 da Resolução 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Manaus, 10 de janeiro de 2008.

GUSTAVO DE CARVALHO GUADANHIN
Procurador da República

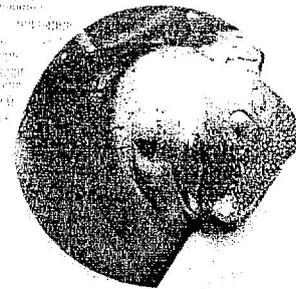
BEPI SARTO NEVES CYRINO
Superintendente da 1ª SR/IPHAN

SERAFIM FERNANDES CORRÊA
Prefeito de Manaus

ANANIAS RIBEIRO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Procurador-Geral do Município

ARMINDA MENDONÇA
Presidente da MANAUSTUR

O PEIXE-BOI DA AMAZÔNIA



O peixe-boi amazônico pertence à Ordem Sirênia é uma espécie endêmica, encontrada apenas nos sistemas do rio Amazonas. Estudos revelam que o peixe tem vida longa e vive até 50 anos, podendo, em alguns casos, chegar aos 60. É o único mamífero aquático que se alimenta exclusivamente de ervas. Ele vive na água, mas precisa vir à superfície em intervalos de 2 a 5 minutos para respirar.

O peixe boi amazônico é o menor dos sirênios: mede cerca de 2,5 metros e pode pesar até 300 quilos. O couro é liso e bem escuro, e extremamente grosso e resistente. Na região peitoral e abdominal a maioria dos animais apresenta um campo irregular com mancha branca distinta. Outra característica do peixe boi amazônico é a ausência de unhas nas nadadeiras peitorais.

É encontrado em toda a bacia amazônica, mais precisamente nas nascentes dos rios. É também o único dos sirênios exclusivo de água doce.

Ao longo do tempo, o homem tem sido o responsável pelo encurtamento da vida desse animal. A caça indiscriminada fez do peixe-boi o mamífero aquático mais ameaçado de extinção no Brasil. Além da caça deliberada, outros fatores contribuem para a extinção como: a morte acidental em redes de pesca, o encalhe de filhotes órfãos, degradação ambiental, liberação de mercúrio nos rios e agrotóxicos.

No Brasil, o peixe-boi é protegido por lei desde 1967 – lei de proteção à fauna, nº 5197. A caça e a comercialização de produtos derivados do peixe-boi é crime e pode levar o infrator a até dois anos de prisão.

ANEXO IV-B

Jornal à Crítica 28/08/2003
“ Pajés pedem respeito a espíritos”

STUR **Periódico:** *LA Crítica*
Data: 28/08/2003
Página: 07
Editoria: *Cidade*
Matéria: *Ritual - Pajés pedem respeito a espíritos.*

UAL

Pajés pedem respeito a espíritos

ÍGENAS PROPUSERAM
E AS INSTITUIÇÕES
SPONSÁVEIS PELA
SERVAÇÃO DO
TRIMÔNIO TRANSFORMEM
AL EM 'CASA DE
MÔNIA' PARA VISITAS

HR LIMA
DE A CRÍTICA

Pajés de três etnias consultados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para realizarem ritual de retirada dos restos de índios encontrados em sítio arqueológico na praça Dom Pedro 2, contrariaram a estratagem dos arqueólogos e propuseram que as urnas encontradas nas escavações sejam mantidas no local. A decisão dos pajés Leônido de Lima (Apurinã), Avelino de Lima (Tucano), Domingos de Lima (Velooso Vaz (Dessana) e João dos Santos Gentil (Tucano) foi anunciada durante reunião realizada ontem durante reunião convocada pelo Iphan para discutir os detalhes do ritual. O objetivo é retirar as urnas com restos mortais dos índios, os arqueólogos propuseram que as instituições responsáveis pela preservação do patrimônio cultural elaborem projeto que transforme o local em "casa de cerimônia", uma casa de local sagrado, para a população pública. "Exigimos que sejam respeitados os espíritos dos antepassados, deixando-os onde estão e não remover nenhum, respeitando o espírito de cada um que ali habitaram", afirmaram, em documento encaminhado à superintendente Regional do Iphan, Bernadete Andrade.

ASSADOS
de pedir a manutenção

dos restos mortais de seus antepassados no local, os pajés deram um recado aos não índios, no documento encaminhado ao Iphan: "Alertamos que caso contrário do nosso pedido, poderemos ser cobrados destes espíritos a nossa força espiritual, tornando cada um de nós sem força para guiar o nosso povo (sic)".

De acordo com o assessor da Fepi, Jorge Terena, a posição dos pajés não significa que os trabalhos de arqueologia na praça Dom Pedro 2 devem ser interrompidos. "Se for preciso retirar um osso para estudo, isso pode ser feito, mas depois, tem que ser devolvido para o local", disse.

Para o coordenador do Centro de Cultura Indígena da Fepi, Amarildo Machado, da etnia Tucano, os pajés estão certos ao ponderarem que os não índios têm levado pedaços de sua cultura para todo o mundo sem a autorização dos povos indígenas. "Por que os não índios, mais uma vez, vão mexer nos restos mortais dos nossos parentes. Quando eles encontram um túmulo deles, ninguém mexe. A urna do índio, querem levar para o museu", afirma o Tucano.

Antes de chegarem a essa decisão, os pajés se reuniram, sozinhos, nas matas do Tarumã, em Manaus, para ouvir a natureza a respeito da retirada dos ossos de seus ancestrais. O pajé tucano Avelino Trindade afirma que os restos mortais encontrados na praça Dom Pedro 2 do povo Jurupixuna, que teria habitado na região de Manaus há mais de 1,5 mil anos.

O arqueólogo do Museu Amazônico, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Carlos Augusto da Silva, 47, que está acompanhando o trabalho de escavação no sítio arqueológico, afirma que os primeiros exames no material encontrado dão conta de que os povos que habitaram a área viveram entre os séculos um e 13 da Era Cristã. Sobre a etnia, Silva informou que serão feitos exames de DNA nos ossos, mas o resultado só deve ficar pronto em um ano.



URNAS Restos mortais de índios foram encontrados em sítio arqueológico na praça Dom Pedro 2

Ritual será realizado dia 18

A data prevista para o ritual foi mantida pelos pajés, mas os objetivos mudaram. Eles vão realizar, na noite do dia 18 de setembro, uma cerimônia em memória e respeito pelos "parentes" indígenas e pelos espíritos deles, que permanecem no local. A cerimônia contará com a participação de seis pajés de diversas etnias e terá duração de até uma hora e meia. O início está previsto para as 20h. Devem participar também 80 líderes indígenas que estarão reunidos em Manaus nos dias 16, 17 e 18.

De acordo com Amarildo Machado, a cerimônia não pode ultrapassar as 22h. Segundo a explicação dos pajés, a noite, para eles está compreendida entre 18h e 22h. "Esse é o horário ideal para os pajés conversarem com os espíritos", disse Machado. O ritual terá o obje-

vo de pedir proteção do sítio arqueológico aos espíritos dos mortos ali enterrados.

Os pajés ainda não sabem o que houve naquele local, mas, segundo Jorge Terena, até o dia da cerimônia eles devem ter informações a esse respeito. "Os pajés estão trabalhando todos os dias em busca de informações com os espíritos para descobrir o que aconteceu aqui, e porque esses corpos foram enterrados nesse local".

ARQUEOLOGIA RECENTE

Terena também afirmou que os pajés apontam um novo sítio arqueológico com urnas funerárias embaixo do prédio onde funciona a sede da Prefeitura de Manaus, na praça Dom Pedro 2. A Fepi está tentando junto aos órgãos governamentais transferir o prédio para as organizações

indígenas para que o local seja preservado.

O trabalho de arqueologia na cidade de Manaus foi iniciado nos anos 50, de acordo com o arqueólogo do Museu Amazônico, Carlos Augusto da Silva. Os primeiros fragmentos foram encontrados no período da construção do atual prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Conhecido à época como "prédio do Iapetec" (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Trabalhadores em Transporte e Cargas), foi a primeira construção vertical da cidade. No local das escavações foram encontradas duas urnas funerárias, que estão guardadas no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (Igha).

Durante a construção do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes também foram encontradas urnas funerárias.

REMOÇÃO

Risco de perda do material

O arqueólogo Carlos Augusto da Silva chamou a atenção para o risco de perda do material arqueológico com a decisão dos pajés de não permitirem a remoção das urnas funerárias do sítio arqueológico da praça Dom Pedro 2. Segundo ele, por conta dos fatores ambientais, a cerâmica pode ficar prejudicada e as urnas correm o risco de desabar e quebrarem-se. Carlos Augusto disse concordar com a construção de um ambiente para a preservação das urnas no local, mas sugeriu que elas sejam retiradas sem se mexer nos restos mortais até que o ambiente seja preparado. "Não quero desrespeitar a opinião dos pajés, mas o material tem que ser retirado porque corre risco de se perder totalmente".

A sugestão de especialistas do Iphan é que o grupo que está trabalhando no sítio arqueológico se aproxime mais dos pajés, e busquem um melhor entendimento sobre a questão. A chefe da Divisão Técnica do Instituto, Patrícia Maria Costa Alves, sugeriu que seja feita uma avaliação química do material para medir a possibilidade de ele ficar exposto.

Uma nova reunião dos órgãos de preservação do patrimônio artístico e cultural com os pajés deve ser agendada para a próxima semana para discutir a questão das urnas. A superintendente do Iphan, Bernadete Andrade, informou que a iniciativa de ouvir os pajés foi uma forma de tornar o processo mais democrático e prometeu respeitar as decisões deles.

Fotos: Divulgação

ANEXO V

**Documento de Manifestação da Coordenação das Organizações
Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)
Manaus/ Setembro/ 2003**

080 011.24
e.1 p.1d7


Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

história áreas de atuação objetivos organizações membro

amazônia, 4 de março de 2004

fale conosco

Coiab solicita intervenção do Ministério Público Federal para garantir a proteção a urnas fune descobertas no centro de Manaus

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), solicitou nesta quarta-feira, 2, a intervenção do Ministério Público, se possível através de Audiência Pública, para que sejam atendidas as reivindicações do movimento indígena a respeito das urnas funerárias indígenas, com datação aproximada de 1.300 anos, descobertas em maio deste ano, por ocasião dos trabalhos de reforma e restauro iniciados na Praça Dom Pedro II, no Centro de Manaus.

O Coordenador geral da Coiab, Jecinaldo Saterê Mawé, manifestou ao Dr. Eduardo Barragan, da Procuradoria Federal no Amazonas, o sentimento de indignação que tomou conta das lideranças indígenas, que integram a Coiab, ao serem informados sobre a tentativa de remoção das urnas, por parte do Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (Iphan) para o Museu Amazônico, desconsiderando as propostas encaminhadas à Procuradoria Regional deste órgão, ao prefeito de Manaus e ao Diretor do Museu Amazônico. Essa decisão estari baseada em um acordo verbal, decorrente de uma reunião realizada na sede da Coiab, que estabelecia a realização de uma audiência pública para discutir a minuta de um Termo de Compromisso, no qual constaria o repasse do achado arqueológico para o órgão fiscalizador, ao controle do movimento indígena, quando forem criadas condições de infra-estrutura científica para abrigá-lo, em parceria com os órgãos públicos competentes.

No entanto, o encaminhamento adotado pela Superintendente do Iphan, foi informar a Coiab, através de ofício nº 008/2003, sobre as competências deste órgão e a decisão de "elaborar a Minuta do Termo de Guarda Patrimônio Arqueológicos e materiais afins ao Museu Amazônico, por entender que este é o único local no Amazonas onde se encontra tal fim", ressaltando que "o patrimônio arqueológico é bem da União e que é de interesse nacional que seja guardado...".

Mesmo com o esclarecimento de que o Iphan partilha o sonho da construção de um Museu Indígena e a atuação do órgão com "espírito democrático", mantém o seu compromisso de proteger o patrimônio arqueológico, a Coiab se sente desrespeitada com o procedimento adotado por este órgão e as demais instituições, que continuam a não querer ouvir mais os representantes do movimento indígena organizado, desconsiderando o reconhecimento dos povos indígenas garantidos pela Constituição Federal, Artigo 231, e pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que no seu Artigo 7º, Parágrafo 1, estabelece:

"Os povos indígenas e tribais deverão ter o direito de decidir sobre suas próprias prioridades no que se refere ao desenvolvimento na medida em que afete suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual...Além disso, deverão participar na formulação, implementação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nas áreas suscetíveis de os afetar diretamente".

Baseada nestes fatos, a Coiab solicitou do Procurador Eduardo Barragan, a realização de uma Audiência Pública que permita ouvir as instituições envolvidas, especialistas, representantes dos povos e organizações indígenas e organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para Educação e a Cultura (Unesco).

O Dr. Barragan reconheceu como oportuna a solicitação da Coiab e que ela vinha ao encontro da preocupação do Ministério Público em garantir o respeito a todos os elementos, as pessoas e instituições envolvidas no processo de descoberta do achado arqueológico e na discussão sobre a destinação da área, ocupada atualmente pela Praça Dom Pedro II, antes de ser decidido precipitadamente, sem que seja ouvido todo mundo", afirmou o procurador.

Nesse sentido, segundo o Dr. Barragan, nos primeiros dias do mês de outubro deverá acontecer uma audiência pública com as diferentes instituições, incluindo o movimento indígena, e o Ministério Público, visando a busca da melhor solução para o caso.

proteção daquele patrimônio cultural. Enquanto isso, nenhuma ação está autorizada. Se nada disso não for feito um ajustamento de conduta em Audiência Pública.

Se a audiência acontecer, o Ministério Público entende que deverão também ser ouvidos especialistas de outras regiões do país e representantes de órgãos governamentais envolvidos com a proteção do patrimônio dos povos indígenas, como a Fundação Nacional do Índio (Funai) e as 6ª. e 4ª. Câmaras da Procuradoria da República. "Este pode ser um marco de mudanças na forma de trabalhar com o patrimônio cultural", expl. Barragan.

As propostas da Coiab

O envolvimento do movimento indígena, articulado pela Coiab, na discussão sobre o destino das Urnas indígenas quando pajés dos povos Apurinã, Tukano e Dessano, reunidos em Manaus, para se informar sobre as possibilidades de exumação das urnas, enviaram, em 26 de agosto, carta à Coordenadora Regional do Iphan, Maria Andrade, manifestando-se contra a remoção dos objetos, em "respeito aos espíritos destes nossos antepassados evitar "ser cobrados... , tornando cada um de nós sem força para guiar o nosso povo".

Diante as evidências de se tratar de um cemitério indígena, prova material da existência milenar de povo indígena provavelmente o povo Jurupixuna, e ciente de sua responsabilidade em garantir a promoção dos direitos dos indígenas, a Coiab decidiu se manifestar sobre o acontecimento, através de correspondência enviada para Manaus, Sr. Alfredo Nascimento; à Superintendente Regional do Iphan, Maria Bernardete Mafra de Andrada; Museu Amazônico, Professor Luiz Balkar Sá Peixoto Pinheiro. A carta reúne as propostas que a Coiab reuniu em reunião realizada na sua sede, no dia 02 de setembro, com representantes destes órgãos, além da Empresa Turismo, a Manaustur, e de técnicos responsáveis pelas escavações.

No documento, a Coiab defende "a necessidade de se proteger os objetos achados, como memória e patrimônio dos nossos povos e da Amazônia", e exige:

"1 - Que as obras em execução se direcionem imediatamente para a construção de infra-estrutura adequada para a Urna já escavada de quaisquer riscos de deterioração, vandalismo e furto, garantindo por parte da autoridade a vigilância permanente do local;

"2 - Se houver desacordo em construir essa infra-estrutura no local que garanta a proteção desse patrimônio dos povos, a Coiab é contrária a que ele seja transportado para outro local que não seja a sede da nossa organização apoiada pelos pajés, onde as autoridades e instituições responsáveis da proteção do patrimônio nacional tenham condições climáticas e de proteção da Urna escavada.

"3 - Que a prefeitura paralise de imediato as obras de revitalização para garantir a preservação in loco dos objetos achados, até as entidades envolvidas e o movimento indígena organizado definirem com exatidão e com critérios científicos a forma que esse patrimônio deverá ser preservado para o futuro;

"4 - A Coiab entende que as evidências falam por si, que o local em que se localiza a praça Dom Pedro II é terra da União, portanto, solicita dos órgãos competentes que esta área seja declarada como tal, para ser devidamente protegida e o procedimento de demarcação das terras indígenas iniciado.

"5 - O movimento indígena representado pela Coiab recomenda que se promovam todos os trâmites necessários para que o espaço ocupado pela área que circunda a Praça Dom Pedro II seja tombado de imediato pelo Iphan como patrimônio histórico etnográfico indígena, para sua devida proteção de quaisquer empreendimentos de desenvolvimento posterior reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela Unesco.

"6 - Se houver acordo em deixar no local as Urnas achadas, conforme a primeira carta dos pajés, por se tratar de um espaço sagrado, a Coiab propõe que seja projetado e construído no próprio local um Museu Indígena, onde possam ser guardados todos os objetos guardados em outros espaços públicos ou particulares, e aqueles que sejam achados e obras de revitalização da cidade de Manaus."

A Carta conclui: "Esperamos que no processo de decisão sobre o futuro do espaço arqueológico em questão esteja em conta o ponto de vista aqui manifesto por nós, apoiado pelas nossas organizações e lideranças de base indígena."

Alguns dos representantes dos órgãos presentes à reunião na sede da Coiab, reagiram em tom agressivo quando esperavam um posicionamento desta natureza, como se esperassem que o movimento indígena apenas encaminhados por eles previamente determinados. Os líderes da Coiab lamentaram a reação dos órgãos, sustentaram que ninguém deveria se surpreender mais, pois o movimento indígena de hoje tem a plena compreensão, na formulação e defesa de seus direitos, e como tal busca ser respeitado e tratado

igualdade, em ruptura com práticas coloniais e autoritárias, que tradicionalmente ignoravam o ponto de vista dos habitantes destas terras. Mas por outra parte, as lideranças deixaram claro que o Documento não se fechou, e sim um ponto de partida, para a uma discussão transparente, de parceria, e respeitosa dos anseios

A pesar da proposta de dar continuação ao diálogo, as instituições públicas em questão, como já foi reunindo-se, desconsiderando o movimento indígena, cuja participação não seria tão justificável quanto a dos amazonenses”.

Para o Coordenador Geral da Coiab, Jecinaldo Saterê Mawé, este é o momento político oportuno para se discutir o destino das urnas indígenas, sob a responsabilidade de arqueólogos reconhecidos e não só de técnicos. O destino da própria praça onde foram localizadas, convertendo-a, por exemplo, num espaço que abrigue o Memorial Indígena, que preserve o patrimônio material e a memória histórica e espiritual do povo que aqui viveu, indígenas que sobreviveram à invasão européia. Esta é, por outra parte, segundo Jecinaldo, a oportunidade para que autoridades competentes e o governo do Estado dêem uma demonstração de reconhecimento, respeito e diversidade sociocultural que configura até hoje o Amazonas. “Tal decisão poderá significar um gesto simbólico que sem dúvida alguma constituirá um marco de mudanças no relacionamento que o Estado e a sociedade mantiveram com os povos indígenas. Os povos indígenas, a sociedade científica, política e civil, nacionalizadas na compreensão dos direitos indígenas e nas leis que os amparam, haverão de reconhecer a importância desta determinação”, conclui o coordenador da Coiab.

Manaus, 25 de setembro de 2003.

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
Av. Ayrão, 235, Presidente Vargas – Manaus / AM

E-mail: comunicacao@coiab.com.br; coiab@coiab.com.br
Home Page: www.coiab.com.br
Telefones: (092) 2330749 / 2330548 / 2331171; Fax: 2330209

Coordenação Executiva:

Jecinaldo Barbosa Cabral / Saterê Mawé
Coordenador Geral

Crisanto Rudzö Tseremey'wa / Xavante
Vice-coordenador

Maria Miquelina Barreto Machado / Tukano
Secretária Geral

Genival de Oliveira dos Santos / Mayoruna
Tesoureiro

[voltar](#)

áreas de atuação



:: direitos indígenas :: articulação com as bases :: alianças e parcerias
:: articulação com movimento indígena nacional e internacional
:: educação escolar :: saúde indígena :: alternativas econômicas
:: articulação interinstitucional ::